

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Brunah de Castro Brasil

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES FONAUDIÓLOGOS BRASILEIROS:
UM ESTUDO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

Porto Alegre, RS
2019

Brunah de Castro Brasil

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES FONAUDIÓLOGOS BRASILEIROS:
UM ESTUDO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a
obtenção do título de Doutora em Educação em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Co-orientadora: Profa. Dra. Erissandra Gomes

Porto Alegre, RS
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice Reitora: Profa. Dra. Jane Tutikian

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

Diretora: Profa. Dra. Ilma Simoni Brum da Silva

Vice Diretor: Prof. Dr. Marcelo Lazzaron Lamers

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

Coordenadora Geral (UFRGS): Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Coordenador Adjunto (UFRGS): Prof. Dr. Edson Luiz Lindner

CIP - Catalogação na Publicação

Brasil, Brunah de Castro
Produção Científica dos Docentes Fonoaudiólogos
Brasileiros: Um Estudo nas Instituições Públicas de
Ensino Superior / Brunah de Castro Brasil. -- 2019.
119 f.
Orientador: Maria do Rocio Fontoura Teixeira.

Coorientador: Erissandra Gomes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Fonoaudiologia. 2. Ensino Superior. 3.
Indicadores de Produção Científica. I. Teixeira, Maria
do Rocio Fontoura, orient. II. Gomes, Erissandra,
coorient. III. Título.

Brunah de Castro Brasil

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES FONOAUDIÓLOGOS BRASILEIROS:
UM ESTUDO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Educação em Ciências, em 29/11/2019.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
(PPGECQVS/UFRGS)
Orientadora

Profa. Dra. Erissandra Gomes
(PPGECQVS/UFRGS)
Co-orientadora

Profa. Dra. Lizandra Brasil Estabel
(PPGECQVS/UFRGS)

Profa. Dra. Marcia Keske-Soares
(UFSM)

Profa. Dra. Fabiana de Oliveira
(UFCSPA)

RESUMO

A prática fonoaudiológica, no Brasil, iniciou em meados do século XX, em uma atuação interdisciplinar com as áreas da Educação, Letras, Psicologia e Medicina. Desde então, o campo científico da Fonoaudiologia passou por diversas estratégias de autonomização, tais como a organização em associações, a abertura de cursos de graduação e a conquista do reconhecimento da profissão. As universidades públicas são a principal fonte de produção científica no país, tema discutido por diversos estudos atualmente, principalmente no que se refere à publicação de artigos científicos. O objetivo da tese foi avaliar a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados a cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino superior públicas brasileiras. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e descritiva, com coleta de dados no portal e-MEC, pelo sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão federal e dos estados e pelo currículo dos docentes na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Identificaram-se os cursos de Fonoaudiologia em atividade no país e foram analisadas suas características relacionadas à modalidade oferecida, o quantitativo de cursos, a carga horária mínima e o seu prazo de integralização, localização dos cursos, oferta de vagas e indicadores de qualidade do Ministério da Educação, considerando-se, para todos esses critérios, o tipo de administração da instituição de ensino superior que sedia o curso, isto é, se privada ou pública. Após análise dos 87 cursos de Fonoaudiologia em atividade no país, identificou-se que o ensino nessa área é essencialmente presencial, privado, distribuído pelo país, com 7.044 vagas ofertadas em 2017, porém com baixa ocupação, carga horária mínima maior nas instituições públicas, cumprida entre oito e dez semestres. Os indicadores de qualidade analisados mostraram conceitos satisfatórios, em sua maioria, porém alguns conceitos de desempenho dos estudantes foram insatisfatórios, sem ficar clara uma diferença entre instituições públicas e privadas. Foi analisada, também, a produção científica dos 383 docentes fonoaudiólogos vinculados aos 24 cursos das instituições de ensino superior públicas do Brasil, a partir dos dados extraídos dos currículos, utilizando-se o *software Sciplattes*. Analisou-se o número de artigos publicados em periódicos, capítulos de livro e livros, no período de 2014 a 2018, as colaborações presentes nas publicações e o perfil de produção dos docentes. No período, foram publicados 2711 artigos científicos, 965 capítulos de livro e 130 livros e, para os três tipos de documento, houve produção em colaboração entre os cursos. Quanto ao perfil de produção, os docentes apresentam uma tendência de divulgar suas pesquisas em língua portuguesa, em periódicos nacionais não indexados a bases de dados internacionais. Como as instituições públicas possuem papel fundamental na produção científica do país, pode-se considerar que os resultados obtidos nesta tese representam a Fonoaudiologia brasileira como um todo. Percebe-se uma necessidade deste campo de melhorar a visibilidade de seus estudos, para que as pesquisas aqui desenvolvidas possam atingir a prática clínica e níveis mais elevados de produção científica.

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Ensino superior. Indicadores de produção científica.

ABSTRACT

Speech, language and hearing sciences in Brazil began in the mid-twentieth century in an interdisciplinary work with the areas of education, psychology and medicine. Since then, the scientific field of speech, language and hearing sciences has undergone several strategies of autonomization, such as organization in associations, the opening of undergraduate courses and the recognition of the profession. Public universities are the main source of scientific production in the country, a topic currently discussed by several studies, especially regarding the publication of scientific articles. The purpose of the thesis is to evaluate the scientific production of speech and language pathologists professors linked to speech, language and hearing sciences courses of Brazilian public higher education institutions. The methodology used was documentary and descriptive research, with data collection on the e-MEC portal, the electronic system of citizen information service at federal and state level and the curriculum of teachers at the Lattes Platform of the National Council for Scientific and Technological Development. The speech, language and hearing sciences courses in the country were identified and their characteristics related to the modality offered, the number of courses, the minimum workload and the deadline for its completion, the location of the courses, the offer of places and the quality indicators of the MEC were analyzed, considering, for all these criteria, the type of administration of the higher education institution that hosts the course, that is, whether private or public. After analyzing the 87 courses currently operating in the country, it was found that teaching in this area is essentially face-to-face, private, distributed throughout the country, with 7044 vacancies offered in 2017, but with low occupancy, higher minimum course load in public institutions, between eight and ten semesters. The quality indicators analyzed showed satisfactory grades, mostly, but some grades of student performance were unsatisfactory, without a clear difference between public and private institutions. It was also analyzed the scientific production of 383 speech and language pathologists professors linked to the 24 courses of public higher education institutions in Brazil, from the data extracted from the curriculum, using the Sciplattes software. We analyzed the number of articles published in journals, book chapters and books, from 2014 to 2018, the collaborations present in publications and the production profile of professors. In the period, 2711 scientific articles, 965 book chapters and 130 books were published and for the three types of document there was a collaborative production between the courses. Regarding the production profile, professors tend to disclose their research in Portuguese, in national journals not indexed to international databases. As public institutions play a fundamental role in the scientific production of the country, it can be considered that the results obtained in this thesis represent the Brazilian speech, language and hearing sciences as a whole. There is a need for this knowledge area to improve the visibility of their studies, so that the research developed here can reach clinical practice and higher levels of scientific production.

Keywords: Speech, language and hearing sciences. Education higher. Scientific publication indicators.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL | 12 |
| 3 PERCURSO HISTÓRICO DA FONOAUDIOLOGIA E A INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR..... | 19 |
| 4 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM FONOAUDIOLOGIA | 24 |
| 4.1 Campo científico | 24 |
| 4.2 Produção científica | 27 |
| 4.3 A produção científica no campo da Fonoaudiologia | 35 |
| 5 METODOLOGIA | 39 |
| 6 RESULTADOS..... | 43 |
| 6.1 Artigo 1: O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação | 49 |
| 6.2 Artigo 2: A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil..... | 77 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 104 |

APRESENTAÇÃO

Esta tese possui como tema a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados a instituições de ensino superior (IESs) do setor público, no Brasil. A relevância e a justificativa da escolha dessa temática são apresentadas na introdução do trabalho – capítulo um, junto ao percurso pessoal e acadêmico da autora.

A tese foi organizada em seis capítulos subsequentes à introdução. Nos capítulos dois, três e quatro são apresentados temas, descritos nos próximos parágrafos, que fizeram parte do referencial teórico consultado para esta tese.

O capítulo dois versa sobre o ensino superior (ES) – estrutura organizacional, legislação atual e programas desenvolvidos pelo Governo Federal para o desenvolvimento de diversos aspectos desse nível de ensino. Além disso, foram estudadas as legislações do ES, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), diversos documentos do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O capítulo três, na sequência, traz o histórico da Fonoaudiologia no Brasil, a partir de uma análise sobre o início da prática fonoaudiológica até os dias atuais. São levantadas questões sobre o histórico da profissão e a organização dos profissionais quanto ao reconhecimento e desenvolvimento da profissão, marcando o espaço desse campo em diferentes áreas.

No capítulo quatro, são discutidas questões acerca do campo científico – conceito proposto por Bourdieu (1983) e reflexões sobre esse tema e a sua relação com a Fonoaudiologia, enquanto campo de forças. Tal relação não se faz presente em estudos científicos, o que aponta para o ineditismo da tese. Desenvolve-se a ideia de construção e produção do conhecimento gerado nas pesquisas, a produção científica. As formas de divulgação e visibilidade são aspectos apontados no decorrer do texto e, ainda, são trazidas pesquisas sobre a produção científica da Fonoaudiologia, para que se tenha um referencial sobre o que já foi produzido e o quanto esta tese contribuiu com dados inéditos nesse campo.

A metodologia do estudo é apresentada no capítulo cinco, a partir do delineamento da amostra, os procedimentos para coleta de dados, a coleta de dados em si até se chegar aos resultados obtidos, expostos no capítulo seis. Como resultados, são apresentados os dois artigos científicos elaborados: o primeiro

intitulado “O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação”, publicado na Revista Trabalho, Ensino e Saúde; o segundo, intitulado “A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil” submetido à Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior.

Ao final, no capítulo sete, são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, considerando o referencial teórico levantado e os dados obtidos.

1 INTRODUÇÃO

A Fonoaudiologia, profissão que atua na promoção da comunicação humana, foi regulamentada, no Brasil, em 1981. O fonoaudiólogo é o profissional que "atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz" (BRASIL, 1981, p.1).

No Brasil, a Fonoaudiologia surgiu de uma prática mesclada entre diversos campos, tais como Educação, Letras, Psicologia e Medicina, baseada principalmente na educação de surdos e na reabilitação de linguagem de pessoas com deficiências ou não. Desde que foi normalizada, a formação na área passa por um curso superior de bacharelado em Fonoaudiologia (AARÃO et al., 2011; BERBERIAN, 2001).

A construção do campo científico da Fonoaudiologia, visando à legitimação e ao reconhecimento, mostra as lutas políticas e científicas vividas por fonoaudiólogos e instituições. O campo é dominado por aqueles que possuem mais capital científico e, conseqüentemente, mais reconhecimento, pois são os que ditam as regras e orientam, pelo seu fazer, tudo o que é desenvolvido (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2008). O campo da Fonoaudiologia se constrói interdisciplinar, pois seus agentes carregam experiências vividas em outros campos para a construção de diferentes saberes.

Uma vez inseridos no campo, torna-se mais difícil vermos claramente o que ele determina, pois as leis e regras passam a fazer parte do *habitus* vivido, e tomamos como verdade a realidade na qual estamos inseridos e não a discutimos. Partindo desse pressuposto e considerando que experienciei uma formação na área da saúde, na graduação em Fonoaudiologia e em um programa de pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, cursos que, mesmo com características interdisciplinares, são clínicos e técnicos em sua essência, pareceu-me sempre difícil questionar o campo no qual me incluo. Porém, a inquietação ultrapassou essa dificuldade e diversas perguntas sobre a formação e a prática fonoaudiológica surgiram, as quais não foram respondidas, uma vez que, possivelmente por se estabelecer sob um viés positivista, as verdades do campo da Fonoaudiologia estão postas e não costumam ser questionadas (BOURDIEU, 2001).

Cabe contextualizar que, na construção e legitimação do campo, surgem os primeiros cursos, ainda em nível técnico, na década de 60, e os primeiros cursos de graduação em Fonoaudiologia, ao final da década de 1960 e início da década de

1970¹ (BERBERIAN, 2007; DANESI; MARTINEZ, 2001). Foi num dos primeiros cursos de graduação em Fonoaudiologia, na Universidade Federal de Santa Maria, que iniciei minha trajetória. Após a graduação, segui formação na pós-graduação também na área, nos cursos de mestrado e doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana da mesma Universidade, sendo que este último não foi finalizado. Durante esse percurso, fui aprovada em concurso público e nomeada fonoaudióloga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O Curso de Fonoaudiologia da UFRGS foi um dos que iniciou atividades, no ano de 2008, como parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a). A partir do final da década de 2000, com incentivos do Governo Federal, foram criados diversos cursos de graduação na área, principalmente em IESs públicas, ampliando, conseqüentemente, o reconhecimento e o crescimento acadêmico da Fonoaudiologia no país.

Atualmente, desenvolvo atividades em colaboração ao Curso de Fonoaudiologia da UFRGS, principalmente no que se refere às atividades práticas dos alunos, em estágios curriculares. O trabalho na universidade pública proporciona vivências ímpares, as quais carregam discussões enriquecedoras e mudanças de paradigmas. É nesse espaço que se constrói conhecimento, se trabalha em colaboração e se busca a visibilidade e o reconhecimento das pesquisas desenvolvidas e dos profissionais ali formados.

As universidades públicas são a principal fonte de publicações de pesquisa e estão presentes em *rankings* mundiais, mesmo com as políticas apresentadas pelo governo atualmente (SOUZA, 2018). Segundo relatório publicado pela Clarivate Analytics (2019), as 15 universidades que mais produziram nos últimos seis anos são todas públicas e, conseqüentemente, responsáveis por grande parte da produção científica brasileira.

A produção científica, ou seja, o conhecimento produzido nos caminhos percorridos e os resultados de pesquisas científicas, é tema de diversos estudos, por apresentar uma contagem das produções e pela busca por divulgação dos trabalhos,

¹ Na bibliografia consultada, o Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Maria foi o primeiro de nível superior em atividade. No sistema e-MEC há o registro de início do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de São Paulo no ano de 1968, porém, há relatos de que o funcionamento desse curso ainda era em nível técnico, nesse período. Optou-se, nesta tese, por considerar, para as análises realizadas, o início dos cursos superiores em Fonoaudiologia no ano de 1968, uma vez que se resgataram todas as demais informações no sistema e-MEC.

a sua maioria em artigos de periódicos, indexados a bases de dados. A divulgação dos trabalhos realizados é importante não só para as pesquisas, mas também para a sociedade, considerando que há um investimento desse setor nas instituições e, conseqüentemente, nos estudos desenvolvidos (OLIVEIRA; GRÁCIO, 2011; VOLPATO; FREITAS, 2003). Atualmente, a visibilidade das produções é medida principalmente considerando o impacto internacional do estudo, ou seja, a indexação em bases internacionais, como a *Web of Science* (WoS), e o número de citações que o trabalho recebeu (ALMEIDA; GRÁCIO, 2019).

A produção do conhecimento, nas universidades, ocorre tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação, em cursos de mestrado e doutorado. O Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde possibilitou experiências questionadoras a partir da interdisciplinaridade do seu corpo docente e discente e conseqüentes discussões em seminários e disciplinas. No percurso trilhado no curso, muitas ideias de pesquisa surgiram, mas entendi que explorar os conhecimentos gerados e o campo de atuação da minha profissão eram minhas maiores inquietações. Considerando o viés positivista que se estabelece no campo da Fonoaudiologia, a discussão sobre a produção de conhecimento, as fronteiras, o reconhecimento e validação do campo científico não são tarefas fáceis, mas verdadeiramente necessárias para o aprofundamento teórico da Fonoaudiologia. Os trabalhos desenvolvidos sobre técnicas e a prática fonoaudiológica são importantes, mas não proporcionam uma discussão sobre as bases de conhecimento do campo, sendo a proposta desta tese possibilitar o aprofundamento desse tema. Partindo-se desse pressuposto, as questões que nortearam essa pesquisa foram: (i) é possível questionar e reconhecer o campo da Fonoaudiologia? e; (ii) como se configura a produção científica dos docentes fonoaudiólogos, vinculados a cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas brasileiras?

Inicialmente, foi necessário entender em que lugar está o campo da Fonoaudiologia e, para tal, estudei o ES no Brasil, bem como o histórico da prática fonoaudiológica. Dessa forma, foi possível chegar a um panorama atual do ensino de Fonoaudiologia e seguir a discussão para outro ponto de interesse: a produção científica dos docentes fonoaudiólogos brasileiros. A intenção foi olhar para o campo, questioná-lo e reconhecê-lo.

Com base no exposto, o objetivo deste trabalho é avaliar a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados a cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas

brasileiras e, para atendê-lo, foram elaborados dois artigos científicos. O primeiro artigo foi organizado de forma a atender a primeira parte da discussão, ou seja, o estabelecimento do panorama acerca do ensino de Fonoaudiologia no Brasil e, assim, construir um entendimento sobre o campo da Fonoaudiologia. Foram definidos objetivos específicos para esse artigo, como a identificação dos cursos de Fonoaudiologia no país e as IESs às quais estão vinculados, bem como características desses cursos no que se refere à modalidade oferecida, ao quantitativo, à carga horária mínima e seu prazo de integralização, à localização dos cursos, à oferta de vagas e aos indicadores de qualidade do MEC, considerando-se, para todos esses critérios, o tipo de administração da IES que sedia o curso, isto é, se privada ou pública.

A seguir, considerando que as IESs públicas são as responsáveis pela maior parte da produção científica brasileira, foram estabelecidos como objetivos para o segundo artigo identificar os docentes fonoaudiólogos vinculados aos cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas, avaliar a produção científica desses docentes e, ainda, analisar o perfil de publicação de seus artigos científicos— ou seja, os periódicos, com suas respectivas avaliações, nos quais publicam. Pretendeu-se, dessa forma, inferir sobre a produção e o desenvolvimento científico do campo da Fonoaudiologia.

A discussão sobre o campo, realizada por seus agentes, a partir do reconhecimento dos caminhos e dos resultados alcançados proporciona abertura para que os demais possam questionar suas verdades e provocar mudanças de paradigmas e de fazeres. É isso que se pretende com esta tese, dizer que é possível questionar e que isso possibilita o fortalecimento do campo, sem alterar o reconhecimento e a autonomia já conquistados.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ES, no Brasil, caracterizado por um crescimento tardio e lento quando comparado a outros países em desenvolvimento (SALATA, 2018), possui a estrutura atual desde a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996). A LDB desenha o papel dos governos federal, estaduais e municipais no que se refere às diferentes esferas da educação no país e concede à iniciativa privada o livre acesso ao ensino, desde que cumpridas as normas especificadas nessa mesma lei. Ainda, orienta a regulação e autorização de funcionamento de cursos, assim como sua avaliação, respeitando as finalidades do ES, tais como, entre outras, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (BRASIL, 1996, p. 15).

A regulamentação do ES ocorreu pelo Decreto Federal nº 3.860, de 09 julho de 2001 (BRASIL, 2001a), o qual foi revogado por diversos outros decretos, sendo que atualmente se encontra em vigor o de nº 9.235, de 2017 (BRASIL, 2017). O Decreto Federal nº 9235, de 15 de dezembro de 2017, estabelece que o sistema federal de ensino compreende as instituições federais de ES, as instituições privadas de ES e os órgãos federais de educação superior – como o MEC e o Conselho Nacional de Educação, responsáveis pela regulação, autorização e avaliação deste nível de ensino (BRASIL, 2017).

Existem três graus de ES: bacharelado, licenciatura e tecnológico, oferecidos nas modalidades presencial ou a distância. Os cursos a distância têm crescido consideravelmente nos últimos anos, consolidando-se como um novo formato, capaz de formar um maior número de profissionais, considerando o avanço das tecnologias no ensino brasileiro. Faz parte, ainda, do ES, o ensino de pós-graduação, *stricto* (mestrados ou doutorados) ou *latu sensu* (especializações) (TANEGUTI, 2013).

Levando-se em consideração as normativas citadas, as IESs podem ser classificadas pela sua organização acadêmica em universidades, faculdades e centros universitários. As universidades são aquelas que desenvolvem um trabalho baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão e centros universitários e faculdades são aqueles que possuem obrigação apenas com ensino e podem ou não desenvolver atividades de pesquisa ou extensão (BRASIL, 2017; TANEGUTI, 2013). Cruz e Paula (2018) referem que apenas cerca de 8% das IESs são universidades e mais de 83% são registradas como faculdades.

No que se refere ao financiamento, as IESs federais são mantidas pelo Governo Federal e as estaduais e municipais pelos estados e municípios aos quais estão vinculadas. As IESs privadas têm seu financiamento baseado em mensalidades e taxas cobradas dos estudantes, valores os quais não são controlados pelo Governo (BRASIL, 1996; TANEGUTI, 2013).

Para se entender o panorama atual do ES no Brasil, é importante revisitar a história. Durante os anos em que o Brasil viveu uma ditadura militar (1964-1985), as IESs privadas receberam pouco estímulo e mantinham cursos e escolas isoladas, preocupando-se mais com a quantidade de alunos e cursos ofertados do que com sua qualidade. Por outro lado, as IESs públicas, no mesmo período, organizaram-se em universidades e tiveram a carreira do magistério superior consolidada. As universidades iniciaram trabalhos de pesquisa e extensão e, mesmo que somente na pós-graduação, promoveram produção de conhecimento. Os cursos de graduação não participaram dessa produção, pois ainda estavam focados na formação de profissionais que atendessem ao mercado econômico brasileiro (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2013; TANEGUTI, 2013).

Décadas depois, a situação do ES brasileiro, no período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é marcada por uma expansão da privatização, seguindo a reforma do Estado implementada por esse governo (CRUZ; PAULA, 2018). A partir de 1995, inicia-se, no país, um processo de mudança no ES levando-se em consideração a LDB, sancionada em 1996 e responsável por nortear a gestão do ES pelo princípio de autonomia, o que permitiu o crescimento do ensino privado (COSTA; GOULART, 2018). A aposta, portanto, desse governo, foi no sistema privado, acreditando na sua eficiência e na possibilidade que teria de expandir rapidamente, suprimindo a grande demanda de acesso que existia no país. O cenário nas IESs públicas era completamente diferente, uma vez que foi implementada restrição orçamentária para aquisição de materiais e recursos humanos, tendo o setor ficado sem ingresso de novos servidores por muitos anos (CHAVES, 2010; FONSECA, R., 2018; TANEGUTI, 2013).

O incentivo ao setor privado promoveu aumento das taxas de acesso às IESs a ele vinculadas, porém, mais uma vez sem controle da qualidade das instituições e cursos, acarretando carência na produção de conhecimento e baixo investimento em produção científica e tecnológica (FONSECA, R., 2018). O reflexo desse incentivo ainda impacta o panorama atual do ES, uma vez que 87% dos estabelecimentos de

ES do país são vinculados ao setor privado (COSTA; GOULART, 2018; SALATA, 2018), ou seja, o ES no Brasil é essencialmente privado, mesmo com todas as políticas do governo para aumentar o acesso às IESs públicas. Cerca de 70% a 80% das IESs, no Brasil, são privadas e, para os cursos da área da saúde, se observa a mesma tendência (CORDEIRO et al., 2006; COSTA; BARBOSA; GOTO, 2011; CRUZ; PAULA, 2018; HADDAD et al., 2006, 2010; MACHADO; XIMENES-NETO, 2018; MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006; SALATA, 2018; STROMQUIST, 2012).

Franco e Dal Poz (2017), em estudo sobre os desafios no processo de regulação das profissões da saúde, trazem uma reflexão sobre a privatização da formação dos profissionais da saúde e sobre o quanto a sobreposição do ES público e privado pode influenciar no sistema de saúde do nosso país, já que se percebe a atuação de empresas de capital aberto e a presença cada vez mais marcante de instituições com fins lucrativos no sistema privado. Por isso, diversos autores sugerem que sejam pensadas políticas específicas, tanto para a educação, considerando a formação em ES, quanto para a saúde, levando em conta o Sistema Único de Saúde do Brasil, para que se tenha possibilidades de regulação desse processo (DAL POZ; PIERANTONI; GIRARDI, 2013; FRANCO; DAL POZ, 2017; PIERANTONI et al., 2012; SCHEFFER; DAL POZ, 2015).

Mesmo com aumento nas taxas, o acesso ao ES ainda era realidade somente para uma minoria da população (CORBUCCI, 2014; TANEGUTI, 2013), o que levou o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) a implementar programas que visassem à compensação desse aspecto, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (BRASIL, 2001b). Por meio do PROUNI, o Governo faz a concessão de bolsas integrais e parciais a estudantes em IESs privadas. O FIES, por sua vez, financia estudantes matriculados em cursos de instituições privadas, as quais aderirem ao programa e obtiverem conceitos satisfatórios nas avaliações realizadas pelo MEC.

As políticas de ações afirmativas, como a de cotas raciais, de renda ou de educação pública, propostas pelo Governo Federal, são, também, tentativas de diminuição das desigualdades no acesso ao ES (BRASIL, 2012a). Além das oportunidades lançadas na seleção pelas cotas, o Governo propõe, também, uma logística diferenciada de acesso, pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) (BRASIL, 2012b), o qual utiliza o desempenho no Exame Nacional do Nível Médio (ENEM)

(BRASIL, 1998) para classificação e conseqüente acesso dos estudantes a IESs públicas. O SiSU centraliza o processo de seleção dessas IESs, permitindo que a escolha de cursos e universidades seja o mais democrática possível, uma vez que estudantes de qualquer município do país têm a oportunidade de concorrer a vagas em qualquer uma das universidades que aderirem ao sistema (MARTINS; MACHADO, 2018). Outro aspecto está relacionado ao investimento financeiro pelos estudantes, uma vez que não há cobranças de taxas pelo SiSU, apenas a inscrição e participação no ENEM.

A questão do acesso é discutida a partir da educação básica, pois, segundo Corbucci (2007) e Taneguti (2013), apenas cerca de 30% dos que ingressam no ensino médio o concluem. Nesse sentido, Corbucci (2014) sugere que, para que as taxas de acesso ao ES sejam elevadas, é necessário um trabalho voltado a estratégias de permanência na educação básica, com objetivo de que esse aspecto, tão característico das desigualdades vividas em nossa sociedade, possa ser superado (SALATA, 2018). Corbucci (2007) também traz outros fatores relevantes às dificuldades de acesso ao ES no Brasil, tais como o número de vagas extremamente reduzido em IESs públicas, quando comparadas às privadas e à condição socioeconômica daqueles que concluem o ensino médio.

Seguindo o processo de avanço do ES iniciado na década de 1990 e buscando-se a modificação do cenário que há décadas assolava o setor público, é lançado, em 2007, o Programa REUNI (BRASIL, 2007a). Esse programa foi uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal, com o objetivo de ampliar o acesso e garantir a permanência de estudantes, promovendo a retomada do crescimento do ES público. As estratégias adotadas foram o aumento de vagas, criação de novos cursos – inclusive noturnos -, articulação entre graduação, pós-graduação e ensino técnico, bem como ações pedagógicas e de inovação acadêmica, visando à diminuição da evasão e da retenção. Outra meta do programa foi a contratação de docentes e técnicos-administrativos, para que fosse possível a execução das demais metas, assim como o financiamento de melhorias de infraestrutura (BRASIL, 2009a; COSTA; BARBOSA; GOTO, 2011; TEIXEIRA et al., 2013). A partir de ações deste programa, foi possível inaugurar novas universidades federais e interiorizar o acesso, inclusive propondo novos campi a universidades já instaladas.

Os avanços e oportunidades criados a partir dos programas do Governo não foram suficientes para modificar a realidade do ES, na qual os indivíduos com baixa renda frequentam, em sua maioria, as IESs públicas, e aqueles que possuem níveis de renda mais altos, as IESs privadas. Da mesma forma, o que se observa quando se toma a questão da raça é que há mais estudantes negros nas IESs públicas do que nas privadas (CORBUCCI, 2007; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018).

Assim como se analisam as questões de acesso, é necessário pensar sobre a permanência dos estudantes no ES. Há dados de ociosidade das vagas em maior número nas IESs privadas (51% de ocupação) quando comparadas às públicas (87% de ocupação) e taxas de evasão também maiores nas privadas (CORBUCCI, 2014; FRANCO; DAL POZ, 2017; SÉCCA; LEAL, 2009; TANEGUTI, 2013). Corbucci (2007) relata que as IESs privadas trabalham como num sistema de *overbooking*, ou seja, disponibilizam muitas vagas pensando nas altas taxas de evasão que possuem, o que poderia explicar as baixas taxas de ocupação de vagas. Pode-se pensar que as IESs precisam promover ações que visem à diminuição das desigualdades sociais e promovam políticas de permanência aos estudantes.

Foram discutidos até aqui o histórico e a organização, dados de acesso, permanência e desigualdades, bem como ocupação das vagas ofertadas, estabelecendo um cenário do ES no país. Cabe discutir, ainda, sobre a regulação do ES e o processo de avaliação realizado pelo MEC, assunto tratado a partir de agora, neste capítulo.

No processo de regulação da educação, o MEC autoriza, reconhece e avalia os cursos de graduação do país por meio de atos regulatórios, visitas avaliativas e exames de desempenho. Um dos atos regulatórios mais importantes é as diretrizes curriculares nacionais (DCNs), as quais norteiam as atividades dos cursos de graduação no país, fornecendo orientações quanto à formação dos estudantes, perfil dos egressos, competências e habilidades esperadas do profissional formado, com foco na qualidade da formação (BRASIL, 2001c, 2002). O exame de desempenho mais conhecido no país é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o qual é obrigatório e avalia o rendimento dos alunos concluintes em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas durante sua formação, com relação àqueles previstos nas DCNs. Ainda, avalia o grau de atualização dos estudantes frente à realidade do país e do mundo (BRASIL, 2018a;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015a).

O MEC, com objetivo de melhorar a qualidade do ES brasileiro, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), composto por três avaliações principais: da instituição, do curso e do estudante. É por meio dessas avaliações que cursos são autorizados e regulados, principalmente por meio dos seguintes indicadores: Conceito ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC), Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) (BRASIL, 2004, 2008; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015b).

Calculados caso o curso tenha pelo menos dois estudantes concluintes participantes do ENADE, o conceito ENADE, o CPC e o IDD representam avaliações desses cursos. O conceito ENADE avalia pelo desempenho dos estudantes no exame de mesmo nome. O CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e nas condições do curso, como corpo docente e infraestrutura. O IDD mede o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando o desempenho no ENADE e no ENEM e, para isso, necessita que os concluintes estejam na base de dados do ENEM num período entre o ano de ingresso no curso e os três anos anteriores (BRASIL, 2008; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015b).

Havia um incômodo das IESs privadas com relação ao conceito ENADE, pois entendiam que, pela dificuldade de acesso, as IESs públicas agregariam um número maior de estudantes de alto rendimento, obtendo notas altas no exame. Para que os resultados de qualidade fossem, então, mais fidedignos, o IDD foi criado, considerando a nota do ENEM e, conseqüentemente, o perfil e a bagagem educacional dos estudantes (BITTENCOURT et al., 2008).

Outro indicador, o IGC representa a avaliação das instituições e é calculado anualmente a partir da média dos CPCs e conceitos de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, considerando o número de matrículas nesses níveis, bem como a distribuição de estudantes entre os diferentes níveis de ES – graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Todos os indicadores variam de um a cinco e são calculados baseados em avaliações de rendimentos dos concluintes e outros aspectos, como infraestrutura física e de pessoal das instituições. São considerados conceitos satisfatórios aqueles iguais ou maiores que três (BRASIL, 2008, 2018a; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015b).

Neste contexto apresentado, no qual estão colocadas as características, a organização, regulação e avaliação do ES, pretende-se discutir, agora, a Fonoaudiologia. Sendo assim, no próximo capítulo é apresentado o percurso histórico deste campo e sua inserção no ES brasileiro.

3 PERCURSO HISTÓRICO DA FONOAUDIOLOGIA E A INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

O início da prática fonoaudiológica no Brasil, segundo Aarão et al. (2011), deu-se a partir da inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), em 1854, local para ensino de deficientes visuais e instituição pioneira na América Latina (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2019) e do Colégio Nacional (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), em 1856, para o ensino de surdos (AARÃO et al., 2011; DANUELLO, 2014; INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS, 2019). Outro estudo refere como marco do início da prática fonoaudiológica cerca de 80 anos mais tarde, no 1º Congresso da Língua Nacional, o qual ocorreu em 1937 e trouxe discussões sobre a padronização da língua e a necessidade de um profissional capaz de tratar os desvios de fala (BERBERIAN, 2007; SILVA; SAMPAIO; BIANCHINI, 2010).

A situação histórico-social do país do século XIX e até meados da década de 1940 mostrava ideais higienistas, a constituição da Escola Nova e a necessidade de consolidação de uma língua nacional, o português. Há uma intensa atividade de urbanização e industrialização das cidades brasileiras, o que proporciona que grupos se organizem (por atividade de trabalho, por exemplo) e a ordem social é vista como ameaçada, possibilitando contaminação física e moral, ignorância, analfabetismo e transmissão de doenças. O Brasil, nesse momento, recebe diversos grupos de imigrantes – italianos, portugueses, alemães, espanhóis, bem como pessoas advindas de diferentes regiões do país em direção à capital na época, Rio de Janeiro, e à cidade de São Paulo (BERBERIAN, 2001, 2007).

Por volta de 1910, visando ao progresso do país, acontece um movimento focado na educação. Percebeu-se que, nas escolas, era possível intervir na população e, conseqüentemente, resolver os problemas nacionais. A partir de então, com o objetivo de fortalecer a língua portuguesa e uniformizar o povo, o ensino torna-se obrigatório, assim como o controle de frequência e o fechamento das escolas estrangeiras. Para que o país progredisse era necessário que todos tivessem os mesmos valores culturais e sociais, ou seja, as minorias étnicas e linguísticas deveriam se adaptar aos valores dos grupos mais influentes na sociedade. Era necessário ter a população controlada para que trabalhasse em prol do mesmo objetivo (BERBERIAN, 2007).

O ensino era um dever e não um direito da população, que aprendia condutas de trabalho, higiene e lazer. Na escola ocorreriam mudanças de atitudes e de visão, em uma tentativa de domesticação da população, como um método moralizador. A padronização da língua portuguesa foi um dos principais instrumentos de moralização da população e o papel higienista estava caracterizado pela medicalização e psicologização no ambiente escolar.

A domesticação e a moralização da população podem ser explicadas a partir do conceito de biopolítica, que, como descrito por Michel Foucault, atua sobre a população com estratégias globalizantes. É um conjunto de saberes sobre a população que geram estratégias e políticas de intervenção, bem como produzem conhecimento, com o objetivo de dominar os sujeitos e governar os corpos. A população é vista como um problema biológico e político e a probabilidade dos fenômenos coletivos, aleatórios e sérios com efeitos econômicos e políticos é interessante na proposição de biopolíticas e, por isso, é necessário conhecer os sujeitos que serão atingidos e dados da população na qual se inserem. Pode-se entender a biopolítica como um conjunto de relações de poder que enquadra a subjetivação dos indivíduos (CASTRO, 2006; FONSECA, M., 1995; FOUCAULT, 1999, 2008).

A disciplina, para Foucault (2005), como uma técnica de exercício de poder direcionada ao indivíduo, é aperfeiçoada, nos séculos XVII e XVIII, para uma nova técnica de gestão dos homens. Um sujeito disciplinado é um sujeito subjetivado. Para atingir-se um grupo, primeiro se conhecem os seus atores e, então, utilizam-se estratégias de biopoder. O autor ainda refere que as tecnologias de disciplina e de biopolítica se articulam para o governo da vida e do corpo. A partir de estratégias disciplinares, sujeitos são produzidos e governados, inseridos em instituições, como, nesse caso, as escolas. O sujeito deve ser subjetivado para ser atingido pelas estratégias e, conseqüentemente, por biopolíticas. Os alunos, então, passam a ser subjetivados e atingidos pelas estratégias propostas nas escolas (FOUCAULT, 1995, 2012).

Ser subjetivado como aluno significa aceitar como verdadeiras as estratégias trazidas pelos educadores, a partir de práticas de subjetivação – sociais e culturais -, nas quais estão implicadas relações de saber-poder. O sujeito é sujeito por estar dominado pela verdade do outro, por construir uma relação de saber-poder com o outro e é submetido pelo outro ou a si mesmo (FONSECA, M., 1995; FOUCAULT,

1995). Em outras palavras, o corpo do aluno é marcado pelas relações de saber-poder de um sistema político, aqui representado pela escola.

Aqueles que desviavam da maioria típica, recebiam tratamento diferenciado. Vê-se, então, o papel higienista da escola, permitindo a medicalização e a psicologização no ambiente escolar, espaço no qual transitavam professores e profissionais da saúde. Nessa perspectiva, os sotaques, as variações dialetais, as dificuldades de fala e de linguagem eram tratados como doenças. Assim, nasce o trabalho de profissionais, inicialmente vinculados a escolas e ao pedagógico, para o tratamento dessas alterações da língua, buscando uma “normatização da linguagem” (BERBERIAN, 2001, p. 266). Esses profissionais eram chamados, à época, de ortofonistas ou logopedistas, e a prática fonoaudiológica nascia interdisciplinar, apoiada na prática e no empirismo (AARÃO et al., 2011; BERBERIAN, 2001, 2007; DANUELLO, 2014; OLIVEIRA, 2002).

A Fonoaudiologia surge nesse processo, da atuação de profissionais da saúde mesclada a práticas pedagógicas, no ambiente escolar, com o objetivo de unificar a língua do país e normatizá-la. É uma profissão pertencente à área da saúde, mas destaca-se a grande inserção na área da educação, fazendo parte das ciências humanas, pelo trabalho desenvolvido em relação à linguagem dos sujeitos.

O trabalho era primeiramente realizado em escolas e com suporte de pedagogos e/ou educadores especiais, bem como professores de séries iniciais. Além desta, na mesma época, outra linha se construía com apoio de médicos otorrinolaringologistas na realização de exames audiológicos (BERBERIAN, 2001; DANESI; MARTINEZ, 2001; OLIVEIRA, 2002). A Fonoaudiologia historicamente contou com a interlocução com as áreas da Educação, Letras, Psicologia e Medicina.

Nas décadas de 1940 e 1950, o professor especializado atuava no tratamento de gagueira, tartamudez, dislalia, perturbações articulatorias, entre outras patologias, após a realização de curso prático informal e leitura de material estrangeiro, ou de cursos com duração de três meses, que forneciam título de terapeutas da palavra ou logopedistas. O trabalho mais voltado à área da saúde fornecia títulos de ortofonistas e audiologistas, que eram mais valorizados socialmente, por se considerar a área de atuação. Nessa visão, o perfil do profissional segue técnico, mas se afasta do pedagógico por uma aproximação à clínica, que estimulou a criação de um curso de Logopedia ou Terapia da Palavra, voltado à reabilitação (AARÃO et al., 2011; BERBERIAN, 2007).

O trabalho do fonoaudiólogo era desenvolvido, nesse período, em clínicas médicas, em importante parceria com otorrinolaringologistas – principalmente – e na área educacional. Havia, à época, profissionais da área da Fonoaudiologia vinculados às secretarias de educação dos municípios e estado – os reeducadores de linguagem, realizando o trabalho de reabilitação de linguagem nas escolas (DANESI; MARTINEZ, 2001).

A década de 1960 foi muito importante para a institucionalização acadêmica e organização da Fonoaudiologia como profissão. Isso se deve, principalmente, ao trabalho do médico argentino Julio Bernaldo de Quirós, diretor do Centro Medico de Investigaciones Foniátricas y Audiológicas, responsável pela formação de diversos fonoaudiólogos brasileiros em seu Centro em Buenos Aires e pela promoção de cursos em diversas cidades brasileiras, capacitando um número grande de profissionais (BERBERIAN, 2007; DANESI; MARTINEZ, 2001; FIGUEIREDO NETO, 1994; PUPO et al., 2004; SPINELLI, 2001).

Em 1961, em São Paulo, inicia o primeiro curso de Fonoaudiologia, ainda em nível técnico, com duração de um ano, vinculado ao Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital das Clínicas. Em sequência, no ano seguinte, vinculado à Clínica de Psicologia da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), tem-se a criação de um segundo curso, também técnico, mas com duração de dois anos (AARÃO et al., 2011; MEIRA, 1998; PUPO et al., 2004). A diferença entre os dois cursos era a ênfase do trabalho: enquanto o curso vinculado ao Serviço de Otorrinolaringologia era voltado mais para a atividade clínica e questões audiológicas, o curso da PUC-SP possuía um trabalho interessante na área da reabilitação da linguagem e um vínculo maior com profissionais que atuavam na educação (AARÃO et al., 2011; PUPO et al., 2004; SPINELLI, 2001).

O trabalho foi sendo desenvolvido por profissionais com formações básicas ou específicas de áreas afins, sempre relacionado à comunicação humana. Também na década de 1960, no Rio Grande do Sul, iniciou-se um movimento de reuniões de profissionais, formando Associações. No estado, havia três associações: duas sediadas em Porto Alegre – a Associação Sul-riograndense de Fonoaudiologia e a Associação Fonoaudiológica do Rio Grande do Sul; e outra sediada em Santa Maria (DANESI; MARTINEZ, 2001). A partir da fusão das associações e da reunião dos fonoaudiólogos no Rio Grande do Sul, viu-se surgir um movimento de reconhecimento

da profissão no país, em um trabalho conjunto principalmente com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Como resultado, obteve-se, ao final da década de 1960 e início da década de 1970, a criação dos primeiros cursos universitários de Fonoaudiologia. Destaca-se o Curso de Fonoaudiologia da UFSM, no Rio Grande do Sul, com atividades desde 1971 e reconhecimento, pelo MEC, em 1975. Em 1981, a profissão de Fonoaudiólogo foi reconhecida a partir da Lei Federal nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981 (BRASIL, 1981; DANESI; MARTINEZ, 2001) e, atualmente, há mais de 40 mil fonoaudiólogos atuando no Brasil, em 11 diferentes especialidades (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA, 2019a, 2019b).

Após apresentar-se o histórico e situar-se a Fonoaudiologia no Brasil, seguiu-se a discussão, no próximo capítulo, abordando a produção do conhecimento na área, desde o conceito de campo científico (BOURDIEU, 1983) até as produções científicas.

4 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM FONOAUDIOLOGIA

Neste capítulo aborda-se o conceito de campo científico (BOURDIEU, 1983) e faz-se uma proposta de reflexão sobre o campo da Fonoaudiologia, sua estruturação e estratégias de autonomização. A construção do conhecimento no campo científico produz resultados, os quais são expressos na comunidade científica como produção científica, outro tema debatido, considerando, também, o lugar do Brasil na produção mundial. Relacionando novamente com o campo da Fonoaudiologia, a última parte deste capítulo traz uma análise sobre a produção científica na área, a partir de artigos científicos publicados nesta temática.

4.1 Campo científico

O conceito de campo científico de Bourdieu refere-se aos microcosmos, ou seja, vários universos vistos de um modo subjetivo, os quais possuem um sistema de relações, uma estrutura de organização, diferentes uns dos outros (BOURDIEU, 1983; THIRY-CHERQUES, 2006). É um sistema de lutas e relações de força por concorrência, para aquisição de capacidades técnicas ou de ações, também denominadas autoridade ou competências científicas. Para que um campo exista, são necessários interesses e valores comuns e específicos dos agentes e instituições que o constituem. São eles que investem no campo – tempo, recursos financeiros, trabalho – seguindo um funcionamento a partir de um *habitus* específico e característico, compartilhado por todos do campo (BOURDIEU, 1983, 2004a). Por *habitus*, entendem-se interesses, valores e ideais compartilhados no campo (BOURDIEU, 2008; SILVA, 2016; WACQUANT, 2007).

Relacionando este conceito com a temática desta tese, entende-se a Fonoaudiologia como um campo científico, ou seja, uma determinada área, à qual estão vinculados agentes – fonoaudiólogos, estudantes de Fonoaudiologia – e instituições, como clínicas de atendimento fonoaudiológico, cursos de Fonoaudiologia e IESs. Os estudantes, fonoaudiólogos e instituições partilham do mesmo *habitus*, isto é, possuem os mesmos ideais e valores, como, por exemplo, o código de ética da profissão, técnicas fonoaudiológicas consagradas, entre outros.

Há um objeto de trabalho para cada campo, bem como a maneira como é compreendido, estabelecidos a partir das relações de força entre os agentes, levando-

se em consideração as posições ocupadas por eles no interior do campo (BOURDIEU, 1983, 2003). Os fonoaudiólogos que possuem maior reconhecimento no campo da Fonoaudiologia são aqueles que ocuparão as melhores posições e, por isso, terão possibilidade de orientar os demais a partir de suas convicções, as quais, por sua vez, estão orientadas pelo *habitus* do campo. Na prática, os trabalhos produzidos por esses profissionais serão aqueles com maior reconhecimento e repercussão na prática fonoaudiológica do dia a dia, no que se refere, por exemplo, a técnicas utilizadas, uma vez que este assunto é extremamente relevante nesse campo.

Os agentes e instituições competem pela dominação no campo, que é organizado de maneira que existam dominantes e dominados (BOURDIEU, 2003). Aqueles que dominam recebem todos os lucros do campo e possuem o direito de determinar as regras desse espaço a partir de seus valores e interesses (BOURDIEU, 2003; THIRY-CHERQUES, 2006), ou seja, aqueles fonoaudiólogos ou instituições mais reconhecidos receberão sempre mais reconhecimento pelas suas produções, quando comparados àqueles que estão em posição de dominados.

Para explicar a dinâmica de distribuição desigual do poder dentro do campo científico, tem-se o conceito de capital científico. Esse tipo específico de capital é acumulado a partir do reconhecimento que o agente ou instituição recebe no campo, bem como do conhecimento que tem sobre esse campo. Quanto mais capital um sujeito – nesse caso, o fonoaudiólogo – possui, isto é, quanto mais poder, mais alta a posição que ocupa na hierarquia do campo e, conseqüentemente, mais fácil de afirmar nesse espaço as suas ideias e estratégias (BOURDIEU, 2004b).

Sintetizando os pontos abordados até aqui, entende-se que o conceito de campo científico foi proposto por Bourdieu (1983) para designar um sistema de relações de poder, em um determinado espaço social, no qual ocorrem lutas científicas e políticas, visando à dominação do capital científico e conseqüente reconhecimento. Os sujeitos desse campo, agentes e instituições, por vivências e lutas anteriores, assumem determinadas posições, considerando seu capital científico. Cada campo possui regras, as quais são ditadas por aqueles que o dominam, ou seja, os que possuem mais capital científico.

Os pesquisadores são responsáveis pela construção de conhecimento ou fatos científicos por meio das lutas de poder estabelecidas no interior do campo. O que orienta essas lutas são as posições ocupadas por cada pesquisador e o capital científico que cada um possui. Isso remete ao fato de que é a estrutura do campo que

define as pesquisas realizadas, pois é responsável pela sua legitimação, visando sempre ao lucro científico (LORENZI; ANDRADE, 2011). Se um campo possui disputas justas, o conhecimento gerado por ele será mais confiável, o lucro será mais fidedigno.

Pode-se inferir que a Fonoaudiologia, antes de constituir-se como campo, foi um subcampo, criado à medida que os campos da Educação, Letras, Psicologia e Medicina se desenvolviam e estabeleciam suas lutas. Percebem-se, no caminho trilhado pela área, diversas estratégias de autonomização, tais como a instituição de cursos de graduação, associações de classe, sindicatos e conselhos regionais e federal da profissão com atuação visível no país, na defesa da profissão e consequente estabilidade do campo no setor acadêmico. Além disso, os mais de 40 mil fonoaudiólogos brasileiros têm sua atuação cada vez mais presente tanto na rede pública de saúde quanto na privada, vinculados a municípios, estados e União (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA, 2019b).

Percebe-se, no entanto, pela ausência de trabalhos científicos, que há pouca discussão no campo da Fonoaudiologia acerca dessa temática, a partir da perspectiva trazida por Bourdieu. Há uma ampla discussão sobre técnicas, mas pouco se aprofunda teoricamente sobre as bases da produção do conhecimento fonoaudiológico. Tem-se a hipótese de que a tecnicização do campo tenha sido exercida por todos esses anos como uma estratégia para não se corromper, uma vez que a Fonoaudiologia é um campo interdisciplinar em sua essência e necessitava de fortalecimento, até seu estabelecimento na área das ciências da saúde. Sampaio (2014), no entanto, relata que não se faz ciência sem pressupostos teóricos e empirismo juntos, trazendo a necessidade de pensar o campo a partir, também, de uma perspectiva sociológica, dando visibilidade às lutas políticas e científicas em seu interior.

Galvão e Branco (2005) referem que a pesquisa com foco voltado para a clínica não contempla os problemas humanos, pois estes abrangem múltiplos aspectos, os quais somente a técnica fonoaudiológica não seria suficiente para diagnosticar e tratar. Portanto, é necessário que o profissional e o paciente tenham uma abertura ao processo terapêutico, considerando suas vivências e experiências, modificando a visão de clínica que hoje impera neste campo.

A prática fonoaudiológica possui um viés positivista, considerando que se trabalha com foco em técnicas – inclusive na formação dos profissionais, na maioria

das vezes muito rígidas. O pensamento positivista parte do princípio de que não há influência de fatores sociais ou culturais na construção do conhecimento, o que ocorre de forma objetiva, passível de experimentação e verificação pelo método científico. O positivismo propõe que os resultados de pesquisa sejam considerados verdades absolutas, excluindo do processo a participação de todos os sujeitos envolvidos, suas questões clínicas, culturais, sociais (SILVINO, 2007). Hoje se questiona essa visão, inclusive na Fonoaudiologia, pois entende-se que a construção do conhecimento pode sofrer influência de diversos fatores e principalmente dos sujeitos envolvidos.

A partir das relações estabelecidas no campo e entre os campos é construída uma rede, a qual produz fatos e conhecimentos científicos (LORENZI; ANDRADE, 2011). O conhecimento gerado a partir da pesquisa científica é elemento importante para se pensar o desenvolvimento do país. Nesse sentido, entende-se a importância de se estudar a produção científica, ou seja, o resultado das pesquisas que se transformaram em conhecimento científico (DANUELLO, 2014; NASCIMENTO, 2010).

4.2 Produção científica

Considera-se produção científica o conhecimento gerado, em diferentes formas de documentos, durante e após as pesquisas, divulgados na comunidade científica. É o processo e o resultado das pesquisas em determinado campo científico, expresso em documentos como livros, teses, comunicações orais em eventos ou artigos publicados em periódicos científicos, indexados em bases de dados, sendo os últimos considerados a mais importante forma de divulgação de produção científica (DANUELLO, 2014; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; LARA, 2006; MUELLER, 2000; MUGNAINI, 2006; OLIVEIRA; GRACIO, 2011). Cabe salientar que todo conhecimento gerado deve ser publicado, isto é, deve chegar até a sociedade para que tenha valor, uma vez que os pesquisadores possuem responsabilidade social quando vinculados a pesquisas, seja pelo investimento financeiro realizado seja pela disponibilização de instituições e pesquisadores para sua realização (VOLPATO; FREITAS, 2003).

As publicações científicas são avaliadas antes e depois de divulgadas, dentro do próprio campo, pelos pares concorrentes, sujeitos capazes de entender as mesmas regras e *habitus* do contexto da publicação, sendo, então, comprometidos para manutenção do campo a partir da produção de conhecimento. Witter (1996) refere que, para se produzir, precisa-se de um consumidor. Aquele sujeito que produz

também consome e, quanto melhor consumidor esse pesquisador for, melhores serão suas produções, pois estas estão relacionadas a sua criatividade, curiosidade e capacidade de execução.

Segundo Funaro e Noronha (2006), a divulgação da produção científica acontece por meios formais e informais de comunicação. Os meios formais atingem um público em maior número, pois referem-se a publicações em livros e periódicos científicos, esses últimos com significativo aumento de reconhecimento nas últimas décadas, pois apresentam um rápido retorno de reconhecimento por meio de apresentações concisas dos estudos realizados, conferindo maior visibilidade aos pesquisadores. Os livros, por sua vez, perderam espaço, principalmente pelo tempo demandado na construção e a quantidade de trabalho envolvido (DANUELLO, 2014; ZIMAN, 1981). Os periódicos são reconhecidamente os meios de divulgação mais utilizados atualmente e com maior possibilidade de acesso pelo público, proporcionando maior visibilidade ao pesquisador. Além disso, agências de fomento e órgãos governamentais de regulação e financiamento de pesquisas e de programas de pós-graduação estabelecem exigências de produção aos pesquisadores, levando-se em consideração, para muitas áreas, os quantitativos de artigos científicos publicados em periódicos, o que poderia justificar este ser a primeira escolha da maioria dos pesquisadores (DANUELLO, 2014; MUELLER, 2000).

A avaliação da produção científica mostra-se uma prática importante, pois possibilita verificar a competência, o reconhecimento e diversos outros aspectos característicos do campo científico. A mensuração do número de publicações, ou seja, da produção científica de um determinado campo, é prática rotineira e se mostra como um importante indicador de competência (DANUELLO; GUIMARÃES, 2005). Barata (2013) observa que os indicadores bibliométricos mostram o quanto um estudo é importante para determinado campo e as possibilidades que traz para o desenvolvimento da ciência e a produção de conhecimento. São capazes de medir a qualidade das produções e, conseqüentemente, diagnosticar o desempenho de pesquisadores, grupos e instituições. Dessa forma, tem-se elementos para a construção de políticas de financiamento e de pessoal (BARRETO ET AL, 2013; MARENCO, 2015).

Segundo Leta, Thijs e Glänzel (2013) a produção de artigos científicos brasileiros cresce cerca de 8% ao ano, mais do que países como México e Argentina e coloca o Brasil como líder de produção da América Latina (GLÄNZEL; LETA; THIJIS,

2006; LETA; GLÄNZEL; THIJIS, 2006; LETA; THIJIS; GLÄNZEL; 2013). A produção brasileira é significativa também quando se considera os países ibero-americanos, chegando a ser responsável por 50% das publicações deste grupo (LETA, 2012; REGALADO, 2010). Em 2018, o Brasil produziu mais de 50.000 artigos e obteve um crescimento de 30%, considerando dados analisados de 2013 a 2018, quando a média mundial foi de 15%, ocupando, atualmente, a 13ª posição entre todos os países do mundo, em produção científica (CLARIVATE ANALYTICS, 2019; CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2018).

Os indicadores de ciência e tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações apontam a redução da produção científica brasileira em relação à América Latina (BRASIL, 2018b) desde 2014. Porém, em relação às publicações mundiais, o Brasil apresentou crescimento, possivelmente pelo aumento das publicações em revistas indexadas a bases de dados internacionais.

Souza (2018) relata que 89,24% da produção científica brasileira são oriundos do sistema universitário brasileiro, e cerca de 70% dos pesquisadores estão no setor público, por isso espera-se que as instituições públicas sejam as mais produtivas (LETA; GLÄNZEL; THIJIS, 2006). Essa concentração das publicações no setor público diferencia o Brasil em relação a países desenvolvidos, mas se aproxima de países como Bélgica e Portugal (GLÄNZEL; SCHLEMMER, 2007). A atuação de pesquisadores e instituições públicas, bem como das agências de fomento e de regulação do ES pode ser considerada, então, responsável por este crescimento, com destaque para a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Portal de Periódicos desta instituição, o qual proporciona o acesso a uma vasta bibliografia (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013).

A visibilidade da produção científica é medida a partir da indexação dos periódicos em base de dados e da consequente avaliação de critérios quantitativos, sendo utilizada para determinar o quanto uma publicação consegue influenciar seu alvo (DANUELLO; GUIMARÃES, 2005; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; FUNARO; NORONHA, 2006; PACKER; MENEGHINI, 2006). Muito utilizadas em pesquisas científicas, as bases de dados são meios de visibilidade da produção científica, pois são indexadores de periódicos, permitindo o acesso a diversas informações, já organizadas e hierarquizadas, facilitando a busca do usuário ao que deseja. Existem bases de áreas específicas e multidisciplinares, internacionais e nacionais. As bases internacionais multidisciplinares mais conhecidas são a WoS e a Scopus, as quais

indicam o impacto internacional das pesquisas indexadas a elas. Cabe ressaltar, ainda, que a base internacional *PubMed*, utilizada por diversos pesquisadores da área da saúde, está vinculada à WoS, assim como a base nacional multidisciplinar mais reconhecida, a *Scientific Electronic Library On-Line* (SciELO).

A base de dados WoS, do *Institute of Scientific Information* (ISI), é a maior e mais confiável disponível atualmente, composta por várias outras bases de dados e a Scopus, base mantida pela *Elsevier Science*, compete com a primeira, apresentando grande quantidade de materiais indexados e diversas disciplinas acolhidas. (ALMEIDA; GRÁCIO, 2019; BOYLE; SHERMAN, 2006; CLARIVATE ANALYTICS, 2019; OLIVEIRA; GRACIO, 2011).

No Brasil, a base SciELO é mantida por uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, atualmente, como já relatado, está vinculada à WoS. Apresenta, em seu acervo, cerca de 1200 periódicos em acesso aberto, cumprindo sua proposta de dar visibilidade à produção científica nacional e para países da América Latina e do Caribe (ALMEIDA; GRÁCIO, 2019; MENEGHINI, 2003).

A qualidade de artigos e periódicos indexados à WoS é medida por diversos indicadores, publicados no *Journal Citation Reports* (JCR), tais como o índice de imediatez, meia-vida das citações, índice de citação imediata e o mais utilizado deles, o fator de impacto. Esses índices induzem a qualidade dos periódicos a partir das citações que os trabalhos recebem e permite, dessa forma, conhecer os periódicos mais citados nas diferentes áreas e o quanto a publicação é relevante em cada campo científico (STREHL, 2005; STREHL; SANTOS, 2002).

Com objetivo de avaliar a qualidade das pesquisas realizadas, o índice fator de impacto fornece a relação entre o número de citações a artigos publicados nos dois anos anteriores ao avaliado, em periódicos indexados ao ISI, feitas no ano avaliado pelo número total de artigos publicados no mesmo periódico nos dois anos anteriores. Pode-se inferir, a partir deste indicador que, quanto maior o fator de impacto do periódico no qual a pesquisa foi publicada, maior a sua qualidade (STREHL, 2005; STREHL; SANTOS, 2002; VOLPATO, 2007). Ao longo dos anos, entretanto, apenas publicar em periódicos de alto impacto não se mostrou suficiente para avaliação da qualidade dos estudos.

O fator de impacto é um índice publicado no JCR, que tem como objetivo avaliar a qualidade das publicações, isto é, fornece informações sobre os periódicos que estão indexados no *Science Citation Index* (SCI) e no *Social Science Citation Index* (SSCI) (GARFIELD, 1999, 2006; STREHL, 2005). O CiteScore é um índice que apresenta o mesmo objetivo, mas calculado a partir de uma fórmula diferente, sendo baseado nas citações aos periódicos indexados na base Scopus, da Elsevier (FERNANDEZ-LLIMOS, 2018). Ambos os índices fornecem dados quantitativos inferindo a importância acadêmica dos periódicos indexados, sendo que o fator de impacto considera as citações a publicações dos dois anos anteriores ao do cálculo e o CiteScore dos três anos anteriores.

Outro indicador bastante utilizado e com objetivo semelhante é o índice h (HIRSCH, 2005), o qual pondera publicações e citações, indicando o número de artigos de cada autor e o número de citações que recebeu (VOLPATO, 2007). O número de citações de cada artigo científico está disponível nos currículos Lattes, mas, quando da realização de pesquisa sobre a avaliação da produção científica, esses dados são buscados em bases de dados, como WoS e Scopus (VOLPATO, 2007).

No Brasil, ainda, utiliza-se em todas as áreas do conhecimento o índice Qualis Periódicos, criado pela CAPES em 1998, como parte do processo de avaliação dos programas de pós-graduação do país, com o objetivo de classificar sua produção científica (BARATA, 2016). Para tal, mede a qualidade dos artigos pela qualidade dos periódicos científicos nos quais estão publicados (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2019a). A classificação Qualis possui, atualmente, sete estratos – A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 – e um estrato C para publicações que não atinjam os mínimos aspectos necessários para serem classificadas. Na classificação 2017-2020, a CAPES pretende distribuir os periódicos em oito estratos – A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3 e B4, além do C, que permanece, porém esta classificação ainda não está vigente. A classificação ocorre para os periódicos nos quais os programas de pós-graduação publicam seus estudos, considerando as publicações do(s) ano(s) anterior(es), ou seja, é retroativa. Para todas as nove áreas da CAPES há uma comissão de avaliação, a qual deve avaliar todos os periódicos que forem incluídos pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira, uma ferramenta da CAPES para coleta de informações, análises e avaliações

(COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2019b)

Cada área de conhecimento tem autonomia para definir os critérios utilizados na classificação de seus periódicos, desde que respeitadas as regras comuns, como, por exemplo, aquela que estabelece uma porcentagem máxima de periódicos nos estratos mais altos. As bases do JCR, a Scopus e a SciELO são as mais utilizadas como fonte de dados para classificação dos periódicos, e o fator de impacto e índice h são uns dos índices utilizados. O Qualis deve ser utilizado para avaliar um conjunto de pesquisadores, seja em uma instituição seja em um programa de pós-graduação (BARATA, 2016; COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2019a).

A internacionalização dos periódicos brasileiros é muito importante para o desenvolvimento da produção científica no país e isso se torna possível não só com a indexação de periódicos a bases de dados internacionais, mas também com a publicação de estudos em inglês, e o domínio dessa língua pelos pesquisadores (LETA, 2012). Os periódicos brasileiros apresentam bom desempenho nos índices das bases de dados, o que mostra um potencial para tornarem-se de alto impacto (PACKER; MENEGHINI, 2017).

A grande maioria das publicações brasileiras está em revistas nacionais, mas, dessas, muitas estão indexadas a WoS ou a Scopus, por exemplo. Mesmo que muitas vezes não apresentem a melhor qualificação ou que ainda possuam pouca visibilidade internacional, as revistas brasileiras são responsáveis pela divulgação da ciência no país e fornecem apoio importante na consolidação da produção científica nacional, com um crescimento de visibilidade discreto nos últimos anos, causado, possivelmente, pela indexação de revistas às bases de dados internacionais (LETA, 2012; LETA; THUIS; GLÄNZEL, 2013). Leta (2012) relata, ainda, que essa indexação só foi possível pelos investimentos realizados pelo Governo em pessoal e infraestrutura para que as publicações brasileiras tivessem uma visibilidade internacional.

Mesmo com o aumento da produção científica nos últimos anos, o Brasil ainda está sub-representado em bases internacionais. Como hipótese explicativa desse dado, Packer e Meneghini (2006) apontam que seriam necessários critérios que representassem de maneira mais fidedigna nossa produção. Outra hipótese, referida por Leta (2011), indica que os pesquisadores brasileiros publicam em periódicos do

país, em sua maioria aqueles que foram indexados a bases de dados recentemente, não permitindo o cálculo de indicadores.

Além das bases de dados, tem-se disponível outro instrumento de divulgação da produção científica brasileira: a Plataforma Lattes/CNPq. A partir dessa plataforma, é possível a integração de bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações e tem-se o registro eletrônico de currículos, sendo esta uma ferramenta muito utilizada no Brasil por pesquisadores e estudantes. Alguns questionamentos sobre a plataforma são feitos em estudos, uma vez que os dados são inseridos pelos próprios pesquisadores, sem validação; não há periodicidade de atualização e o preenchimento é manual. Porém, ainda assim, pela quantidade e a importância do conjunto de dados oferecidos, essa ferramenta é amplamente utilizada em pesquisas e em avaliações para seu financiamento (DANUELLO; GUIMARÃES, 2005; DIGIAMPIETRI et al., 2014).

Há, ainda, ferramentas que desempenham papel de identificação dos pesquisadores e divulgação de suas pesquisas, como o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID) e o *Researcher ID*. O ORCID, a partir de uma iniciativa comunitária, fornece um registro único para o pesquisador, que deverá ser utilizado em suas publicações e solicitações de financiamento, por exemplo. A utilização desse registro diminuiria os casos – muito comuns – de ambiguidade de registro de nome dos pesquisadores. Diversos periódicos solicitam esse registro para a submissão de artigos científicos e a CAPES tem sugerido fortemente a inserção nos currículos Lattes dos pesquisadores brasileiros (AKERS et al., 2016; HAAK et al., 2012). O *Researcher ID* é um perfil *online*, vinculado a base de dados WoS, que possibilita ao pesquisador administrar suas produções, mesmo que não estejam indexadas à WoS. Esses dois registros podem ser integrados (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2019).

Os estudos métricos permitem a análise e a avaliação da produção científica, como apoio metodológico a pesquisas em diversos campos (OLIVEIRA; GRÁCIO, 2011). A cienciometria, como instrumento da sociologia da ciência, é o estudo de aspectos quantitativos da ciência, como, por exemplo, das publicações científicas, utilizando técnicas bibliométricas para investigar características das pesquisas científicas (SPINAK, 1998). Ao analisar-se a produção científica a partir dessa abordagem, obtêm-se resultados objetivos, permitindo considerar a construção do

conhecimento científico no campo, bem como a dinâmica das pesquisas científicas no país (DANUELLO, 2014; DANUELLO; GUIMARÃES, 2005).

Assim, a cienciometria avalia, por meio de indicadores numéricos, a produtividade e a utilidade das pesquisas científicas. Há indicadores que são utilizados para avaliar fenômenos e processos importantes na produção científica, resultados de análises matemáticas, considerando como objetivo a avaliação das atividades científicas (DANUELLO, 2014; MUGNAINI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004; VAN RAAN, 2004). Macias-Chapula (1998) lembra a importância da interpretação dos números coletados, para que se possa obter um panorama da ciência naquele campo, bem como ter subsídios para tomada de decisões e perspectivas futuras.

Spinak (1998) divide os indicadores em dois grupos: i) os de publicação, que mensuram o número e o impacto das publicações; e ii) os de citação, que medem o número e o impacto das relações estabelecidas nas publicações. Esses indicadores podem ser utilizados para medir publicações em níveis micro (referindo-se a pesquisadores); médio (instituições); ou macro (países).

Macias-Chapula (1998) cita os indicadores mais utilizados no país e também internacionalmente, sendo eles, entre outros: número de trabalhos; número de citações; coautoria; mapas dos campos científicos e dos países. Okubo (1997) os agrupa em duas grandes categorias: i) indicadores de atividade científica, a qual contempla número de publicações, número de citações; e ii) indicadores de relação, na qual estão inseridos o indicador de coautoria e o mapa de campos científicos e países. A partir dos indicadores é possível verificar quais aspectos de maior importância para determinada comunidade científica, sejam as bases teóricas referenciais, os pesquisadores de maior reconhecimento sejam as relações existentes (ALVES, 2013).

O número de publicações é um indicador que mensura os trabalhos realizados por tipo de documento (livros, artigos de periódico, teses) e fornece informações sobre a produção científica do campo. O indicador número de citações busca mostrar o impacto e a visibilidade que os trabalhos apresentam, supondo que, quanto maior a qualidade do trabalho, maior impacto ele terá (MACIAS-CHAPULA, 1998; OKUBO, 1997).

Para visualizar-se a cooperação e colaboração entre pesquisadores, grupos, instituições ou países, tanto nacional quanto internacionalmente, utiliza-se o indicador de coautoria. Os mapas de campos científicos e países representam a estrutura da

produção científica em diferentes níveis, considerando-se as posições ocupadas pelos atores na rede de cooperação e colaboração mensurada pelo indicador de coautoria (MACIAS-CHAPULA, 1998; OKUBO, 1997).

4.3 A produção científica no campo da Fonoaudiologia

No campo da Fonoaudiologia, o tema produção científica é estudado, principalmente, no que se refere a número de publicações em determinado assunto ou especialidade. Há diversos estudos de revisões sistemáticas e de literatura sobre aspectos da voz, audiolgia, linguagem, motricidade orofacial e saúde coletiva (CARVALHO; FRIEDMAN, 2013; COELHO; BRASOLOTTO; BEVILACQUA, 2012; CORRÊA; WEBER; MAXIMINO, 2016; DAMASCENO; FRIEDMAN, 2011; HAYASHIDA et al., 2012; MARQUES; LEMOS, 2017; MUNHOZ et al., 2007; SILVA; FRIEDMAN, 2010; SOARES, 2016; TOMAZ-MORAIS, 2016).

Por uma perspectiva diferente, dois estudos traçam o perfil de fonoaudiólogos titulados doutores considerando, juntos, o período de 1976 a 2013 (FERREIRA; RUSSO; ADAMI, 2010; PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015). Considera-se interessante conhecer, para esta tese, quem são os profissionais titulados doutores, ou seja, aqueles que seguem a carreira acadêmica, pois muitos deles assumem concursos públicos em cargos de professores do magistério superior, público-alvo desta pesquisa.

Ferreira, Russo e Adami (2010) realizaram estudo com objetivo de analisar a formação dos fonoaudiólogos titulados doutores de 1976 a 2008, no que se refere a ano de defesa, programa de pós-graduação e instituição aos quais estavam vinculados, bem como à temática do trabalho. Os autores consideram o levantamento realizado importante para a construção e consolidação da Fonoaudiologia e, para tal, utilizaram a Plataforma Lattes/CNPq para sua busca, que retornou 504 trabalhos. Os resultados mostraram que mulheres defenderam o maior número de teses, as IESs públicas lideraram o número de teses finalizadas no período analisado e a maior concentração de defesas foi entre os anos de 2000 a 2008. As temáticas de (1) linguagem e (2) audição e equilíbrio foram as escolhidas pela maioria dos doutores. Considerando o número de fonoaudiólogos à época e os resultados do estudo, os autores referem que apenas 1,5% dos profissionais são doutores.

Paz-Oliveira, Carmo e Ferreira (2015) analisaram a formação dos fonoaudiólogos doutores no período entre 2009 e 2013, também a partir de consulta à Plataforma Lattes/CNPq, considerando as mesmas variáveis que o estudo relatado anteriormente sobre o mesmo tema, acrescentando-se a variável região. Nos cinco anos analisados, as autoras encontraram 271 teses defendidas, em maior número por mulheres, em IESs públicas da região sudeste. Diferentemente do outro estudo (FERREIRA; RUSSO; ADAMI, 2010), a área da linguagem liderou sozinha a variável temática escolhida. Considerando ambos os estudos expostos, tem-se, no período de 1976 a 2013, 775 fonoaudiólogos brasileiros titulados doutores (FERREIRA; RUSSO; ADAMI, 2010; PAZ-OLIVEIRA; CARMO; FERREIRA, 2015).

Há, ainda, o estudo de Pelizzon, Chiari e Goulart (2014), que buscou conhecer o perfil dos pesquisadores que possuem bolsa de produtividade do CNPq na área da Fonoaudiologia, no ano de 2010. Esta é outra temática de interesse para a área, uma vez que os incentivos à pesquisa científica favorecem o crescimento, a divulgação e o reconhecimento da Fonoaudiologia, bem como de sua produção científica. As autoras estudaram 46 bolsistas a partir dos dados dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes/CNPq quanto ao perfil de formação, instituição e área de doutoramento, instituições de pós-doutoramento, de livre-docência e instituição de vínculo profissional no momento do estudo. Além disso, foi identificada a produção de artigos em revistas nacionais e internacionais, considerando índices do JCR e o Qualis das revistas nas quais os trabalhos foram publicados. A maioria dos bolsistas que fizeram parte da amostra são do nível Pesquisa 2, com título de doutorado defendido e vínculo profissional em IESs públicas, na região sudeste do país. Quanto à produção, foram publicados 935 artigos entre os anos de 2006 a 2010, em sua maioria divulgados em revistas brasileiras, porém optando-se por aquelas que possuem revisão por pares, indexação ao JCR e classificação Qualis predominantemente em B2, B1 ou A2.

A partir da perspectiva da cienciometria e especificamente com dados da Fonoaudiologia, há o estudo de Danuello e Oliveira (2012), um recorte da tese defendida por Danuello (2014). Em sua tese, a autora realiza uma análise de domínio da produção científica dos docentes dos programas de pós-graduação em Fonoaudiologia no Brasil, no período de 1979 a 2011, analisando um total de 118 docentes, vinculados a oito programas de pós-graduação. Foi encontrado um predomínio de publicações em artigos de periódicos nacionais, principalmente nas

temáticas audiologia, linguagem e Fonoaudiologia (DANUELLO, 2014). A pesquisa ainda contou com a elaboração de redes de coautoria para cada instituição e uma rede interinstitucional, identificando-se densidade das redes e grau de centralidade dos docentes.

Herculano e Norberto (2009a, 2009b) estudaram o perfil de publicação dos docentes vinculados aos cursos de graduação em Fonoaudiologia da USP – Campi São Paulo, Ribeirão Preto e Bauru, no que se refere à quantidade de artigos publicados disponíveis no currículo Lattes e àqueles indexados ao ISI, índice h dos docentes e, ainda, à identificação dos periódicos nos quais ocorre a divulgação das pesquisas realizadas pelo grupo. Os autores verificaram que o curso de Fonoaudiologia vinculado ao Campus São Paulo é o mais produtivo dos três analisados e o de Ribeirão Preto aquele que menos produz, sendo que esta produção foi verificada no currículo da Plataforma Lattes/CNPq. Em relação ao índice h, mesmo que baixo para todos os cursos, aquele que apresenta o melhor valor é o de São Paulo. As publicações dos cursos de Fonoaudiologia da USP são concentradas em poucas revistas, as quais não são indexadas ao ISI.

Braga, Chiari e Goulart (2014) pesquisaram a produção bibliográfica indexada a bases de dados nacionais e internacionais de um programa de pós-graduação em Fonoaudiologia de uma instituição pública, no Brasil, entre 2003 e 2008. As autoras verificaram que a produção de artigos científicos superou as de capítulos de livro e livros, a maioria proveniente de dissertações e teses. No que se refere à produção de artigos, a tendência de publicação foi em revistas nacionais e, da mesma forma como referem Herculano e Norberto (2009a), há uma grande concentração de publicações em um pequeno número de revistas. Apenas 23% das revistas nas quais ocorrem as publicações são indexadas ao ISI.

Os periódicos da área, no Brasil, também merecem ser estudados, uma vez que, a partir do que verificaram outros autores (DANUELLO, 2014; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; HERCULANO; NORBERTO, 2009a, 2009b), é neles que estão publicadas a maioria das pesquisas dos docentes fonoaudiólogos brasileiros. Assim, com o objetivo de guiar os pesquisadores na escolha dos periódicos em que publicarão suas pesquisas, sempre pensando na visibilidade das pesquisas científicas, Campanati-Ostiz e Andrade (2006) e Berberian et al. (2009) pesquisaram sobre esta temática na área da Fonoaudiologia. Campanati-Ostiz e Andrade (2006) objetivaram determinar o fator de impacto de sete periódicos brasileiros registrados

no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia que possuíam *International Standard Serial Number* (ISSN) e concluíram que o fator de impacto dos periódicos analisados é próximo de zero. O estudo de Berberian et al. (2009) teve como objetivo analisar a produção de conhecimento na área dos distúrbios da comunicação em quatro periódicos brasileiros, editados entre 2000 e 2005. As autoras verificaram aumento da produção de conhecimento, acompanhado de melhora na qualidade.

Os dados apresentados principalmente nos trabalhos de Braga, Chiari e Goulart (2014), Danuello e Oliveira (2012), Danuello (2014) e Herculano e Norberto (2009a, 2009b) são de suma importância para pensarmos a trajetória acadêmica e de produção de conhecimento da Fonoaudiologia brasileira.

5 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008), este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental e descritiva. A análise dos dados é realizada a partir de abordagem quantitativa, para compreensão, explicação e análise estatística de dados quantificáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Como o estudo utilizou dados secundários e não realizou pesquisa com seres humanos, não houve necessidade de aprovação em comitê de ética em pesquisa.

Para a análise do ensino de graduação em Fonoaudiologia no Brasil, foi realizada uma busca no site do MEC, portal e-MEC (BRASIL, 2007b), em setembro de 2018, selecionando os seguintes termos: curso de graduação; curso: fonoaudiologia; modalidade: a distância e presencial; situação: em atividade. Concluída a busca, obteve-se um número de 112 cursos de graduação em Fonoaudiologia atualmente em atividade no país. O sistema e-MEC retornou, também, as seguintes informações: instituição, localização, grau (bacharelado ou licenciatura), modalidade (presencial ou a distância), vagas autorizadas, situação (em atividade ou não), ano de início e os indicadores conceito de curso, CPC, conceito Enade e IDD. Após uma primeira análise, foram excluídos da amostra um curso em processo de extinção voluntária e 24 cursos sem reconhecimento do MEC. Assim, a amostra para esta análise foi composta por 87 cursos de Fonoaudiologia, vinculados a IESs privadas e públicas. A partir dessa amostra, realizou-se uma análise dos dados obtidos – modalidade oferecida, quantitativo, carga horária mínima e prazo de integralização, localização dos cursos, vagas ofertadas e indicadores de qualidade.

Para análise da produção científica, selecionaram-se apenas os cursos de IESs públicas (n=24), sendo oito cursos em IESs estaduais e 16 em federais. Para as IESs federais, obteve-se o nome dos docentes vinculados a cada instituição pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Para as IESs estaduais, acessou-se o sistema de informações de cada estado: Alagoas, Bahia e São Paulo. Ainda, para uma universidade, o sistema de informação ao cidadão redirecionou ao portal da transparência e as informações requeridas foram encontradas. Nos sistemas de informação, foram abertos processos com a seguinte mensagem: *“Estamos realizando uma pesquisa intitulada ‘A Produção Científica da Fonoaudiologia Brasileira: Um estudo de caso das Instituições Públicas de Ensino Superior’, que tem como objetivo principal conhecer a produção científica da Fonoaudiologia brasileira*

em instituições públicas de ensino superior e seu impacto no avanço do estado da arte do conhecimento na área de Fonoaudiologia. Essa pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências – Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para tanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração para termos acesso à lista de docentes fonoaudiólogos (nome completo) vinculados ao Curso de Fonoaudiologia – Campus (inserido nome de cada campi, quando havia), de sua instituição, para, então, realizarmos o levantamento das produções científicas dos mesmos. Att, Brunah Brasil (doutoranda), Maria do Rocio Teixeira (orientadora) e Erissandra Gomes (co-orientadora)”.

Todos os processos foram respondidos e obteve-se um total de 432 nomes de docentes fonoaudiólogos indicados pelos cursos. Organizou-se uma planilha contendo o nome de todos os docentes por instituição e, após, foi realizada a conferência acessando o currículo disponível na Plataforma Lattes/CNPq, de cada um. Foram excluídos da amostra aqueles que eram professores, mas tinham outras graduações, como farmacêuticos, médicos, cientistas sociais, linguistas, entre outros (n=21); possuíam vínculo como técnicos-administrativos com a instituição, como fonoaudiólogos ou outro (n=11); possuíam vínculo como professores substitutos (n=12); estavam em licença em outra universidade, não analisada neste estudo (n=1); não possuíam registro na Plataforma Lattes (n=2); e não possuíam qualquer registro de vínculo com as instituições (n=2). Sendo assim, a amostra que fez parte do estudo, composta por docentes fonoaudiólogos das IESs públicas brasileiras, totalizou 383 sujeitos. No Quadro 1, estão dispostas as informações referentes aos cursos de Fonoaudiologia das IESs públicas que fizeram parte do estudo.

Para acesso à produção dos docentes, optou-se pela análise dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes/CNPq, pois este se tornou padrão de registro das atividades acadêmicas em todo o país. Utilizou-se o *software* ScriptLattes, ferramenta que possibilita extração automática de dados dos currículos, como produções bibliográficas e técnicas, orientações, projetos, mapa de localização, entre outros, em um período delimitado pelo pesquisador, bem como sua fácil visualização (MENA-CHALCO; CESAR JUNIOR, 2009). Para tal, foi organizada pela autora da tese uma matriz contendo o número identificador do currículo e o nome de cada docente, semelhante àquele do currículo, em um arquivo de texto. As extrações foram realizadas no mês de julho de 2019.

Quadro 1 – Instituições públicas de ensino superior que possuem curso de Fonoaudiologia, sua localização, ano de início do curso e número de docentes

| Curso/Instituição | Sigla | Tipo de Administração | Região | Ano de Início | Número de Docentes |
|------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------|----------|---------------|--------------------|
| Universidade Federal de Santa Maria | UFSM | Federal | Sul | 1972 | 15 |
| Fundação Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre | UFCSPA | Federal | | 2007 | 14 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | UFRGS | Federal | | 2008 | 16 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC | Federal | | 2009 | 19 |
| Universidade Estadual do Centro Oeste | UNICENTRO | Estadual | | 2002 | 9 |
| Universidade Estadual de Campinas | UNICAMP | Estadual | Sudeste | 2002 | 11 |
| Universidade de São Paulo – Campus Bauru | USPBAU | Estadual | | 1980 | 25 |
| Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto | USPRP | Estadual | | 2003 | 9 |
| Universidade de São Paulo – Campus São Paulo | USPSP | Estadual | | 1976 | 12 |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | UNESP | Estadual | | 1988 | 11 |
| Universidade Federal Fluminense | UFF | Federal | | 2010 | 12 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | UFES | Federal | | 2010 | 14 |
| Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG | Federal | | 2000 | 15 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ | Federal | | 1994 | 22 |
| Universidade Federal de São Paulo | UNIFESP | Federal | | 1968 | 16 |
| Universidade de Brasília | UNB | Federal | | Centro-Oeste | 2013 |
| Universidade Federal da Bahia | UFBA | Federal | Nordeste | 1999 | 20 |
| Universidade Federal de Sergipe – Campus Aracaju | UFSARA | Federal | | 2007 | 12 |
| Universidade Federal de Sergipe – Campus Lagarto | UFSLAG | Federal | | 2011 | 14 |
| Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas | UNCISAL | Estadual | | 1997 | 26 |
| Universidade do Estado da Bahia | UNEB | Estadual | | 1999 | 16 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN | Federal | | 2009 | 17 |
| Universidade Federal da Paraíba | UFPB | Federal | | 2009 | 23 |
| Universidade Federal de Pernambuco | UFPE | Federal | | 1999 | 24 |

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir do arquivo gerado pelo ScriptLattes, a produção científica dos docentes foi analisada considerando todos os cursos e cada um individualmente, quanto ao

número de artigos científicos publicados em periódicos, capítulos de livro e livros, além da evolução das publicações nos últimos cinco anos completos, ou seja, no período de 2014 a 2018. Optou-se por considerar apenas a produção dos últimos cinco anos por entender que essa reflete a produção real do docente na instituição à qual está vinculado, considerando que nos últimos anos diversos concursos públicos para carreira do magistério superior permitiram o ingresso de titulados da área. Foram ranqueadas as universidades e os pesquisadores considerando os critérios elencados acima. Os documentos duplicados foram excluídos. Foram contabilizadas as publicações de artigos, capítulos de livro e livros em colaboração entre as IESs e analisadas quanto ao número e ano de ocorrência.

Ainda, também a partir de um extrato do *software* ScriptLattes, foi realizada uma análise de todos os artigos científicos – excluídos aqueles publicados em periódicos que não possuíam ISSN, no período já referido, e identificado em quais periódicos estavam publicados. O número de publicações por periódico foi contabilizado utilizando o programa *Microsoft Excel* e ranqueado. Após, foram identificados os dez periódicos em que havia maior número de publicações e suas avaliações pela CAPES (Qualis), JCR (Fator de Impacto) e Scopus (CiteScore), quando indexados.

Para análise estatística dos demais dados desse estudo, utilizou-se o pacote estatístico SPSS *Statistics* 22.0. Para as variáveis quantitativas, foram usados valores de média e desvio padrão. Realizou-se teste t de *Student* para comparação das médias, considerando $p < 0,001$. Para as variáveis qualitativas, foi realizada análise descritiva por meio de medidas de frequência absoluta e relativa.

6 RESULTADOS

No Quadro 2, constam os objetivos desta tese, os quais foram respondidos em dois artigos. Optou-se, ainda, por descrever os resultados, resumidamente, a seguir.

Quadro 2 – Objetivos e resultados da tese

| Objetivos | Resultados |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificar os cursos de Fonoaudiologia no país e as IESs às quais estão vinculados. | Apresentados no Artigo 1 - O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação |
| Conhecer as características dos cursos de Fonoaudiologia no que se refere à modalidade oferecida, ao quantitativo de cursos, à carga horária mínima e seu prazo de integralização, à localização dos cursos, à oferta de vagas e aos indicadores de qualidade do MEC, considerando-se, para todos esses critérios, o tipo de administração da IES que sedia o curso, isto é, se privada ou pública. | Apresentados no Artigo 1 - O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação |
| Identificar os docentes fonoaudiólogos vinculados aos cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas no Brasil. | Apresentados no Artigo 2 - A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil |
| Conhecer a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados aos cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas no Brasil. | Apresentados no Artigo 2 - A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil |
| Identificar o perfil de publicação de artigos científicos dos docentes fonoaudiólogos vinculados aos cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas do Brasil. | Apresentados no Artigo 2 - A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil |

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Verificou-se, a partir dos dados coletados, que existem 87 cursos de Fonoaudiologia em atividade e reconhecidos pelo MEC, todos bacharelados registrados na modalidade presencial. Desses, 24 (27,6%) são vinculados a IESs públicas e 63 (72,4%) a IESs privadas.

A carga horária mínima média dos cursos das IESs públicas é de $4066,83 \pm 576,61$ horas (mín=3310; máx=5508), e das privadas é de $3535,30 \pm 355,16$ (mín=3200; máx=4428). A média total para o país é de $3681,74 \pm 486,66$ (mín=3200; máx=5508). Nas IESs públicas, a integralização da carga horária deve ocorrer em oito semestres para 70% (n=16) ou dez semestres para 30% (n=7). Nas IESs privadas, a integralização está prevista para ocorrer em oito semestres para 92% dos cursos (n=58), nove semestres para 5% (n=3) ou dez semestres para 5% (n=2). Constatou-se uma carga horária mínima média menor em IESs privadas, quando comparada à

das IESs públicas; e, também, a permanência de carga horária semelhante para cumprimento em oito e nove semestres, que aumenta significativamente para cursos com prazo de integralização em dez semestres ($p=0,000$).

Quanto à localização no país, verificou-se a presença de cursos de Fonoaudiologia em 23 estados brasileiros. Há uma distribuição muito mais homogênea dos cursos de IESs privadas (Figura 1), sendo essa, muitas vezes, a única possibilidade de acesso a cursos de Fonoaudiologia em alguns estados. Os dados de localização das IESs públicas estão apresentados na Figura 2.

Figura 1: Localização dos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino superior privadas



Fonte: Elaborada pela autora no *software* Philcarto (2019).

Em 2017, a oferta de vagas para cursos de Fonoaudiologia, no Brasil, foi de 7044, 1077 nas IESs públicas e 5967 nas privadas. Os números de concluintes do mesmo curso, nesse ano, foram de 772 e 1314 para IESs públicas e privadas, respectivamente, perfazendo um total de 2086 (INEP, 2018). O Gráfico 1 traz a compilação desses dados, permitindo a visualização de um número extremamente elevado de vagas ofertadas, em comparação com o número de concluintes.

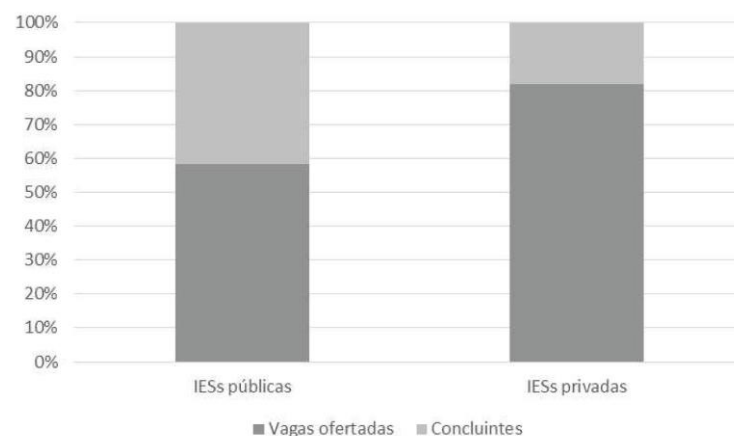
Figura 2: Localização dos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino superior públicas



Fonte: Elaborada pela autora no *software* Philcarto (2019).

Ao analisar o número de concluintes e o número de vagas ofertadas, considerando-se o tipo de administração da instituição, verifica-se que o das IESs públicas é muito menor quando comparado ao das privadas, porém, desse número, 71,68% concluem o curso. O inverso é observado para as privadas, que ofertam um número extremamente elevado de vagas e apenas 22,02% delas aparecem nas estatísticas do INEP (2018) como concluintes.

Gráfico 1: Número de vagas ofertadas e concluintes do ano de 2017 em instituições de ensino superior públicas e privadas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto à análise da qualidade dos cursos, os dados estão dispostos na Tabela 1. Tanto IESs públicas quanto privadas obtiveram conceitos satisfatórios, sem diferenças estatisticamente significantes entre elas. No que se refere ao desempenho dos estudantes, as IESs públicas obtiveram conceito ENADE significativamente maior quando comparadas a cursos de instituições privadas, que possuem média insatisfatória nesse indicador. Já para o IDD, o inverso é verificado: as IESs públicas apresentam média insatisfatória no indicador e as IESs privadas satisfatória, porém não se observou diferença entre elas.

Tabela 1 – Valores de média e desvio padrão para os indicadores do MEC do ano de 2016, considerando-se o tipo de administração das instituições

| | Tipo de administração da IES | Média | Desvio padrão | Valor de p* |
|-------|------------------------------|-------|---------------|-------------|
| CPC | Pública | 3,43 | 0,507 | 0,090 |
| | Privada | 3,14 | 0,866 | |
| Enade | Pública | 3,33 | 0,856 | <0,001** |
| | Privada | 2,42 | 0,989 | |
| IDD | Pública | 2,71 | 0,717 | 0,123 |
| | Privada | 3,04 | 0,99 | |

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do e-MEC (2019).

Legenda: CPC – conceito preliminar de curso; IDD – indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado; *Teste t de *Student*, ** estatisticamente significativa.

Especificamente sobre as IESs públicas, no estudo sobre a produção científica dos 383 docentes fonoaudiólogos dessas instituições, verificou-se que estes publicam os resultados de suas pesquisas preferencialmente em artigos científicos. No período de 2014 a 2018, foram publicados 2711 artigos, 965 capítulos de livro e 130 livros. Dos 2711 artigos publicados, 236 foram produzidos em colaboração entre dois, três ou quatro dos cursos analisados neste estudo. O mesmo é observado para capítulos de livro e livros, para os quais foram verificadas 88 e 15 colaborações, respectivamente.

Foram elaborados *rankings*, considerando a produção total, bem como a de artigos, capítulos de livro e livros. O curso que mais produz considerando os três tipos de documento é o do Campus Bauru da USP, na região sudeste. No que se refere à produção de artigos, a região sul aparece na liderança, representada pela UFSM,

instituição com 328 artigos publicados no período analisado. A região nordeste lidera o *ranking* de capítulos de livro publicados, representada pela UFPE, e a região sudeste está novamente representada pelo curso da UNESP, liderando a produção de livros no país.

Sobre a produção de artigos científicos, verificou-se que foram publicados em 525 diferentes periódicos, porém a produção se concentra em um número menor de revistas, visto que, em 62,28% dos periódicos analisados, há apenas uma publicação dos docentes que participaram do estudo. Os dez periódicos que possuem o maior número de artigos publicados são responsáveis, juntos, por 59,24% do total de produção do período de 2014 a 2018, conforme dados apresentados no Quadro 3.

Dos dez periódicos em que há maior número de publicações, apenas um é internacional e cinco exigem que as publicações sejam exclusivamente na língua inglesa. No diz respeito à avaliação, todos os periódicos estão classificados segundo o Qualis/CAPES, área Educação Física, subárea Fonoaudiologia, enquanto apenas quatro possuem indexação ao JCR e sete à base Scopus. Ainda, os quatro periódicos em que os docentes analisados mais publicam são revistas específicas da área que possuem grande reconhecimento na Fonoaudiologia.

Quadro 3 – Periódicos com maior concentração de publicações e suas avaliações pelo Qualis, Fator de Impacto e CiteScore

| ISSN | Periódico | Origem | Língua de publicação | Número de artigos | Qualis – Subárea Fonoaudiologia | Fator de Impacto | CiteScore |
|----------------------------------------|------------------------------------|----------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------|------------------|-----------|
| 1982 - 0216 1516 - 1846 | Revista CEFAC | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 479 | B1 | * | * |
| 2317 - 1782 | CODAS | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 341 | B1 | * | 0,51 |
| 2176 - 2724 0102 - 762X | Revista Distúrbios da Comunicação | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 271 | B2 | * | * |
| 2317 - 6431 | Audiology - Communication Research | Nacional | Inglês e Português | 177 | B1 | * | * |

Continua

| ISSN | Periódico | Origem | Língua de publicação | Número de artigos | Qualis | Fator de Impacto | CiteScore |
|-----------|-----------------------------------------------|---------------|------------------------------|-------------------|--------|------------------|-----------|
| 1809-9777 | International Archives of Otorhinolaryngology | Nacional | Inglês | 118 | B1 | * | 1,21 |
| 1809-4864 | | | | | | | |
| 1808-8694 | Brazilian Journal of Otorhinolaryngology | Nacional | Inglês | 91 | A2 | 1,603 | 1,09 |
| 0892-1997 | Journal of Voice | Internacional | Inglês | 64 | A2 | 1,453 | 1,94 |
| 1807-5932 | Clinics | Nacional | Inglês | 26 | A2 | 1,127 | 1,35 |
| 1980-5764 | Dementia & Neuropsychologia | Nacional | Inglês | 20 | B2 | * | 0,75 |
| 1678-4464 | Cadernos de Saúde Pública | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 19 | A2 | 1,17 | 1,02 |
| 0102-311X | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Legenda: *Revistas não indexadas.

A seguir, são apresentados os dois artigos elaborados para responder aos questionamentos dessa tese.

6.1 Artigo 1: O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação

O primeiro artigo elaborado está publicado na Revista Trabalho, Educação e Saúde e é apresentado a seguir, de acordo com as normas da revista (<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=InstrAutor&idioma=1>), a qual está classificada no Qualis/CAPES área Ensino como A2 (quadriênio 2013-2016).

O Ensino de Fonoaudiologia no Brasil: Retrato dos Cursos de Graduação¹

The Teaching of Speech Therapy in Brazil: A Portrait of the Undergraduate Courses

La Enseñanza de Fonoaudiologia en Brasil: Retrato de los Cursos de Graduación

Brunah de Castro Brasil [ORCID: 0000-0002-9550-1988], Erissandra Gomes [ORCID: 0000-0002-2379-7345], Maria do Rocio Fontoura Teixeira [ORCID: 0000-0002-9888-7185]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

brunah.brasil@ufrgs.br

Resumo: O presente estudo foi realizado em setembro de 2018, e teve como objetivo verificar o estado atual do ensino de fonoaudiologia no Brasil, por meio da caracterização de seus cursos de graduação. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental e descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa. O levantamento de dados ocorreu no portal do Ministério da Educação. Analisaram-se 87 cursos de fonoaudiologia vinculados a instituições de ensino superior públicas (27,6%) e privadas (72,4%), num total de 7.044 vagas anuais ofertadas, com carga horária média de 3.681 horas, num prazo de integralização entre oito e dez semestres. Os cursos estavam distribuídos em 23 estados brasileiros, com maior concentração na região

Sudeste. A maioria dos cursos teve nota três nos indicadores de qualidade propostos pelo Ministério da Educação. Concluiu-se que o ensino da fonoaudiologia no Brasil é fundamentalmente presencial, privado, distribuído pelo país, com baixa ocupação de vagas - aspecto inferido pelo número pequeno de concluintes quando comparado ao número de vagas ofertadas, carga horária mínima maior nas instituições de ensino superior públicas, cumprida entre oito e dez semestres, bem como apresenta indicadores de qualidade satisfatórios.

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Ensino. Educação superior. Instituições de ensino superior.

Abstract: The present study was conducted in September 2018, and had the goal of checking the current state of the teaching of speech therapy in Brazil through a characterization of its undergraduate courses. In order to do so, a documentary and descriptive research was conducted with a quantitative and qualitative approach. Data collection was made through the website of the Brazilian Ministry of Education. We analyzed 87 speech therapy undergraduate courses linked to public (27.6%) and private (72.4%) higher education institutions, totaling 7,044 slots offered annually, with an average of 3,681 credit hours, and a period of integralization ranging from eight to ten semesters. The courses were distributed among 23 Brazilian states, with a higher concentration in the Southern region of the country. Most courses were graded 3 regarding the indicators of quality proposed by the Ministry of Education. We concluded that the teaching of speech therapy in Brazil is fundamentally in-person, private, distributed throughout the country, with a low rate of students taking the slots, an aspect deduced by the small number of graduates compared with the amount of slots offered, higher credit hours in the public higher education institutions, concluded between eight and ten semesters, and it presents satisfactory quality indicators.

Keywords: Speech therapy. Teaching. Higher education. Higher education institutions.

Resumen: El estudio fue realizado en septiembre de 2018, y tuvo como objetivo verificar el estado actual de la enseñanza de fonoaudiología en Brasil, por medio de la caracterización de sus cursos de graduación. Para ello, fue realizada una búsqueda documental y descriptiva, de abordaje cuantitativo y cualitativo. El relevamiento de datos se realizó en el portal del Ministerio de Educación Brasileño. Se analizaron 87 cursos de fonoaudiología vinculados a instituciones de enseñanza superior públicas (27,6%) y privadas (72,4%), en un total de 7.044 vacantes anuales ofertadas, con carga horaria promedio de 3.681 horas, en un plazo de integralización entre ocho y diez semestres. Los cursos estaban distribuidos en 23 estados brasileños, con mayor concentración en la región Sudeste. La mayoría de los cursos tuvo nota tres en los indicadores de calidad propuestos por el Ministerio de Educación. Se concluyó que la enseñanza de la fonoaudiología en Brasil es fundamentalmente presencial, privado, distribuido por el país, con baja ocupación de vacantes - aspecto inferido por el número pequeño de concluyentes cuando es comparado al número de vacantes ofertadas, carga horaria mínima mayor en las instituciones de enseñanza superior públicas, cumplida entre ocho y diez semestres, así como presenta indicadores de calidad satisfactorios.

Palabras clave: Fonoaudiología. Enseñanza. Educación superior. Instituciones de enseñanza superior.

Introdução

A profissão de fonoaudiólogo tem atuação voltada à comunicação humana e foi regulamentada no Brasil em 1981. A lei que regulamenta a profissão estabelece que o fonoaudiólogo é o profissional “que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz” (Brasil, 1981, p. 1).

Ao redor do mundo, esses profissionais apresentam diversas formações. Em alguns países, a atuação prescinde de um curso técnico e, em outros, de cursos de graduação em nível de licenciatura ou bacharelado. Nos Estados Unidos e em Portugal, existem duas carreiras: a de terapeuta da fala e a de audiologista, com cursos de formação diferentes para elas (Prates e Silva, 2011; Santini, 2011). No Brasil, a fonoaudiologia vem de uma prática mesclada entre educação, letras e saúde, baseada, principalmente em seus primórdios, na educação de surdos e na reabilitação de linguagem de pessoas com deficiências ou não (Berberian, 2001; Aarão et al., 2011). A formação acadêmica atual, neste país, passa por um curso superior de bacharelado em fonoaudiologia.

Os primeiros cursos, ainda em nível técnico, surgiram na década de 1960. Alguns autores apontam que o primeiro curso de graduação em fonoaudiologia teve início em 1971, na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (Berberian, 2001; Danesi e Martinez, 2001). A área acadêmica seguiu desenvolvendo-se nas décadas seguintes até que, nos últimos anos, com incentivos do governo federal, foram criados diversos cursos, ampliando, consequentemente, seu reconhecimento no país e o crescimento acadêmico da área.

Com base na vivência da prática fonoaudiológica e nas poucas discussões sobre a formação dos profissionais da área, bem como considerando a fonoaudiologia uma profissão estabelecida oficialmente há pouco tempo, mas com uma história de formação relativamente antiga, entendeu-se ser de suma importância traçar os caminhos da formação acadêmica da área

no Brasil. Assim, o objetivo do estudo que deu origem a este artigo¹ foi verificar o estado atual do ensino de fonoaudiologia no país, por meio da caracterização de seus cursos de graduação levando-se em conta a modalidade oferecida, o quantitativo de cursos, a carga horária mínima e o prazo de integralização desta, localização, oferta de vagas e indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC), considerando-se, para todos esses critérios, o tipo de administração da instituição de ensino superior (IES) que sedia o curso.

A prática fonoaudiológica

O início da prática fonoaudiológica no Brasil data do final do século XIX e início do século XX. A situação histórico-social nesse período e até meados da década de 1940 mostrava, no Brasil, ideais higienistas, a constituição da Escola Nova e a necessidade de consolidação da língua nacional - o português. Nesse momento, o ensino torna-se obrigatório, assim como o controle de frequência e o fechamento das escolas estrangeiras, pois estas poderiam, na visão dos governantes da época, interferir na força da língua nacional. O objetivo era também a uniformização do povo, alcançando-se, assim, a identidade nacional (Berberian, 2001; Aarão et al., 2011).

Para que o país progredisse, era necessário que todos tivessem os mesmos valores culturais e sociais, ou seja, as minorias deveriam se adaptar aos valores dos grupos mais influentes na sociedade. Era preciso ter a população controlada para que todos trabalhassem em prol do mesmo objetivo. Na escola ocorreriam mudanças de atitudes e de visão, pois é um local de possível reprodução e validação da dominação pelas classes dominantes da sociedade e, conseqüentemente, das desigualdades sociais (Nogueira e Nogueira, 2006; Bourdieu e Passeron, 2014). A padronização da língua foi um dos principais instrumentos de moralização da população, bem como o papel higienista, que levou a medicalização e a psicologização ao ambiente escolar.

O conceito de biopolítica, como descrito por Michel Foucault, atua sobre a população com estratégias globalizantes. É um conjunto de saberes sobre a população que geram estratégias e políticas de intervenção, assim como produzem conhecimento, com o objetivo de dominar os sujeitos, governar os corpos. É necessário conhecer não só os sujeitos que serão atingidos como também dados da população na qual se inserem. Assim, entende-se a biopolítica como um conjunto de relações de poder que enquadra a subjetivação dos indivíduos (Foucault, 1999; Fonseca, 1995; Castro, 2006).

A disciplina, para Foucault, como uma técnica de exercício de poder direcionada ao indivíduo, é aperfeiçoada, nos séculos XVII e XVIII, para uma nova técnica de gestão dos homens. Um sujeito disciplinado é um sujeito subjetivado. Para atingirmos um grupo, primeiro conhecemos os sujeitos que são atores deste e, então, lançamos mãos de estratégias de biopoder. As tecnologias de disciplina e de biopolítica se articulam para o governo da vida e do corpo (Foucault, 1999).

Assim, nas escolas, eram tratados como doenças os sotaques, as variações dialetais, as dificuldades de fala e de linguagem, reconhecidos individualmente, mas agrupados para que atuassem as biopolíticas propostas. Dessa forma, nasce o trabalho de profissionais, chamados na época de logopedistas ou ortofonistas, para o tratamento das alterações da língua, buscando uma “normatização da linguagem” (Berberian, 2001, p. 266). A fonoaudiologia nasce, então, da prática, do empirismo e interdisciplinar. Constitui-se como uma atuação profissional da área da saúde mesclada a práticas pedagógicas, no ambiente escolar, com o objetivo de unificar a língua do país e padronizá-la. É uma profissão considerada como paramédica, pertencente à área da saúde, mas com grande inserção na área da educação e das letras, pelo trabalho desenvolvido em relação à linguagem dos sujeitos (Berberian, 2001, 2007; Oliveira, 2002; Aarão et al., 2011).

O trabalho do fonoaudiólogo era primeiramente realizado em escolas e com suporte de pedagogos ou educadores especiais, bem como de professores de séries iniciais. Havia, ainda, outra linha de trabalho fonoaudiológico construída com apoio de médicos otorrinolaringologistas, na realização de exames audiológicos (Berberian, 2001; Danesi e Martinez, 2001).

O campo científico da fonoaudiologia foi constituído mediante lutas (científicas e políticas) estabelecidas nos campos de educação, saúde e letras. Esse campo está em movimento, ou seja, transformando-se a todo momento pela dinâmica de distribuição do capital científico entre seus agentes e instituições, os quais estabelecem relações e lutas para validá-lo e ele receber reconhecimento. O estabelecimento do campo depende da força das relações, da estrutura do campo e da distribuição do capital de reconhecimento científico de agentes e instituições. A autonomia do campo depende da força e das relações estabelecidas pelos agentes e instituições participantes em relação a outros campos científicos. Por autonomia, Bourdieu define o aspecto de não corrupção do campo por interesses políticos e econômicos (Bourdieu, 1983, 2004, 2008).

A década de 1960 foi muito importante para a institucionalização acadêmica e a organização da fonoaudiologia como profissão, principalmente pelo trabalho do médico argentino Julio Bernaldo de Quirós, diretor do Centro Medico de Investigaciones Foniátricas y Audiológicas, responsável pela formação de diversos fonoaudiólogos brasileiros em Buenos Aires (Argentina) e pela promoção de cursos em várias cidades brasileiras, e capacitação de um número grande de profissionais (Figueiredo Neto, 1994; Danesi e Martinez, 2001; Spinelli, 2001; Pupo et al., 2004; Berberian, 2007).

Em 1961, em São Paulo, teve início o primeiro curso de fonoaudiologia, ainda em nível técnico, com duração de um ano, vinculado ao Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital das Clínicas. No ano seguinte, vinculado à Clínica de Psicologia da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), foi criado um segundo curso, também técnico, mas com duração de dois anos (Meira, 1998; Pupo et al., 2004; Aarão et al., 2011). A diferença entre os dois cursos era a ênfase do trabalho: enquanto o curso vinculado ao Serviço de Otorrinolaringologia era voltado mais para atividade clínica e questões audiológicas, o curso da PUC-SP trabalhava a reabilitação da linguagem e um vínculo maior com profissionais que atuavam na educação (Spinelli, 2001; Pupo et al., 2004; Aarão et al., 2011).

Também na década de 1960, no Rio Grande do Sul, iniciou-se um movimento de reuniões de profissionais, na busca de formar associações. Da reunião destas, surgiu um movimento de reconhecimento da profissão no país, em um trabalho conjunto, principalmente com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como resultado, obteve-se, em 1971, a criação do primeiro curso universitário de fonoaudiologia na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com funcionamento a partir de 1972; o reconhecimento desse curso em 1975 pelo MEC; e, em 1981, o reconhecimento da profissão de fonoaudiólogo com a lei federal n. 6.965 (Brasil, 1981; Costa, 2001; Danesi e Martinez, 2001).

Ao se levar em conta a hipótese de que, por ser interdisciplinar, o campo científico da fonoaudiologia teria mais possibilidade de desestabilização, percebem-se, nesse caminho trilhado pela área, diversas estratégias de autonomização do campo, tais como a instituição de cursos de graduação, associações de classe, sindicatos e conselhos regionais e federal da profissão. E ainda a tecnicização da profissão e a atuação dos profissionais fonoaudiólogos na rede pública de saúde do país, em diversos municípios, assim como a abertura para inserção de novos profissionais da área nesse setor e em outros tantos (na educação, por exemplo). Atualmente, há mais de 40 mil fonoaudiólogos atuando no Brasil, em 11 diferentes especialidades, de acordo com dados do Conselho Federal de Fonoaudiologia-CFFa (2018).

Caminhos percorridos

De acordo com Gil (2008), o estudo aqui apresentado caracteriza-se como uma pesquisa documental e descritiva. A análise dos dados é realizada com base em abordagens qualitativa e quantitativa, para compreensão, explicação e análise estatística de dados quantificáveis e não quantificáveis (Gerhardt e Silveira, 2009).

Para o delineamento da amostra, foi realizada uma busca no site do MEC, portal e-MEC (Brasil, 2007a), em setembro de 2018, selecionando os seguintes termos: curso de graduação; curso: fonoaudiologia; modalidade: à distância e presencial; situação: em atividade. Concluída a busca, obteve-se um número de 112 cursos de graduação em fonoaudiologia atualmente em atividade no país. O sistema e-MEC retornou também as seguintes informações: instituição, localização, grau (bacharelado ou licenciatura), modalidade (presencial ou à distância), vagas autorizadas, situação (em atividade ou não) e os indicadores conceito de curso, conceito preliminar de curso (CPC), conceito Enade e índice de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD).

Após uma primeira análise, foram excluídos da amostra um curso em processo de extinção voluntária e 24 cursos sem reconhecimento do MEC. Assim, a amostra do estudo foi composta por 87 cursos.

Para análise estatística dos dados, utilizou-se o pacote estatístico *SPSS Statistics 22.0*. Para as variáveis quantitativas, foram usados valores de média e desvio padrão. Realizou-se teste t de *Student* para comparação das médias, considerando $p < 0,001$. Para as variáveis qualitativas, foi realizada análise descritiva por meio de medidas de frequência absoluta e relativa.

Os cursos de graduação em fonoaudiologia no Brasil

Na análise dos dados obtidos, verificou-se que todos os cursos (n=87) são bacharelados em fonoaudiologia e registrados na modalidade presencial. Porém, cabe ressaltar que foram encontrados dois cursos autorizados pelo MEC para funcionamento à distância, ambos em IESs privadas. Esses cursos não fizeram parte da amostra, pois não haviam sido reconhecidos pelo ministério até o momento da coleta de dados.

O funcionamento de cursos à distância na área da saúde é muito questionado, principalmente pelas representações em conselhos profissionais da área, como o CFFa, bem como pela atuação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde. O CFFa manifestou publicamente seu posicionamento contrário à educação à distância (EAD) para a área da saúde, divulgando nota em novembro de 2017 (Teixeira et al., 2013; Conselho Federal de Fonoaudiologia, 2017), e o Conselho Nacional de Saúde se manifestou a partir da resolução n. 515/2016 (Brasil, 2016) contra a EAD na área.

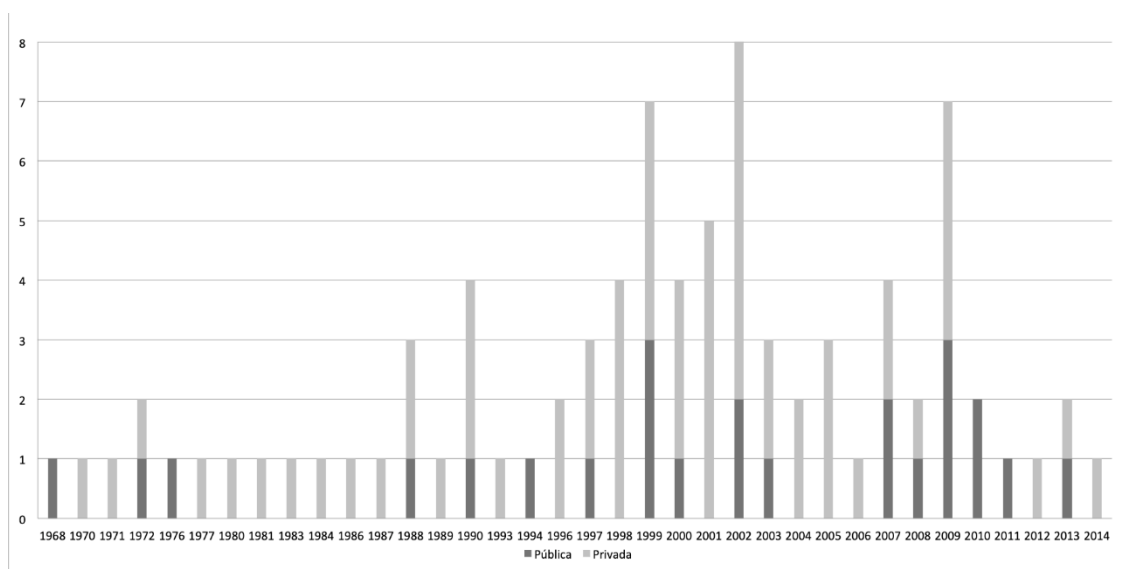
A EAD é um desafio para cursos da saúde, pois ao mesmo tempo que se mostra como uma potencialidade principalmente para cursos de pós-graduação (seja aperfeiçoamento, seja especialização ou mestrado profissional) levanta uma série de questionamentos com relação aos cursos de graduação. Mesmo com práticas de ensino à distância, cursos de graduação na área da saúde exigem práticas clínicas em estágios, o que deve ocorrer em local com infraestrutura adequada (Brasil, 2002; Silva et al., 2015; Koetz, Périco e Grave, 2017; Machado e Ximenes Neto, 2018).

Dos cursos de graduação em fonoaudiologia em atividade e com reconhecimento pelo MEC (num total de 87), 24 (27,6%) são vinculados a IESs públicas e 63 (72,4%) a IESs privadas. Diversos estudos apontam para o fato de que cerca de 70% a 80% das IESs no Brasil são privadas, e no caso dos cursos de fonoaudiologia estudados percebe-se a mesma tendência

(Michelotto, Coelho e Zainko, 2006; Haddad et al., 2006, 2010; Costa, Barbosa e Goto, 2011; Griboski, 2012; Machado e Ximenes Neto, 2018).

No que se refere às IESs públicas, verifica-se que, com base na análise dos dados obtidos, de 1968 - registro do primeiro curso no portal e-MEC² - até 2003, ou seja, em 35 anos, houve abertura de 14 cursos. De 2007 até 2013 (último registro de início de atividades em instituições públicas), isto é, em seis anos, registrou-se a abertura de dez cursos. Os dados obtidos são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Cursos de fonoaudiologia novos por ano, considerando o tipo de administração das IESs



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do e-MEC.

Da mesma forma, tais dados corroboram os de Vieira e Moyses (2017), que verificaram um crescimento de 125% no número de cursos de fonoaudiologia no Brasil entre 1995 e 2015, o que ocorreu também com as outras 13 profissões da área da saúde.

Quanto às IESs privadas, estas seguem a mesma tendência das públicas, porém com uma leve queda no número de cursos abertos na última década, justamente no mesmo período

em que se observou um crescimento na abertura de cursos em instituições de ensino superior públicas.

Entre os anos de 1970 e 1990 não houve, no país, estímulo à criação de novas IESs privadas, uma vez que verificou-se crescimento muito acentuado no número de instituições nos anos anteriores, focado principalmente em quantidade de cursos diversos e muito pouco na qualidade deles. Dessa forma, o governo cerceou as autorizações de novos cursos e instituições nesse período. A partir de 1990, o crescimento na abertura de IESs privadas é retomado e chega a 151,6% entre 1996 e 2004 (Michelotto, Coelho e Zainko, 2006).

A partir de 2005, o crescimento observado nas IESs privadas mostra-se relacionado ao investimento realizado pelo governo federal a partir do Programa Universidade para Todos (Prouni) (Brasil, 2005), o qual prevê a concessão de bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas para pessoas que comprovem baixa renda. Ainda por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (Brasil, 2001), o governo também promoveu o acesso ao ensino superior nessas instituições, financiando o investimento financeiro de famílias de baixa renda (Michelotto, Coelho e Zainko, 2006; Costa, Barbosa e Goto, 2011).

No que se refere a investimento financeiro a IESs públicas, a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (Brasil, 2007b), uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, buscou a expansão do ensino público no país, com o objetivo de ampliar o acesso e garantir a permanência de estudantes, promovendo a retomada do crescimento do ensino superior público. As estratégias adotadas foram aumento de vagas ofertadas, criação de novos cursos - inclusive noturnos -, articulação entre graduação, pós-graduação e ensino técnico, bem como ações pedagógicas e de inovação acadêmica, visando à diminuição da evasão e retenção. Outra meta do programa foi a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo para que fosse possível a execução das demais metas, assim como o financiamento de melhorias de infraestrutura (Brasil, 2009a;

Costa, Barbosa e Goto, 2011; Teixeira et al., 2013). A partir de ações do Reuni, foi possível inaugurar novas universidades e interiorizar o acesso ao ensino superior público, propondo novos campi àquelas já instaladas.

O crescimento no número de cursos e ofertas de possibilidades aos indivíduos, como os programas descritos, aumenta a concorrência entre grupos sociais diferentes na propriedade do capital cultural. Porém, isso não diminui as desigualdades sociais, pois os grupos que possuem mais condições - mais capital cultural - modificam suas estratégias e passam a buscar níveis acadêmicos mais altos. Por mais que se democratize o acesso ao ensino superior público, sempre existirá correlação entre desigualdades sociais e culturais e desigualdades nas hierarquias do sistema de ensino (Nogueira e Nogueira, 2006; Bourdieu e Passeron, 2014). Porém, os programas propostos visam também à diminuição das desigualdades, em alguma proporção, quando propõem a interiorização das universidades. Esse acesso, a longo prazo, pode promover mudanças nos contextos sociais nos quais as instituições estão inseridas. Mesmo com a aplicação dos programas citados, as IESs públicas ainda são em número extremamente menor quando comparadas às privadas, o que evidencia a desigualdade social enraizada na cultura do nosso país.

Especificamente sobre o caso da fonoaudiologia, mesmo tendo sido regulamentada há 37 anos, somente nos últimos anos observou-se maior presença da profissão em concursos públicos, proporcionando mais oportunidades no mercado de trabalho. Historicamente, a atuação de fonoaudiólogos ocorria em clínicas ou hospitais privados (Costa, 2001). Tais questões evidenciam a complexidade de implementação de um curso de fonoaudiologia, pois até pouco tempo demandava investimento financeiro considerável, uma vez que se entendia como necessária a instalação, também, de uma clínica-escola para realização das práticas curriculares. Espaço físico, recursos de pessoal e equipamentos demandam um grande investimento financeiro, algo que foi possível de realização somente por IESs privadas por

muitos anos, considerando-se o baixo investimento no ensino superior público do país até o início dos anos 2000. Segundo Michelotto, Coelho e Zainko (2006), os cursos com mais abertura de vagas no país são aqueles que demandam menor investimento em laboratórios e materiais.

As diretrizes curriculares nacionais (DCNs) recomendam que os estudantes da área da saúde devam ter pelo menos 20% da carga horária total do curso em estágios curriculares e, na sua formação, trabalhar no e pelo sistema de saúde vigente em nosso país. Para trabalhar no Sistema Único de Saúde (SUS) é necessário ir a campo, desbravar os territórios, conhecer os espaços, as cidades e o que há além da universidade (Brasil, 2002).

A partir de 2007 tiveram início dez cursos de fonoaudiologia no Brasil, possivelmente pelo Programa Reuni (Brasil, 2007b) e consequente maior investimento financeiro nas IESs públicas e também pelo maior número de fonoaudiólogos atuando em serviços capazes de receber alunos estagiários, o que permitiu a abertura de cursos sem o investimento condicional em clínicas-escolas (Costa, Barbosa e Goto, 2011), ao se considerarem as DCNs e a proposição do trabalho vinculado ao SUS (Brasil, 2002).

As DCNs estabelecem, ainda, que a formação dos fonoaudiólogos deve ser científica, generalista e crítica, dotando-os de competências e habilidades em atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração, gerenciamento e educação permanente, respondendo ao SUS (Brasil, 2002). Atualmente, temos fonoaudiólogos atuantes em todos os níveis de atenção à saúde, na rede pública, vinculados a núcleos de apoio à saúde da família, centros de reabilitação, hospitais, centros de atenção psicossocial e outros, bem como em instituições de saúde privadas, aumentando cada vez mais a inserção e mostrando a importância do trabalho desse profissional nos diversos cenários de atuação (Costa, 2001; Machado e Ximenes Neto, 2018). Faz-se possível, então, a implementação de cursos de fonoaudiologia com práticas em serviços de saúde externos às universidades, tornando-os menos dispendiosos

para a instituição sede e, principalmente, proporcionando ao estudante uma aproximação da população e suas necessidades de saúde, bem como a vivência na prática dos princípios e diretrizes do SUS, numa perspectiva interdisciplinar e desenvolvendo uma relação estreita entre os setores do ensino e da saúde.

A carga horária mínima média dos cursos das IESs públicas é de 4066,83 dp 576,61 horas (mín=3310; máx=5508), e das privadas é de 3535,30dp 355,16 (mín=3200; máx=4428). A média total para o país é de 3681,74 dp 486,66 (mín=3200; máx=5508). Nas instituições de ensino superior públicas, a integralização da carga horária deve ocorrer em oito semestres para 70% (n=16) ou dez semestres para 30% (n=7). Nas IESs privadas, a integralização está prevista para ocorrer em oito semestres para 92% dos cursos (n=58), nove semestres para 5% (n=3) ou dez semestres para 5% (n=2). O MEC estabelece o mínimo de 3.200 horas para cursos de fonoaudiologia (Brasil, 2009b). No estudo aqui apresentado, verificou-se que IESs privadas se baseiam no mínimo estabelecido e que as públicas apresentam valores maiores que este.

Constatou-se uma carga horária mínima média menor em IESs privadas, quando comparadas às IESs públicas; e também que a carga horária permanece semelhante para cumprimento em oito e nove semestres e aumenta significativamente para cursos com prazo de integralização em dez semestres ($p=0,000$).

Quanto à localização no país, verifica-se a presença de cursos de fonoaudiologia em 23 estados brasileiros. Há uma distribuição muito mais homogênea dos cursos de IESs privadas, sendo essa, muitas vezes, a única possibilidade de acesso a cursos de fonoaudiologia em alguns estados. Sobre esse aspecto, Franco e Dal Poz (2017) relatam que houve, nos últimos dez anos, melhor distribuição dos cursos da área da saúde em IESs privadas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Nota-se a ausência de cursos públicos na região Norte e a predominância deles na região Sudeste do país - polo nacional consolidado -, seguida da região Nordeste, possivelmente como

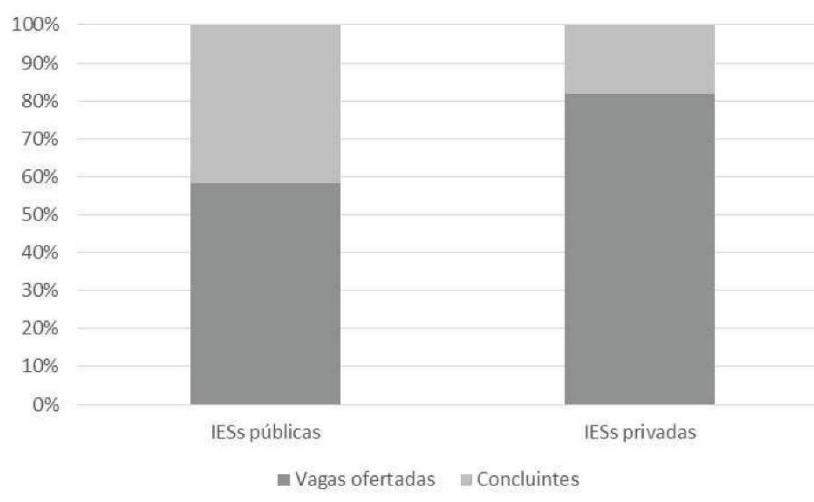
resultado dos programas de expansão do governo federal aplicados nos últimos 15 anos (Costa, 2001; Brasil, 2009a; Costa, Barbosa e Goto, 2011).

Os dados verificados no estudo aqui apresentado corroboram os de Koetz, Périco e Grave (2017), que analisaram a localização de cursos de fisioterapia no Brasil. Os autores observaram que os cursos se concentram em grandes cidades, principalmente na região Sudeste, e há um número menor de cursos na região Norte. A região Sudeste também é a responsável pelo maior número de profissionais fisioterapeutas.

Em 2017, a oferta de vagas em território nacional foi de 7.044 para cursos de fonoaudiologia, 1.077 nas IESs públicas e 5.967 nas privadas. Os números de concluintes do mesmo curso, nesse ano, foram de 772 e 1.314 para IESs públicas e privadas, respectivamente, perfazendo um total de 2.086 (Inep, 2018b). O Gráfico 2 traz a compilação desses dados, permitindo a visualização de um número extremamente elevado de vagas ofertadas, em comparação com o número de concluintes. Assim, pode-se pensar na possível ociosidade de vagas, fato confirmado quando analisados os dados disponíveis nas estatísticas de 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as últimas publicadas (Meyer Junior, 2005; Inep, 2018b). Os achados são confirmados em outros estudos como os de Franco e Dal Poz (2017) e Haddad e colaboradores (2010), que verificaram que os cursos de fonoaudiologia têm a menor taxa de ocupação de vagas do país (25,7%), muito abaixo inclusive da média nacional (50,2%).

Levanta-se a hipótese de que as IESs públicas têm menos vagas ociosas, pois ofertam um número menor, mais condizente com a procura nas regiões em que os cursos estão inseridos. Além disso, nessas instituições há diversas formas de acesso, tais como o vestibular, o sistema de seleção unificada e, ainda, programas de ações afirmativas, como o sistema de cotas.

Gráfico 2 – Número de vagas ofertadas e concluintes do ano de 2017 em IESs públicas e privadas



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Inep (2018b).

Ao analisar o número de concluintes e o número de vagas ofertadas, considerando-se o tipo de administração da instituição, verifica-se que o número de vagas ofertado pelas IESs públicas é muito menor quando comparado às privadas, porém, desse número, 71,68% concluem o curso. O inverso é observado para as privadas, que ofertam um número extremamente elevado de vagas e apenas 22,02% delas aparecem nas estatísticas no Inep (2018b) como concluintes. Esses achados reforçam a ideia de que o oferecimento de vagas das IESs públicas ocorre de acordo com as necessidades da população, questionando-se se a autorização, pelo MEC, de um número elevado de vagas em IESs privadas faz sentido, uma vez que não são ocupadas. Griboski (2012) observou a mesma tendência para outros cursos de graduação do país, inferindo que nas IESs públicas haveria um número menor de estudantes em situação de evasão.

O número menor de vagas nas IESs públicas, de maneira geral, faz com que a concorrência seja maior, isto é, muitos indivíduos concorrem para um número pequeno de vagas (Taneguti, 2013). Essa concorrência, diz Taneguti (2013), não é observada nas IESs privadas. A capacidade financeira de arcar com mensalidades e materiais e a conciliação de aulas com

atividades de trabalho são fatores que podem interferir e prejudicar o acesso de muitos estudantes brasileiros às IESs privadas, os quais também podem ter dificuldades de aderir aos programas Fies e Prouni (pela abrangência destes). Observa-se, então, que ainda há desigualdade quando se pensa no ensino superior brasileiro, mesmo com todos os programas oferecidos pelo governo federal.

Atualmente, há 42.420 fonoaudiólogos registrados, distribuídos nas nove regiões de Conselhos Regionais de Fonoaudiologia (Crefonos) do país (Conselho Federal de Fonoaudiologia, 2018). Fez-se uma análise das vagas ofertadas por região dos Crefonos e do número de registros novos anuais de cada região. Ao considerar os dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que o número de vagas ofertadas é muito maior do que o número de registros, porém se aproxima do número de concluintes apresentado pelo Inep (2018b), ou seja, cerca de dois mil profissionais novos a cada ano.

Tabela 1 – Vagas ofertadas e registros profissionais novos anuais, por região de Conselhos Regionais de Fonoaudiologia (Crefonos)

| Região do CREFONO | Vagas | Registros Novos |
|-------------------|-------|-----------------|
| 1 | 788 | 183 |
| 2 | 1046 | 327 |
| 3 | 815 | 174 |
| 4 | 970 | 241 |
| 5 | 1152 | 283 |
| 6 | 730 | 200 |
| 7 | 336 | 114 |
| 8 | 596 | 215 |
| 9 | 1330 | * |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados do e-MEC e relatórios de gestão dos CREFONO (2016-2018).

*A nona região do CREFONO foi inaugurada em 2018 e, portanto, não possui, ainda, média de profissionais novos registrados.

Indicadores de qualidade do MEC

O principal instrumento utilizado pelo MEC para avaliação do ensino superior é o Enade, exame obrigatório que avalia o rendimento dos alunos concluintes em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas durante sua formação, previstos nas DCNs. Avalia ainda o grau de atualização dos estudantes diante da realidade do país e do mundo. Com base na nota nesse exame, o MEC define indicadores de qualidade que caracterizam os cursos autorizados a iniciar atividades, tais como o Conceito Enade, o IDD e o CPC (Brasil, 2018), todos calculados caso o curso possua, no mínimo, dois concluintes participantes do Enade. O Conceito Enade e o IDD são indicadores de desempenho dos estudantes, e o CPC fornece informações sobre os cursos. Há também outro indicador de qualidade dos cursos, o índice geral de cursos avaliados da instituição (IGC). Este não foi utilizado para análise, uma vez que não consta na lista de informações recuperadas no e-MEC.

O Conceito Enade avalia os cursos pelo desempenho dos estudantes no exame. O IDD mede o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando o desempenho no Enade e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para que esse indicador seja calculado, os estudantes concluintes participantes do Enade devem possuir, também, informações na base de dados do Enem num período entre o ano de ingresso no curso e os três anos anteriores, bem como atingir 20% do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados do Enem recuperados (Inep, 2018c). O CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e nas condições do curso, como corpo docente e infraestrutura.

Havia um incômodo das instituições de ensino privadas com relação ao conceito Enade, pois entendiam que, pela dificuldade de acesso, as IESs públicas agregariam um número maior de estudantes de alto rendimento, obtendo notas altas no exame. Para que os resultados de

qualidade fossem, então, mais fidedignos, o IDD foi criado, considerando a nota do Enem e, conseqüentemente, o perfil e a bagagem dos estudantes (Bittencourt et al., 2008).

Todos os indicadores variam de um a cinco e são calculados com base em avaliações de rendimentos dos concluintes e outros aspectos, como infraestrutura física e de pessoal das instituições. São considerados conceitos satisfatórios aqueles iguais ou maiores que três (Brasil, 2008; Inep, 2018c). Os dados coletados para os cursos participantes do estudo foram das avaliações realizadas em 2016, última análise disponibilizada pelo Inep, e estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Valores de média e desvio padrão para os indicadores do MEC do ano de 2016, considerando-se o tipo de administração das instituições

| | Tipo de Administração da IES | Média | Desvio Padrão | Teste t de Student |
|-------|-------------------------------------|--------------|----------------------|---------------------------|
| CPC | Pública | 3,43 | 0,507 | p=0,090 |
| | Privada | 3,14 | 0,866 | |
| ENADE | Pública | 3,33 | 0,856 | p=0,000* |
| | Privada | 2,42 | 0,989 | |
| IDD | Pública | 2,71 | 0,717 | p=0,123 |
| | Privada | 3,04 | 0,99 | |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados do e-MEC.

Legenda: CPC - conceito preliminar de curso; IDD - indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado; *Teste t de Student; **estatisticamente significativa.

Quanto à análise da qualidade dos cursos, tanto IESs públicas como privadas obtiveram conceitos satisfatórios, sem diferenças estatisticamente significantes entre elas. No que se refere ao desempenho dos estudantes, as IESs públicas obtiveram conceito Enade significativamente maior quando comparadas a cursos de instituições privadas, que possuem média insatisfatória nesse indicador. Já para o IDD, considerando-se um índice de resultados mais fidedignos (Bittencourt et al., 2008), o inverso é verificado: as IESs públicas apresentam média

insatisfatória no indicador e as IESs privadas satisfatória, porém não se observou diferença entre elas.

As hipóteses levantadas para justificar as diferenças encontradas nos dados apresentados são em relação à carga horária dos cursos de IESs públicas, a qual é geralmente maior quando comparada a IESs privadas. Esses indicadores somente são calculados se os cursos tiverem pelo menos dois concluintes - logo, nas IESs privadas, se tivermos vagas ociosas, como indicado anteriormente, podemos ter um número maior de cursos sem atingir o número mínimo de concluintes e sem participar do cálculo desses indicadores.

Os indicadores de qualidade são utilizados pelo MEC para avaliar o ensino superior e regular autorizações e reconhecimentos de cursos, porém ainda é fraco o amparo teórico desses dados para que se possa concluir sobre o desempenho dos alunos (Freire, Crisóstomo e Castro, 2007). Bertoin e Marcon (2015) apontam que, muito além dos indicadores, os contextos familiar, social e cultural são fatores que têm maior influência no desempenho dos estudantes, remetendo ao conceito de capital cultural, de Bourdieu (1983).

Considerações Finais

O panorama dos 87 cursos analisados permite visualizar que o ensino da fonoaudiologia no Brasil é fundamentalmente presencial, privado, distribuído pelo país, com 7.044 vagas ofertadas em 2017, porém com baixa ocupação delas, carga horária mínima maior nas IESs públicas, cumprida entre oito e dez semestres. Após a análise dos dados, percebeu-se que houve avanços do governo federal na tentativa de redução das desigualdades de acesso, com a oferta de novos cursos, principalmente em IESs públicas, em diferentes regiões do país. Os cursos analisados apresentaram indicadores de qualidade satisfatórios, mas alguns dos indicadores de desempenho dos estudantes analisados mostraram conceitos insatisfatórios, sem ficar clara a diferença entre IESs públicas e privadas.

Notou-se, também, que as estratégias de autonomização do campo foram efetivas, com presença atuante dos conselhos regionais e federal na defesa da profissão e a consequente estabilidade do campo no setor acadêmico, considerando-se que ao longo dos anos analisados sempre houve a abertura de cursos. Porém, a presença da desigualdade ainda é observada, seja na distribuição dos cursos, seja no acesso, na ocupação das vagas ou no desempenho dos estudantes, o que nos faz crer que o campo científico da fonoaudiologia - assim como do ensino superior brasileiro - tem muito a evoluir, valendo-se, nesse caso, de suas áreas de base, como educação, letras e saúde, traçando redes e permitindo que essa construção seja constante.

O estudo aqui apresentado buscou contribuir para o desenho acadêmico do campo científico da fonoaudiologia, mapeando o percurso de construção da legitimidade da área, tornando-o reconhecido nacionalmente. Porém, novas pesquisas com aprofundamento na produção desse capital podem ser realizadas, para que se visualizem melhor o campo e os atores e instituições que dele fazem parte.

Notas:

1 Este artigo faz parte do projeto de tese intitulado A produção científica da fonoaudiologia brasileira: estudo de caso dos cursos de graduação de instituições públicas de ensino, de autoria de Brunah de Castro Brasil, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Não houve financiamento para o estudo.

2 Na bibliografia consultada, o Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Maria foi o primeiro de nível superior em atividade. No sistema e-MEC há o registro de início do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de São Paulo no ano de 1968, porém, há relatos que de o funcionamento desse curso ainda era em nível técnico, nesse período. Optou-

se, neste estudo, por considerar, para as análises realizadas, o início dos cursos superiores em fonaudiologia no ano de 1968, uma vez que resgatou-se todas as demais informações no sistema e-MEC.

Colaboradoras

Brunah de Castro Brasil participou da coleta e análise dos dados, descrição e análise dos resultados e elaboração do texto final; Erissandra Gomes orientou a coleta de dados, participou da descrição e análise dos resultados e elaboração do texto final; Maria do Rocio Fontoura Teixeira orientou a coleta de dados, a análise dos resultados e a revisão do texto final. Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO, Poliane C. L. et al. Histórico da fonoaudiologia: relato de alguns estados brasileiros. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 238-244, 2011.

BERBERIAN, Ana P. Linguagem e fonoaudiologia: uma análise histórica. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 265-278, 2001.

BERBERIAN, Ana P. *Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

BERTOIN, Julio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira: das quimeras do provão e do Enade à realidade do capital cultural dos estudantes. *Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 105-122, 2015.

BITTENCOURT, Hélio R. et al. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 247-262, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei n. 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 dez. 1981. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6965-9-dezembro-1981-356567-norma-atualizada-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6965-9-dezembro-1981-356567-norma-1981-356567-norma-1981-356567-norma-atualizada-pl.html)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 5, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos-Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial*

da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em:
15 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-mec, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2007a. Seção 1, p. 39-43.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes, instaurado pela portaria normativa n. 1, de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2008. Seção 1, p. 19.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008*: relatório de primeiro ano. Brasília: Ministério da Educação, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 4, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e terapia ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 abr. 2009b. Seção 1, p. 27.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 515, de 7 de outubro de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 nov. 2016. Seção 1, p. 61.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 ago. 2018. Seção 1, p. 99.

CASTRO, Edgardo. Leituras da modernidade educativa: disciplina, biopolítica, ética. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter O. (orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 63-78.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. *Nota pública*: contra a graduação a distância na área da saúde. 2017. Disponível em:
<<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/2017/11/nota-publica-contr-a-graduacao-a-distancia-na-area-da-saude/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. *Quantitativo de fonoaudiólogos no Brasil em 2018*. Disponível em: <<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/numero-por-regiao/>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

COSTA, Danilo M.; BARBOSA, Francisco V.; GOTO, Melissa M. M. O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil. *Revista Reuna*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 15-29, 2011.

COSTA, Thelma. Fonoaudiologia no Brasil: perdas e ganhos. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 279-282, 2001.

DANESI, Marlene C.; MARTINEZ, Zulmira O. (orgs.). *Reconstrução histórica da fonoaudiologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imec, 2001.

FIGUEIREDO NETO, Lucia E. Consciência história e identidade profissional. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 71-78, 1994.

FONSECA, Márcio A. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 1995.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 125-148.

FRANCO, Thais A. V.; DAL POZ, Mario R. A participação de instituições de ensino superior privadas na formação em saúde no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1.017-1.037, 2017.

FREIRE, Fátima S.; CRISÓSTOMO, Vicente L.; CASTRO, Juscelino E. G. Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. *Revista Produção*, Florianópolis, edição especial, 2007. Disponível em: <<https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/57/57>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIBOSKI, Claudia M. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, 2012.

HADDAD, Ana E. et al. (orgs.). *A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991 a 2004*. Brasília: Inep, 2006.

HADDAD, Ana E. et al. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise do período de 1991 a 2008. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 383-393, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 2 set. 2018a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse estatística da educação superior 2017*. Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 set. 2018b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Indicadores de qualidade*. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>>. Acesso em: 20 set. 2018c.

KOETZ, Lydia C. E.; PÉRICO, Eduardo; GRAVE, Magali Q. Distribuição geográfica da formação em fisioterapia no Brasil: crescimento desordenado e desigualdade social. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 917-930, 2017.

MACHADO, Maria H.; XIMENES NETO, Francisco R. G. Gestão da educação e do trabalho em saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1.971-1.980, 2018.

MEIRA, Isis. Breve relato da história da fonoaudiologia no Brasil. In: MARCHEZAN, Irene Q.; ZORZI, Jaime L.; GOMES, Ivone C. D. (orgs.). *Tópicos em fonoaudiologia 1997/1998*. São Paulo: Lovise, 1998.

MEYER JUNIOR, Victor. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico – um estudo de universidades brasileiras. *Alcance*, Biguaçu, v. 12, n. 3, p. 373-389, 2005.

MICHELOTTO, Regina M.; COELHO, Rubia H.; ZAINKO, Maria A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. M. *Bourdieu & a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Fabiana. *Por uma terapêutica fonoaudiológica: os efeitos do discurso médico e do discurso pedagógico na constituição do discurso fonoaudiológico*. 2002. 186fls. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PRATES, Andreia; SILVA, Eloísa. A terapia da fala em Portugal. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 365-368, 2011.

PUPO, Altair C. et al. 40 anos do curso de fonoaudiologia na PUC-SP. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 117-124, 2004.

SANTINI, Celia S. ‘O discurso do rei’ ou o futuro da fonoaudiologia. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 391-584, 2011.

SILVA, Adriane N. et al. Limites e possibilidades do ensino à distância (EAD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1.099-1.107, 2015.

SPINELLI, Mauro. Histórico da fonoaudiologia na PUC-SP. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 259-264, 2001.

TANEGUTI, Luiza Y. *Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

TEIXEIRA, Elizabeth et al. Panorama dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil na década das diretrizes curriculares nacionais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 66, n. especial, p. 102-110, 2013.

VIEIRA, Ana L. S.; MOYSES, Neuza M. N. Trajetória da graduação das catorze profissões de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 113, p. 401-414, 2017.

6.2 Artigo 2: A produção científica de docentes fonoaudiólogos de instituições públicas de ensino superior do Brasil

Este artigo foi submetido à Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior e é apresentado, a seguir, de acordo com as normas da revista (<https://submission.scielo.br/index.php/aval/about/submissions#authorGuidelines>), a qual está classificada no Qualis/CAPES área Ensino como A2 (quadriênio 2013-2016).

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE DOCENTES FONOAUDIÓLOGOS DE
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**
*THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF SPEECH AND LANGUAGE PATHOLOGISTS
PROFESSORS LINKED TO BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS*

Brunah de Castro Brasil [0000-0002-9550-1988], Erissandra Gomes [0000-0002-2379-7345],
Maria do Rocio Fontoura Teixeira [0000-0002-9888-7185]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
brunah.brasil@ufrgs.br

Resumo: A produção científica brasileira é resultado de pesquisas realizadas principalmente no sistema universitário do país. O objetivo deste estudo foi conhecer a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados aos cursos de Fonoaudiologia de instituições públicas de ensino superior do Brasil. Identificaram-se os 24 cursos vinculados a instituições de ensino superior públicas e os 383 docentes vinculados a elas. Utilizou-se o *software* Scriplattes para extração e análise dos dados relacionados à produção de artigos de periódicos, capítulos de livro e livros, a partir de dados disponíveis no currículo da Plataforma Lattes. Foram identificados, ainda, os periódicos, com as respectivas avaliações Qualis, fator de impacto e citescore, nos quais os docentes publicam suas pesquisas. Verificou-se que, no período de 2014 a 2018, foram publicados 2711 artigos em periódicos, 965 capítulos de livro e 130 livros, sendo alguns em colaboração entre os cursos. O periódico em que há maior número de publicações é a Revista CEFAC, a qual possui avaliação B1 no Qualis na área Educação Física (Fonoaudiologia), e não está indexada ao *Journal Citation Reports* ou a Scopus. Concluiu-se que (1) a produção

científica dos docentes fonoaudiólogos é caracterizada principalmente pela publicação de artigos científicos e apresentou uma queda no período analisado; (2) há participação ativa da maioria das regiões do país na produção científica da área; e (3) os periódicos escolhidos pelos docentes para divulgação de seus estudos, em sua maioria, não possuem indexação a bases de dados internacionais e estão no estrato B do Qualis área Educação Física (Fonoaudiologia).

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Ensino superior. Indicadores de produção científica.

Abstract: Brazilian scientific production is the result of research carried out mainly in the country's university system. The aim of this study was to know the scientific production of the speech and language pathologists professors linked to the courses of public higher education institutions in Brazil. The 24 courses were identified and the 383 professors linked to them were requested. Scriplattes software was used to extract and analyze data related to the production of journal articles, book chapters and books, from data available in the Lattes Platform curriculum. It was also identified in which journals the professors publish their research, as well as their evaluation. From 2014 to 2018, 2711 articles were published in journals, 965 book chapters and 130 books, some of them in collaboration between the courses. The journal with the largest number of publications is the Revista CEFAC, which has a Qualis B1 rating in the Physical Education area and is not indexed to the Journal Citation Reports or Scopus. It was concluded that the scientific production of speech, language and hearing sciences professors is mainly characterized by the publication of scientific articles, presented a decrease in the analyzed period, there is an active participation of most regions of the country in the scientific production of the area and the journals chosen for the dissemination of their articles are not indexed to international databases and are in the stratum B of the Qualis Physical Education area.

Keywords: Speech, language and hearing sciences. Higher education. Scientific publication indicators.

1 Introdução

A produção científica representa os caminhos e os resultados alcançados pelas pesquisas ao longo dos anos, os quais são visíveis a partir da publicação e divulgação na comunidade científica. Os trabalhos são comumente publicados como artigos de periódicos, indexados a bases de dados, seguindo uma tendência observada em diversas áreas (OLIVEIRA; GRACIO, 2011). Os artigos em periódicos científicos são, então, a forma mais utilizada e reconhecida de divulgação da produção científica, seguidas dos livros (e capítulos), todos esses meios formais de divulgação que conseguem atingir um grande público (DANUELLO, 2014; FUNARO; NORONHA, 2006; MUELLER, 2000).

A avaliação da produção científica permite verificar, entre outros aspectos, a qualidade, competência e reconhecimento das pesquisas realizadas nos diferentes campos científicos. Ainda, é possível realizar um diagnóstico sobre a construção do conhecimento no campo e, assim, elaborar políticas públicas, focando nas potencialidades das instituições, pesquisadores e grupos de pesquisa. A divulgação dos trabalhos é fundamental não só para as pesquisas, mas também para a sociedade, uma vez que esta última investe nas instituições produtoras (OLIVEIRA; GRACIO, 2011; VOLPATO; FREITAS, 2003).

A produção científica brasileira representava 1% da produção mundial em 2006 e atualmente chega a 2,5%. Em relação à América Latina, os números são ainda maiores, chegando a 52,82% no ano de 2018. O crescimento em relação à produção mundial, ainda que pequeno, mostra que o Brasil se preocupa com a produção de conhecimento gerada e entende como importante a sua divulgação (BEHLAU; GASPARINI, 2006; BRASIL, 2018).

A visibilidade da produção científica determina o quanto um estudo é capaz de influenciar a comunidade na qual está inserido e é possível medi-la considerando o impacto do estudo pelas citações aos periódicos indexados em bases de dados e a consequente avaliação de critérios quantitativos (ALMEIDA; GRÁCIO, 2019; DANUELLO; GUIMARÃES, 2005; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; FUNARO; NORONHA, 2006; PACKER; MENEGHINI, 2006). A cienciometria fornece resultados objetivos, permitindo considerar a construção do conhecimento científico no campo, bem como a dinâmica das pesquisas científicas no país. Para isso, faz uso de indicadores bibliométricos que expõem a tendência de comportamento do campo ao longo do tempo (DANUELLO, 2014; DANUELLO; GUIMARÃES, 2005; HAYASHI et al., 2005; PIZZANI et al., 2008; SAES, 2000).

O sistema universitário é o principal responsável pela produção de conhecimento, cuja construção ocorre junto a pesquisas desenvolvidas na graduação e na pós-graduação. Principalmente no sistema universitário público, alguns programas do Governo Federal

incentivaram, ao longo da última década, o crescimento das pesquisas no ensino superior, direta ou indiretamente, como é o caso, por exemplo, do Ciências sem Fronteiras e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2009, 2011; SOUZA, 2018).

As 15 universidades que mais produziram nos últimos seis anos são todas públicas e responsáveis por mais de 60% da produção total do Brasil (CLARIVATE ANALYTICS, 2019). Souza (2018) relata que 89,24% da produção científica brasileira são oriundos do sistema universitário brasileiro, apresentando crescimento nos últimos anos, mesmo com as políticas apresentadas pelo Governo Federal.

No campo da Fonoaudiologia, estudos sobre produção científica de pesquisadores, grupos ou instituições ainda são incipientes, focados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em Fonoaudiologia do país, os periódicos em que publicam e as temáticas de preferência (BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; HERCULANO; NORBERTO, 2009a, 2009b). Ainda, são comuns as revisões sobre produção bibliográfica nas diferentes especialidades do campo (CARVALHO; FRIEDMAN, 2013; COELHO; BRASOLOTTO; BEVILACQUA, 2012; CORRÊA; WEBER; MAXIMINO, 2016; DAMASCENO; FRIEDMAN, 2011; HAYASHIDA et al., 2012; MARQUES; LEMOS, 2017; MUNHOZ et al., 2007; SILVA; FRIEDMAN, 2010; SOARES, 2016; TOMAZ-MORAIS, 2016). Por ser um campo relativamente novo, com reconhecimento da profissão em 1981, entende-se ser de grande importância conhecer a produção da área a fim de sustentar o crescimento e o reconhecimento das atividades realizadas ao longo dos anos, partindo do empirismo verificado no início das práticas até chegar à Fonoaudiologia baseada em evidências que se busca atualmente (AARÃO et al., 2011; BERBERIAN, 2001; BRASIL, 1981).

A partir disso, o objetivo deste estudo foi conhecer a produção científica dos docentes fonoaudiólogos vinculados a cursos de graduação em Fonoaudiologia de instituições de ensino superior (IESs) públicas do Brasil.

2 Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental e descritiva, e a análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem quantitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 2008). Como o estudo utilizou dados secundários e não realizou pesquisa com seres humanos, não houve necessidade de aprovação em comitê de ética em pesquisa.

Inicialmente foi realizada uma busca no Portal e-MEC (BRASIL, 2007) para identificação dos cursos Fonoaudiologia de IESs públicas no Brasil. Obteve-se, por meio dos Sistemas Eletrônicos de Informação ao Cidadão federal e estaduais, o nome dos docentes

fonoaudiólogos vinculados a esses cursos. Somente no caso de uma universidade, o sistema de informação do estado redirecionou ao portal da transparência, e as informações foram encontradas. Todos os cursos (n=24), distribuídos em 21 IESs, retornaram a solicitação e obteve-se um total de 432 docentes indicados. Organizou-se uma planilha contendo o nome de todos os docentes por curso e IES e, após, foi realizada a conferência acessando o currículo disponível na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de cada um. Foram excluídos da amostra aqueles que eram professores, mas tinham outras graduações, como farmacêuticos, médicos, cientistas sociais, linguistas, entre outros (n=21); possuíam vínculo como técnicos-administrativos com a instituição, como fonoaudiólogos ou outro (n=11); possuíam vínculo como professores substitutos (n=12); estavam em afastamento em outra instituição (n=1); não possuíam registro na Plataforma Lattes (n=2) e; não possuíam qualquer registro de vínculo com as instituições (n=2). Sendo assim, a amostra que fez parte do estudo, composta por docentes fonoaudiólogos das IESs públicas brasileiras, totalizou 383 docentes. Os cursos de Fonoaudiologia das IESs públicas no Brasil, seu tipo de administração, a localização, o ano de início do curso e o número de docentes vinculados estão dispostos no Quadro 1.

Para acesso à produção dos docentes, optou-se pela análise dos currículos disponíveis na Plataforma Lattes, do CNPq, pois este se tornou padrão de registro das atividades acadêmicas em todo o país. Organizou-se uma matriz contendo o número identificador do currículo e o nome de cada docente, semelhante àquele do currículo, em um arquivo de texto, e utilizou-se o *software* ScriptLattes para extração dos dados a partir da matriz, no mês de julho de 2019. Este *software* fornece dados de produção bibliográfica, como artigos publicados em periódicos, capítulos de livro e livros, entre outros, em um período que pode ser determinado pelo pesquisador.

Quadro 1 – Cursos de Fonoaudiologia de instituições públicas de ensino superior, tipo de administração, localização, ano de início do curso e número de docentes

| Curso/Instituição | Sigla | Tipo de Administração | Região | Ano de Início | Número de Docentes |
|------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------|---------------|----------------------|---------------------------|
| Universidade Federal de Santa Maria | UFSM | Federal | Sul | 1972 | 15 |
| Fundação Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre | UFCSPA | Federal | | 2007 | 14 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | UFRGS | Federal | | 2008 | 16 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC | Federal | | 2009 | 19 |
| Universidade Estadual do Centro Oeste | UNICENTRO | Estadual | | 2002 | 9 |
| Universidade Estadual de Campinas | UNICAMP | Estadual | Sudeste | 2002 | 11 |
| Universidade de São Paulo – Campus Bauru | USP BAURU | Estadual | | 1980 | 25 |
| Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto | USP RIBEIRÃO PRETO | Estadual | | 2003 | 9 |
| Universidade de São Paulo – Campus São Paulo | USP SÃO PAULO | Estadual | | 1976 | 12 |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | UNESP | Estadual | | 1988 | 11 |
| Universidade Federal Fluminense | UFF | Federal | | 2010 | 12 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | UFES | Federal | | 2010 | 14 |
| Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG | Federal | | 2000 | 15 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ | Federal | | 1994 | 22 |
| Universidade Federal de São Paulo | UNIFESP | Federal | | 1968 | 16 |
| Universidade de Brasília | UNB | Federal | Centro-Oeste | 2013 | 11 |

Continua

| Curso/Instituição | Sigla | Tipo de Administração | Região | Ano de Início | Número de Docentes |
|-------------------------------------------------------|----------------|-----------------------|----------|---------------|--------------------|
| Universidade Federal da Bahia | UFBA | Federal | Nordeste | 1999 | 20 |
| Universidade Federal de Sergipe – Campus Aracajú | UFS ARACAJÚ | Federal | | 2007 | 12 |
| Universidade Federal de Sergipe – Campus Lagarto | UFS LAGARTO | Federal | | 2011 | 14 |
| Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas | UNCISAL | Estadual | | 1997 | 26 |
| Universidade do Estado da Bahia | UNEB | Estadual | | 1999 | 16 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN | Federal | | 2009 | 17 |
| Universidade Federal da Paraíba | UFPB | Federal | | 2009 | 23 |
| Universidade Federal de Pernambuco | UFPE | Federal | | 1999 | 24 |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Os currículos analisados foram atualizados na Plataforma Lattes, em sua maioria no ano de 2019 (n=311; 81,2%), sendo verificadas atualizações também nos anos de 2018 (n=55; 14,37%), 2017 (n=9; 2,35%), 2016 (n=5; 1,3%), 2014 (n=2; 0,52%) e 2011 (n=1; 0,26%). Sendo assim, considera-se que os dados analisados neste estudo refletem a produção científica atual dos docentes fonoaudiólogos vinculados às IESs públicas.

A produção científica foi analisada considerando todos os cursos e cada um individualmente, quanto ao número de artigos, capítulos de livro e livros publicados nos últimos cinco anos completos, ou seja, de 2014 a 2018. Optou-se por considerar a produção dos últimos cinco anos por se entender que esta reflete a produção real do docente na instituição à qual está vinculado, considerando que nos últimos anos diversos concursos públicos para carreira do magistério superior permitiram o ingresso de titulados da área. Foram ranqueadas as universidades e os pesquisadores considerando os aspectos elencados acima e excluídos os documentos duplicados. Aqueles publicados em colaboração entre os cursos que fizeram parte da amostra foram identificados quanto aos cursos, número e ano de publicações.

Alguns indicadores bibliométricos para produção de artigos científicos são bastante conhecidos, como, por exemplo, o fator de impacto e o CiteScore. O fator de impacto é um índice publicado no *Journal Citation Reports* (JCR), que tem como objetivo avaliar a qualidade

das publicações, isto é, fornece informações sobre os periódicos indexados no *Science Citation Index* (SCI) e no *Social Science Citation Index* (SSCI) (GARFIELD, 1999, 2006; STREHL, 2005). O CiteScore é um índice que apresenta o mesmo objetivo, mas calculado a partir de uma fórmula diferente, sendo baseado nas citações aos periódicos indexados na base Scopus, da Elsevier (FERNANDEZ-LLIMOS, 2018). Ambos os índices fornecem dados quantitativos inferindo a importância acadêmica dos periódicos indexados, sendo que o fator de impacto considera as citações a publicações dos dois anos anteriores ao do cálculo e o CiteScore dos três anos anteriores.

No Brasil, a análise, classificação e avaliação dos periódicos nos quais os pesquisadores das diferentes áreas publicam os resultados de suas pesquisas ocorre pelo Qualis Periódicos, criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) em 1998, fazendo parte do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação. O Qualis deve ser utilizado para avaliar um conjunto de pesquisadores, seja em uma instituição ou em um programa de pós-graduação (BARATA, 2016). Neste estudo, consideraram-se os dados do Qualis da área Educação Física, subárea Fonoaudiologia, da CAPES.

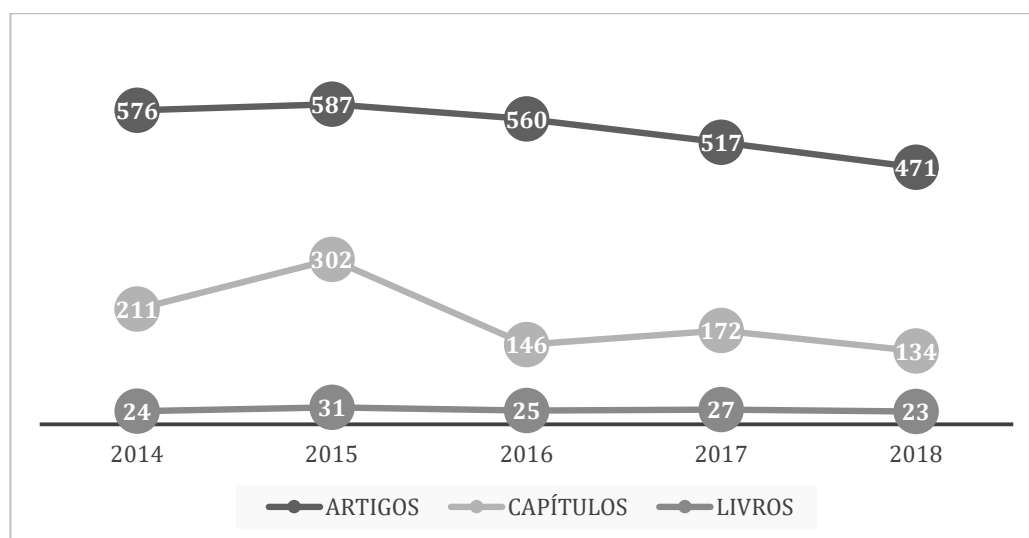
A partir de um extrato do *software* ScriptLattes, foi realizada uma análise de todos os artigos publicados pelo grupo, no período já referido, e dos periódicos nos quais estavam publicados. Após, foram planilhados os periódicos e identificadas suas avaliações pela CAPES (Qualis), JCR (Fator de Impacto), Scopus (CiteScore), bem como a língua de publicação e a origem. Foram excluídos os que haviam sido publicados em revistas que não possuíam *International Standard Serial Number* (ISSN).

Os dados coletados foram organizados e analisados no *Microsoft Excel*, no qual foram realizadas médias aritméticas e elaborados *rankings* a partir dos resultados encontrados e, também, calculadas frequências absolutas e relativas no que se refere à publicação de artigos em periódicos.

3 Resultados e discussão

Apresenta-se, no Gráfico 1, o total de artigos publicados em periódicos, capítulos de livro e livros por ano, no período de 2014 a 2018. O total de publicações no período analisado foi de 2711 artigos, 965 capítulos de livro e 130 livros.

Gráfico 1 – Número de publicações em artigos, capítulos de livro e livros, no Brasil, no período de 2014 a 2018



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Um número maior de artigos publicados, quando comparado à produção de capítulos de livro e livros corrobora dados de outros estudos, os quais analisaram a produção de programas de pós-graduação em Fonoaudiologia (BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012). Há uma tendência de que as comunicações científicas ocorram comumente por meio de artigos, os quais proporcionam que os resultados encontrados em uma pesquisa cheguem mais rápido aos interlocutores, sendo, assim, o tipo de documento mais comumente indexado em bases de dados (DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA; GRACIO, 2011).

Considerando os três tipos de documentos, o ano de 2015 foi o mais produtivo e, desde então, se observa uma queda na produção científica, principalmente no que se refere à produção de artigos, mas também – de forma mais discreta – para capítulos de livro, chegando, em 2018, à menor produção observada. Os artigos científicos são a forma mais comum de divulgação da produção e há um número maior de estudos sobre o assunto, por isso, a discussão trazida neste trabalho é principalmente sobre esse tipo de documento.

Ao contrário do que foi observado para os dados específicos da Fonoaudiologia, em 2018 o Brasil produziu mais de 50.000 artigos e obteve um crescimento de 30% no período de 2013 a 2018, quando a média mundial foi de 15%, chegando à posição de líder em produção da América Latina (CLARIVATE ANALYTICS, 2019; GLÄNZEL; LETA; THIJS, 2006). É considerada como responsável por este crescimento a atuação de pesquisadores e instituições públicas, principalmente, com destaque para as agências de fomento e de regulação do ensino superior, como a CAPES e o Portal de Periódicos desta instituição, o qual proporciona o acesso

a uma vasta bibliografia (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013; GLÄNZEL; LETA; THIJIS, 2006; LETA; THIJIS; GLÄNZEL; 2013). Além disso, o aumento das publicações em revistas indexadas a bases de dados internacionais também pode ter influenciado para que atualmente o país ocupe a 13ª posição em produção científica entre todos os países do mundo (CLARIVATE ANALYTICS, 2019; CROSS; THOMSON; SINCLAIR, 2018).

Um dos aspectos que pode explicar a queda observada para a produção de artigos pelos docentes fonoaudiólogos é o fato de que o Governo Federal, financiador direto ou indireto das atividades das IESs que participaram deste estudo, reduziu os incentivos a partir de 2016. Essa redução fica caracterizada, principalmente, pela emenda constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016), que congela os gastos em educação e saúde pelos próximos 20 anos para o pagamento da dívida do país. Essa mudança na política de governo em relação ao ensino superior faz com que a meta de se atingir 2% de investimentos em ciência e tecnologia até 2020, em uma tentativa de aproximação aos investimentos realizados por países desenvolvidos, não seja cumprida (CLARIVATE ANALYTICS, 2019; REGALADO, 2010). As atividades de pesquisa das IESs públicas sofreram mudanças nos últimos anos, essencialmente no que se refere a financiamento, como já exposto, mas também nas políticas de ciência e tecnologia, o que pode aparecer, em números, na queda de produção de artigos observada (SOUZA, 2018).

Os dados encontrados neste estudo, os quais evidenciam uma queda na produção de artigos dos docentes fonoaudiólogos a partir de 2016, estão de acordo com os indicadores de ciência, tecnologia e inovação de 2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, os quais apontam uma redução da produção científica brasileira em relação à América Latina desde 2014 (BRASIL, 2018). A produção brasileira parece estar afetada por fatores como a força da economia do país, os financiamentos de pesquisa e a organização das IESs neste período de mudanças nas políticas públicas e de governo (CLARIVATE ANALYTICS, 2019).

Outro aspecto a ser levantado para justificar a queda diz respeito ao tempo de vinculação do docente ao curso, pois aquele que possui menos tempo de vínculo pode ter dificuldades de desenvolver atividades de pesquisa, seja por falta de financiamento seja por ligação a outras atividades de ensino ou extensão. Além disso, a amostra do estudo conta com docentes que atuam em cursos de graduação e muitos deles não estão inseridos em programas de pós-graduação, o que pode ser outro fator que explica a baixa de produção, uma vez que somente a atuação na graduação não exige aos docentes o mesmo de produção anual que os programas de pós-graduação estabelecem (HERCULANO; NORBERTO, 2009a).

No último relatório da *Web of Science* (WoS) sobre a produção científica no Brasil, a área das Ciências da Saúde apresentou o menor crescimento de todas as áreas da CAPES no período de 2013 a 2018. As publicações desta área apresentaram impacto acima da média mundial e justificam o porquê de ser a área que mais produz, sendo responsável por 81.406 publicações nos últimos seis anos. Para as Ciências da Saúde, das 15 IESs mais produtivas e com maiores índices de impacto nas publicações, 11 e dez, respectivamente, fazem parte deste estudo, pois possuem curso de Fonoaudiologia, ou seja, a produção dos docentes fonoaudiólogos contribui para as estatísticas apresentadas pela CAPES, e os dados de queda de produção de artigos na amostra deste estudo corroboram os achados de baixo crescimento na área (CLARIVATE ANALYTICS, 2019).

Dos 2711 artigos publicados pelos docentes fonoaudiólogos, 236 foram produzidos em colaboração entre dois, três ou quatro dos cursos analisados neste estudo. Por isso, quando se observa a Tabela 1, o número total de artigos é maior (2962), uma vez que se apresenta o total de artigos produzidos por instituição. O mesmo é observado para capítulos de livro e livros, para os quais foram verificadas 88 e 15 colaborações, respectivamente. Na Tabela 1 também são apresentados os totais, por curso, de produção de capítulos de livro e livro.

Tabela 1 – Número de artigos, capítulos de livro e livros publicados por instituição, no Brasil

| Região | Instituição | Artigos | Capítulos de livro | Livros |
|----------------|--------------------|----------------|---------------------------|---------------|
| Sul | UFSM | 328 | 38 | 3 |
| | UFCSPA | 151 | 38 | 3 |
| | UFRGS | 221 | 63 | 12 |
| | UFSC | 122 | 35 | 6 |
| | UNICENTRO | 60 | 19 | 1 |
| Sudeste | UNICAMP | 98 | 41 | 6 |
| | USP BAURU | 268 | 96 | 14 |
| | USP RIBEIRÃO PRETO | 83 | 20 | 2 |
| | USP SÃO PAULO | 226 | 78 | 9 |
| | UNESP | 185 | 67 | 24 |
| | UFF | 33 | 23 | 3 |
| | UFES | 24 | 17 | 2 |

Continua

| Região | Instituição | Artigos | Capítulos de livro | Livros |
|--------------|-------------|---------|--------------------|--------|
| Sudeste | UFMG | 216 | 41 | 13 |
| | UFRJ | 45 | 21 | 8 |
| | UNIFESP | 78 | 71 | 4 |
| Centro-Oeste | UNB | 57 | 16 | 0 |
| Nordeste | UFBA | 86 | 20 | 3 |
| | UFS ARACAJÚ | 90 | 40 | 2 |
| | UFS LAGARTO | 85 | 47 | 12 |
| | UNCISAL | 79 | 26 | 3 |
| | UNEB | 26 | 6 | 0 |
| | UFRN | 86 | 39 | 4 |
| | UFPB | 165 | 91 | 12 |
| | UFPE | 150 | 109 | 17 |
| Total | | 2962 | 1062 | 163 |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Ao analisar as colaborações, verifica-se que, nos anos de 2014 e 2015, foram produzidos mais documentos em cooperação entre os cursos, cerca de 10% dos artigos e capítulos de livro e 22% dos livros. Os cursos que mais publicaram artigos e capítulos de livro em colaboração foram os da UFS – Campus Lagarto e Campus Aracaju, com 29 publicações de artigo (cerca de 32% do total de publicações no período) e 10 capítulos de livro (cerca de 23% do total de publicações). Essa colaboração pode ter sido mais facilitada, pois são dois cursos da mesma IES, embora estejam em campi diferentes, o que poderia favorecer a aproximação dos docentes. Porém, essa colaboração produtiva não foi observada para os três cursos da USP que fizeram parte deste estudo, por exemplo. É referido que as publicações apresentam mais impacto se forem realizadas em colaboração, nacional ou internacional (CLARIVATE ANALYTICS, 2019), sendo estas, então, sempre importantes para o desenvolvimento dos campos científicos.

Considerando as produções dos cursos, foram elaborados *rankings* para o total de publicações, bem como para a produção de artigos, capítulos de livro, livros, dispostos nas tabelas 2, 3, 4 e 5, respectivamente. Foram identificados alguns empates nos *rankings*, no que se refere ao número de publicações e, para apresentação, foi utilizada como critério de desempate a antiguidade do curso. Cabe ressaltar que, na Tabela 5, foram apresentados 11 cursos no *ranking*, pois ocorreu empate entre os cursos que ocupam a 10^a e a 11^a posições.

Tabela 2 – Ranking de produção científica no Brasil

| Posição | Instituição | Número de publicações | Região |
|---------|---------------|-----------------------|----------|
| 1 | USP BAURU | 378 | Sudeste |
| 2 | UFSM | 369 | Sul |
| 3 | USP SÃO PAULO | 313 | Sudeste |
| 4 | UFRGS | 296 | Sul |
| 5 | UNESP | 276 | Sudeste |
| 6 | UFPE | 276 | Nordeste |
| 7 | UFMG | 270 | Sudeste |
| 8 | UFPB | 268 | Nordeste |
| 9 | UFCSPA | 192 | Sul |
| 10 | UFSC | 163 | Sul |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Tabela 3 – Ranking de produção de artigos no Brasil

| Posição | Instituição | Número de artigos | Região |
|---------|---------------|-------------------|----------|
| 1 | UFSM | 328 | Sul |
| 2 | USP BAURU | 268 | Sudeste |
| 3 | USP SÃO PAULO | 226 | Sudeste |
| 4 | UFRGS | 221 | Sul |
| 5 | UFMG | 216 | Sudeste |
| 6 | UNESP | 185 | Sudeste |
| 7 | UFPB | 165 | Nordeste |
| 8 | UFCSPA | 151 | Sul |
| 9 | UFPE | 150 | Nordeste |
| 10 | UFSC | 122 | Sul |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Tabela 4 – Ranking de produção de capítulos de livro no Brasil

| Posição | Instituição | Número de capítulos de livro | Região |
|---------|---------------|------------------------------|----------|
| 1 | UFPE | 109 | Nordeste |
| 2 | USP BAURU | 96 | Sudeste |
| 3 | UFPB | 91 | Nordeste |
| 4 | USP SÃO PAULO | 78 | Sudeste |
| 5 | UNIFESP | 71 | Sudeste |

Continua

| Posição | Instituição | Número de capítulos de livro | Região |
|---------|-------------|------------------------------|----------|
| 6 | UNESP | 67 | Sudeste |
| 7 | UFRGS | 63 | Sul |
| 8 | UFS LAGARTO | 47 | Nordeste |
| 9 | UFMG | 41 | Sudeste |
| 10 | UNICAMP | 41 | Sudeste |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Tabela 5 – Ranking de produção de livros no Brasil

| Posição | Instituição | Número de livros | Região |
|---------|---------------|------------------|----------|
| 1 | UNESP | 24 | Sudeste |
| 2 | UFPE | 17 | Nordeste |
| 3 | USP BAURU | 14 | Sudeste |
| 4 | UFMG | 13 | Sudeste |
| 5 | UFRGS | 12 | Sul |
| 6 | UFPB | 12 | Nordeste |
| 7 | UFS LAGARTO | 12 | Nordeste |
| 8 | USP SÃO PAULO | 9 | Sudeste |
| 9 | UFRJ | 8 | Sudeste |
| 10 | UNICAMP | 6 | Sudeste |
| 11 | UFSC | 6 | Sul |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Considerando o total de produções, o curso que mais produz é o do Campus Bauru da USP. O curso de Fonoaudiologia da USP Bauru é um dos mais antigos do país e conta com um número de docentes acima da média nacional (de 15,96 docentes/curso), o que pode ser uma explicação para a alta produtividade. Não há dados na literatura sobre a produção geral da Fonoaudiologia, mas estudos de outras áreas referem que é na região sudeste que se concentra um maior número de cursos e, também, de produção científica (BRASIL; GOMES; TEIXEIRA, 2019; KOETZ; PÉRICO; GRAVE, 2017; SAES, 2000).

No que se refere à produção de artigos, a região sul aparece na liderança, representada pela UFSM, instituição com 328 artigos publicados no período analisado. O curso de Fonoaudiologia da UFSM, que foi um dos pioneiros no Brasil, possui um número de docentes próximo da média dos cursos de IESs públicas, mas o fato de contar com um programa de pós-graduação, ao qual quase a totalidade de seus professores é vinculada, pode justificar a alta produção de artigos científicos do grupo.

Contrariando os dados encontrados, Danuello e Oliveira (2012) identificaram o curso da USP Bauru como o mais produtivo quando analisaram as produções dos programas de pós-graduação em Fonoaudiologia do Brasil. Os achados deste estudo divergem, também, daqueles encontrados por Herculano e Norberto (2009a, 2009b), que referem que o curso do Campus São Paulo é o mais produtivo entre os cursos da USP. Cabe destacar que os três cursos citados (da UFSM, USP Bauru e USP São Paulo) aparecem nas três primeiras posições dos *rankings* dispostos nas tabelas 2 e 3.

A região nordeste lidera o *ranking* de capítulos de livro publicados, representada pela UFPE, e a região sudeste, representada pela UNESP, lidera a produção de livros no país. Considerando que há cursos de Fonoaudiologia vinculados a IESs públicas em quatro regiões do país e três delas aparecem nos *rankings*, pode-se inferir que a produção está distribuída no país e que todas as regiões estão preocupadas com a divulgação dos resultados de suas pesquisas científicas. A única região que não aparece nos *rankings* elaborados é a Centro-Oeste, representada, na amostra, apenas por uma instituição, a UNB. Apesar de esta IES figurar entre as 15 mais produtivas do país (CLARIVATE ANALYTICS, 2019), o curso de Fonoaudiologia vinculado a ela foi o último a ser criado no país, em 2013 (BRASIL; GOMES; TEIXEIRA, 2019), e apresenta um número de docentes abaixo da média dos cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas, o que pode justificar os baixos índices de produção observados. Vale lembrar que não há cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas na região norte, por isso esta também não aparece nos *rankings* (BRASIL; GOMES; TEIXEIRA, 2019).

Torna-se importante analisar a publicação de artigos pela importância que apresenta na comunidade científica. Verificou-se que os artigos foram publicados em 525 diferentes periódicos, porém a produção se concentra em um número menor de revistas, visto que, em 62,28% dos periódicos analisados, há apenas uma publicação dos docentes que participaram do estudo. Por isso, para fins de análise, organizou-se o Quadro 2, no qual são apresentados os dez periódicos que possuem o maior número de artigos publicados e, juntos, são responsáveis por 59,24% do total de produção do período de 2014 a 2018. Outros estudos também verificaram uma concentração da produção científica variando de 50 a 70%, aproximadamente, em poucos periódicos (BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; DANUELLO; OLIVEIRA, 2012; HERCULANO; NORBERTO, 2009a).

Quadro 2 – Periódicos com maior concentração de publicações e suas avaliações pelo Qualis, Fator de Impacto e CiteScore

| ISSN | Periódico | Origem | Língua de publicação | Número de artigos | Qualis | Fator de Impacto | CiteScore |
|-----------|-----------------------------------------------|---------------|------------------------------|-------------------|--------|------------------|-----------|
| 1982-0216 | Revista CEFAC | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 479 | B1 | * | * |
| 1516-1846 | | | | | | | |
| 2317-1782 | CODAS | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 341 | B1 | * | 0,51 |
| 2176-2724 | Revista Distúrbios da Comunicação | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 271 | B2 | * | * |
| 0102-762X | | | | | | | |
| 2317-6431 | Audiology - Communication Research | Nacional | Inglês e Português | 177 | B1 | * | * |
| 1809-9777 | International Archives of Otorhinolaryngology | Nacional | Inglês | 118 | B1 | * | 1,21 |
| 1809-4864 | | | | | | | |
| 1808-8694 | Brazilian Journal of Otorhinolaryngology | Nacional | Inglês | 91 | A2 | 1,603 | 1,09 |
| 0892-1997 | Journal of Voice | Internacional | Inglês | 64 | A2 | 1,453 | 1,94 |
| 1807-5932 | Clinics | Nacional | Inglês | 26 | A2 | 1,127 | 1,35 |
| 1980-5764 | Dementia & Neuropsychologia | Nacional | Inglês | 20 | B2 | * | 0,75 |
| 1678-4464 | Cadernos de Saúde Pública | Nacional | Inglês, Português e Espanhol | 19 | A2 | 1,17 | 1,02 |
| 0102-311X | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Legenda: *Revistas não indexadas.

Dos dez periódicos em que há maior número de publicações, apenas um é internacional, evidenciando uma tendência desses pesquisadores por publicações em periódicos brasileiros,

corroborando dados de outros estudos (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013; BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; GLÄNZEL; LETA; THIJS, 2006; HERCULANO; NORBERTO, 2009a, 2009b; LETA, 2012). Essa tendência acarreta uma menor visibilidade de suas publicações e consequentes índices de citação baixos (GLÄNZEL; LETA; THIJS, 2006).

Cabe ressaltar, porém, que, dos nove periódicos nacionais, quatro exigem que as publicações sejam exclusivamente na língua inglesa, o que pode facilitar o acesso às pesquisas apresentadas. Leta (2012) verificou que as publicações na língua inglesa diminuíram depois que periódicos brasileiros que aceitam publicações na língua de origem foram indexados a WoS. A internacionalização dos periódicos brasileiros é muito importante para o desenvolvimento da produção científica no país e isso se torna possível não só com a indexação de periódicos a bases de dados internacionais, mas também com a publicação de estudos em inglês e o domínio dessa língua pelos pesquisadores (LETA, 2012).

A indexação de periódicos brasileiros em bases de dados internacionais exige diversos critérios, como rigor metodológico, tipo de avaliação, entre outros, mas há periódicos qualificados para tal (PACKER; MENEHINI, 2017), uma vez que, nos últimos anos, o número de revistas indexadas a bases como WoS e Scopus aumentou (ALPERIN, 2013; SOUZA, 2018). Cabe observar que a principal base de dados brasileira, a *Scientific Electronic Library On-Line* (SciELO), atualmente é indexada tanto à WoS como à Scopus, duas das bases mais reconhecidas mundialmente. Essa indexação foi possível, entre outros aspectos, pelos investimentos realizados pelo governo em pessoal e infraestrutura para que as publicações brasileiras tivessem uma visibilidade internacional (LETA, 2012). Segundo Leta, Thijs e Glänzel (2013), as publicações brasileiras ainda possuem pouca visibilidade internacional, mas com um crescimento discreto observado nos últimos anos, provavelmente devido à indexação das revistas a bases de dados internacionais.

Não basta produzir em quantidade, por isso também são analisados indicadores de impacto das produções, ou seja, a qualidade dos trabalhos publicados e sua visibilidade na comunidade científica. O Brasil produz muito, inclusive mais que outros países da América Latina, mas seus índices de impacto de citação são mais baixos (CLARIVATE ANALYTICS, 2019).

No diz respeito à avaliação dos periódicos, todos estão classificados segundo o Qualis área Educação Física (Fonoaudiologia), enquanto apenas quatro dos dez periódicos possuem indexação ao JCR e sete, ao CiteScore, da base Scopus. Alguns estudos apontam a escolha por periódicos indexados ao ISI/JCR (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013; LETA, 2012) e outros

referem que a tendência é por periódicos não indexados a bases internacionais (BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; HERCULANO; NORBERTO, 2009a; 2009b).

Verificou-se que seis dos dez periódicos estão concentrados no estrato B do Qualis área Educação Física (Fonoaudiologia) (B1 e B2), e o restante apresenta classificação A2. Nesta área da CAPES, há um maior número de periódicos classificados como A1, A2 e B1, o que equivale a boas classificações (BARATA, 2016). Braga, Chiari e Goulart (2014) também encontraram um predomínio de publicação em periódicos classificados como B1 e B2 para docentes de um programa de pós-graduação e Pelizzon, Chiari e Goulart (2014) indicam um maior número de publicações de bolsistas produtividade do CNPq em periódicos classificados como B2, B1 e A2.

Os periódicos brasileiros apresentam bom desempenho nos índices das bases de dados e mostram potencial para tornarem-se de alto impacto (PACKER; MENEGHINI, 2017). Observando o Quadro 2, verifica-se que a qualidade dos periódicos vai aumentando à medida que diminui o número de publicações, ou seja, há um menor número de publicações nos periódicos mais bem avaliados. No *ranking* elaborado, verifica-se que as revistas que ocupam as posições mais baixas do Quadro 2 são as mais bem avaliadas, com Qualis A2 e indexação ao JCR e à Scopus.

Os quatro periódicos em que os docentes analisados mais publicam são revistas específicas da área, que possuem grande reconhecimento na Fonoaudiologia, o que pode explicar a grande concentração de artigos encontrada neste estudo, evidenciando uma tendência de encaminhamentos de trabalhos a estas revistas (HERCULANO; NORBERTO, 2009a). Cabe ressaltar que esses periódicos também aparecem em *rankings* de outros estudos (BRAGA; CHIARI; GOULART, 2014; HERCULANO; NORBERTO, 2009a).

4 Conclusões

Foi possível concluir, analisando-se os últimos cinco anos, que a produção dos docentes fonoaudiólogos vinculados a IESs públicas está voltada a artigos científicos, mais do que a capítulos de livro e livros. Essa produção apresenta-se em queda, podendo ser reflexo da situação estabelecida, desde 2016, de diminuição dos incentivos e cerceamento de recursos ao ensino superior, no Brasil.

Observaram-se, para todos os tipos de documentos publicados, trabalhos em cooperação entre os cursos, seja na mesma IES ou não. Das quatro regiões em que há cursos de Fonoaudiologia, três aparecem nos *rankings* elaborados para visualização dos cursos que mais

produzem os documentos analisados, ou seja, parece haver uma preocupação de todo o país para a produção e divulgação de conhecimento à comunidade científica.

As publicações de artigos científicos ocorrem preferencialmente em periódicos nacionais que aceitam submissões em língua portuguesa, classificados no estrato B do Qualis/CAPES na área Educação Física (Fonoaudiologia), e que não estão indexados a bases de dados internacionais. Cabe ressaltar que isso ocorre mesmo a literatura referindo um aumento no número de periódicos brasileiros indexados a essas bases. Ainda, foi possível verificar que há uma grande concentração de publicações em poucas revistas.

Com base no exposto acima, faz-se uma reflexão, a partir dos dados da literatura consultada, de que a produção da Fonoaudiologia acaba por não ter grande visibilidade internacionalmente, o que, se ocorresse, proporcionaria avanço no campo, principalmente no que se refere às estratégias e técnicas utilizadas na prática fonoaudiológica, a qual, por muitos anos, foi baseada no empirismo e vem buscando respaldo em evidências científicas.

As instituições públicas apresentam papel fundamental na produção científica brasileira. Por isso, pode-se considerar que os dados obtidos neste estudo são representativos da Fonoaudiologia brasileira como um todo. Valendo-se dos incentivos – seja financeiro seja de recursos humanos -, os docentes pesquisadores realizaram estudos e ofereceram maior reconhecimento ao campo nesse período.

A cienciometria permitiu um diagnóstico da produção científica no campo da Fonoaudiologia, no que se refere aos docentes de IESs públicas e, a partir disso, pode-se traçar o panorama de possibilidades futuras, considerando a situação política e econômica do país.

Referências

AARÃO, Poliane Cristina de Lima et al. Histórico da Fonoaudiologia: relato de alguns estados brasileiros. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 238–244, 2011.

ALMEIDA, Catia Candida de; GRÁCIO, Maria Claudia Cabrini. Produção científica brasileira sobre o indicador “Fator de Impacto”: um estudo nas bases SciELO, Scopus e Web of Science. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 62-77, 2019.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida. Brazil’s growing production of scientific articles: how are we doing with review articles and other qualitative indicators? **Scientometrics**, Amsterdam, v. 97, n. 2, p. 287-315, 2013.

ALPERIN, Juan Pablo. Brazil’s exception to the world-class university movement. **Quality in Higher Education**, Abingdon, v. 19, n. 2, p. 158-172, 2013.

BARATA, Rita de Cassia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 13-41, 2016.

BEHLAU, Mara; GASPARINI, Gisele. Education of speech-language pathologists and audiologists in Brazil. **Folia Phoniatica et Logopaedica**, Basel, v. 58, p. 14-22, 2006.

BERBERIAN, Ana Paula. Linguagem e Fonoaudiologia: uma análise histórica. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 265-278, 2001.

BRAGA, Maria Elisa Rangel; CHIARI, Brasília Maria; GOULART, Bárbara Niegia Garcia de. Produção bibliográfica em artigos, livros e capítulos de livros de um programa de pós-graduação em fonoaudiologia: análise de indicadores bibliométricos. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 118-130, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciências sem Fronteiras. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6965-9-dezembro-1981-356567-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação 2018**. Brasília, DF: MCTIC, 2018. Disponível

em:

https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2018.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Brasília, DF, 2007.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008**: relatório de primeiro ano. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL, Brunah de Castro; GOMES, Erissandra; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. O ensino de Fonoaudiologia no Brasil: retrato dos cursos de graduação. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 1-18, 2019.

CARVALHO, Audrey Vendramini de; FRIEDMAN, Silvia. Análise da produção científica internacional sobre gagueira. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 1236-1246, 2013.

CLARIVATE ANALYTICS. **A Pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. [S. l.], 2019. Disponível em:

http://images.mail.discover.clarivate.com/Web/ClarivateAnalytics/%7B1a55c3df-70a3-4ab1-8db4-d9741f748546%7D_Web_of_Science_Group_Bibliometrics_Report_2019_PORT.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

COELHO, Ana Cristina; BRASOLOTTO, Alcione Ghedini; BEVILACQUA, Maria Cecilia. Análise sistemática dos benefícios do uso do implante coclear na produção vocal. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 395-402, 2012.

CORRÊA, Camila de Castro; WEBER, Silke Anna Theresa; MAXIMINO, Luciana Paula. Perfil da produção científica da apneia obstrutiva do sono na interface da Fonoaudiologia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 1209-1221, 2016.

CROSS, Di; THOMSON, Simon; SINCLAIR, Alexandra. **Research in Brazil**: a report for CAPES by Clarivate Analytics. [S. l.], 2018. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

DAMASCENO, Wladimir Alberti Pascoal de Lima; FRIEDMAN, Silvia. Análise da produção científica fonoaudiológica nacional sobre gagueira. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 41-47, 2011.

DANUELLO, Jane Coelho. **Estudo da produção científica dos docentes de pós-graduação em Fonoaudiologia, no Brasil, para uma análise do domínio**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

DANUELLO, Jane Coelho; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 153-168, 2005.

DANUELLO, Jane Coelho; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Análise cientométrica: produção científica e redes colaborativas a partir das publicações dos docentes dos programas de pós-graduação em Fonoaudiologia no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, edição especial, p. 65-79, 2012.

FERNANDEZ-LLIMOS, Fernando. Differences and similarities between Journal Impact Factor and CiteScore. **Pharmacy Practice**, v. 16, n. 2, p. 1282, 2018.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; NORONHA, Daisy Pires. Literatura cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angelara, 2006. p. 215-234.

GARFIELD, Eugene. Journal impact factor: a brief review. **Canadian Medical Association Journal**, Ottawa, v. 161, n. 8, p. 979-980, 1999.

GARFIELD, Eugene. The history and meaning of the Journal Impact Factor. **Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 295, n. 1, p. 90-93, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tofel. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÄNZEL, Wolfgang; LETA, Jacqueline; THIJS, Bart. Science in Brazil. Part 1: a macro-level comparative study. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 67, n. 1, p. 67-86, 2006.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERREIRA JUNIOR, Amarílio; FARIA, Leandro Innocentini Lopes. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em educação e educação especial. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 11-27, 2005.

HAYASHIDA, Marina Zoega; JACINTO, Stéphanie Caroline Gigliotti; PUCCINI, Rosana Fiorini; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Atenção Básica no SUS: publicações do Campus São Paulo da Unifesp, 1994-2009. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 36, n. 3, p. 300-307, 2012.

HERCULANO, Rondinelli Donizetti; NORBERTO, Ana Maria Q. Comparison of scientific bibliographic productivity in undergraduate courses of speech-language and hearing science at Universidade of São Paulo using the Hirsh's index. **Journal of Applied Sciences**, New York, v. 9, n. 22, p. 4095-4098, 2009b.

HERCULANO, Rondinelli Donizetti; NORBERTO, Ana Maria Q. Uma análise percentual dos artigos de periódicos publicados pelos docentes de Fonoaudiologia da Universidade de São Paulo. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 42, n. 3, p. 372-378, 2009a.

KOETZ, Lydia Christmann Espíndola; PÉRICO, Eduardo; GRAVE, Magali Quevedo. Distribuição geográfica da formação em fisioterapia no Brasil: crescimento desordenado e desigualdade social. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 917-930, 2017.

LETA, Jacqueline. Brazilian growth in the mainstream science: The role of human resources and national journals. **Journal of Scientometric Research**, New Delhi, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2012.

LETA, Jacqueline; THIJIS, Bart; GLÄNZEL, Wolfgang. A macro-level study of science in Brazil: seven years later. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 51-66, 2013.

MARQUES, Suzana Raquel Lopes; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Instrumentos de avaliação do letramento em saúde: revisão de literatura. **Audiology Communication Research**, São Paulo, v. 22, p. 1-12, 2017.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Margueriti (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 73-95.

MUNHOZ, Cíntia Mara Affornalli; MASSI, Giselle; BERBERIAN, Ana Paula; GIROTO, Claudia Regina Mosca; GUARINELLO, Ana Cristina. Análise da produção científica nacional fonoaudiológica acerca da linguagem escrita. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 19, n. 3, p. 249-258, 2007.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Indicadores bibliométricos em Ciência da Informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base de dados Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 16-28, 2011.

PACKER, Abel; MENEHINI, Rogerio. The time has come for the quality journals of Brazil. **SciELO in Perspective**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/en/2017/11/08/the-time-has-come-for-the-quality-journals-of-brazil/>. Acesso em: 10 set. 2019.

PACKER, Abel; MENEHINI, Rogerio. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto. (org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angelara, 2006. p. 235-259.

PELLIZZON, Rosely de Fátima; CHIARI, Brasilia Maria; GOULART, Barbara Niegia Garcia de. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de Fonoaudiologia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 1520-1532, 2014.

PIZZANI, Luciana; BELLO, Suzelei Faria; SILVA, Rosemary Cristina da; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Masso. Um estudo bibliométrico da produção científica: a interface entre a educação especial e a fonoaudiologia nas bases de

dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 205-218, 2008.

REGALADO, Antonio. Brazilian science: riding a gusher. **Science**, Washington, v. 330, n. 6009, p. 1306-1312, 2010.

SAES, Sueli Gonzalez. **Estudo bibliométrico das publicações em economia da saúde, no Brasil, 1989-1998**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração de Serviços de Saúde)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Marisa Cláudia Feital da; FRIEDMAN, Silvia. Análise da produção científica fonoaudiológica brasileira sobre paralisia cerebral. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 589-593, 2010.

SOARES, Marcelo Luiz Medeiros. Produção do conhecimento sobre educação popular e audiologia na atenção primária. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 789-800, 2016.

SOUZA, Claudia Daniele. **Impacto de las políticas brasileñas de ciencia y tecnología en la actividad investigadora de las universidades federales: un estudio cuantitativo del período 2003-2015**. 2018. Tese (Doctorado en Documentación: archivos y bibliotecas en el entorno digital)- Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2018.

STREHL, Leticia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p.19-27, 2005.

TOMAZ-MORAIS, James et al. Análise integral da produção científica brasileira em motricidade orofacial: estado da arte e perspectivas futuras. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 520-532, 2016.

VOLPATO, Gilson Luiz; FREITAS, Eliane Gonçalves de. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 49-56, 2003.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se a pesquisa buscando conhecer o campo científico da Fonoaudiologia, sua história e os caminhos percorridos até os dias de hoje, para entender se é possível questionar e reconhecer o campo da Fonoaudiologia. Verificou-se que a prática fonoaudiológica nasceu, no Brasil, no início do século XX, em uma atuação interdisciplinar, característica que até hoje o campo possui. Desde então, apresenta diversas estratégias de autonomização, a fim de se fortalecer e ser reconhecido na comunidade científica, como o reconhecimento da profissão – que ocorreu em 1981 –, a organização de associações de classe e de conselhos profissionais e o surgimento de cursos de graduação a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970.

Com objetivo de melhor compreender o ensino atual da Fonoaudiologia, foi necessário estudar o ES no país, a forma com que se organiza e as opções de financiamento. Após muitos anos sem incentivos de seu mantenedor, o Governo Federal, nas décadas de 2000 e 2010 surgiram programas que visavam ampliar o acesso, o incentivo financeiro, os recursos humanos e de infraestrutura das IESs públicas, ações que promovem a diminuição das desigualdades de acesso ao ES e das dificuldades de permanência nesse nível de ensino, identificados por alguns estudos como aspectos a serem qualificados no Brasil.

Sobre o cenário atual do ensino de Fonoaudiologia, os 87 cursos são presenciais, distribuídos pelo país, com 7044 vagas ofertadas (no ano de 2017), mas com baixa ocupação, principalmente nas IES privadas. Foi verificado, ainda, que a carga horária mínima de curso é maior nas IESs públicas, cumprida entre oito e dez semestres. Os cursos apresentaram indicadores de qualidade satisfatórios, mas alguns dos indicadores de desempenho dos estudantes analisados mostraram conceitos insatisfatórios, sem ficar clara a diferença entre IESs públicas e privadas.

A partir do desenho acadêmico do campo científico da Fonoaudiologia, mapeou-se o percurso de construção da legitimidade da área até o reconhecimento nacionalmente. O seguimento do estudo com aprofundamento na produção desse capital foi realizado para melhor visualização do campo e dos atores e instituições que dele fazem parte. Nesse sentido, procurou-se entender como se configura a produção científica dos docentes fonoaudiólogos, vinculados a cursos de Fonoaudiologia de IESs públicas brasileiras.

Considerando que a produção científica brasileira é proveniente, principalmente, de instituições públicas, analisou-se a Fonoaudiologia a partir desse setor. Há 24 cursos de Fonoaudiologia em IESs públicas, concentradas, principalmente, na região sudeste do país e um total de 383 docentes nessas IESs, o que representa, em média, 15,96 docentes por curso. Verificou-se a abertura de muitos cursos nas últimas décadas, também reflexo, entende-se, dos incentivos do Governo Federal no período, o que proporcionou a vinculação de um número maior de docentes fonoaudiólogos às IESs.

Na análise dos últimos cinco anos, constatou-se que os docentes fonoaudiólogos publicam mais artigos científicos em comparação às publicações de capítulos de livro e livros, mas essa produção apresenta-se em queda, podendo ser reflexo da situação estabelecida, desde 2016, de diminuição dos incentivos e cerceamento de recursos ao ES no Brasil. Ainda, observaram-se, para todos os tipos de documentos publicados, trabalhos em cooperação, seja na mesma IES ou não. Das quatro regiões em que há cursos de Fonoaudiologia, três aparecem nos *rankings* elaborados para visualização dos cursos que mais produzem os documentos analisados, ou seja, parece haver uma preocupação de todo o país com a produção e divulgação de conhecimento à comunidade científica.

Há uma tendência de publicação de artigos em periódicos nacionais, em língua portuguesa e não indexados a bases de dados internacionais, mesmo havendo um aumento no número de periódicos brasileiros indexados a bases de dados internacionais nos últimos anos e grande qualidade de muitos outros periódicos ainda não indexados. Os dados encontrados neste estudo corroboram a literatura pesquisada e apresentada nos dois artigos elaborados.

Percebe-se uma necessidade da Fonoaudiologia de melhorar a visibilidade de suas publicações, o que pode ser alcançado com produções em língua inglesa e em periódicos indexados a bases de dados internacionais ou com a indexação dos periódicos nacionais em bases de dados internacionais reconhecidas, como a WoS e a Scopus. Diversos periódicos brasileiros apresentam condições de indexação, a qual deve ser considerada e incentivada para que as pesquisas realizadas no país possam atingir pesquisadores e consumidores internacionais, trazendo visibilidade ao que é produzido no Brasil.

Como já exposto, as instituições públicas apresentam papel fundamental na produção científica brasileira. Por isso, pode-se considerar que os dados obtidos neste

estudo são representativos da Fonoaudiologia brasileira como um todo. Valendo-se dos incentivos – seja financeiro seja de recursos humanos, os docentes pesquisadores realizaram estudos e ofereceram maior reconhecimento ao campo nesse período. Os incentivos financeiros advindos do CNPq, por exemplo, reconhecem aqueles pesquisadores que se destacam na área, tendo esses a oportunidade de dedicar-se ao desenvolvimento científico do campo e buscar sua visibilidade na comunidade científica, por meio da publicação e compartilhamento dos resultados gerados nas suas pesquisas. Esse tema mostra-se como uma possibilidade para futuros trabalhos, seguindo na proposta de reconhecer e valorizar as capacidades do campo.

Ainda, as discussões trazidas nesta tese fortalecem o campo científico da Fonoaudiologia por mostrar que é possível e enriquecedor questionar-se o *habitus* estabelecido para o crescimento dos agentes e instituições. A dificuldade de se discutir o campo quando inserido nele torna-se pequena quando se evidencia o desenvolvimento e reconhecimento científico proporcionado. Por meio deste estudo, foi possível conhecer a dimensão da produção científica gerada no campo da Fonoaudiologia, as instituições e agentes responsáveis por isso e dar valor ao seu trabalho, considerando o impacto dessa questão no reconhecimento deste campo – ainda novo e com sua interdisciplinaridade intrínseca – na comunidade científica.

REFERÊNCIAS

AARÃO, P. C. L.; PEREIRA, F. C. B.; SEIXAS, K. L.; SILVA, H. G.; CAMPOS, F. R.; TAVARES, A. P. N.; GAMA, A. C. C.; LEMOS, S. M. A. Histórico da Fonoaudiologia: relato de alguns estados brasileiros. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 238–244, 2011.

AKERS, K. G.; SARKOZY, A.; WU, W.; SLYMAN, A. ORCID Author Identifiers: A Primer for Librarians. **Medical Reference Services Quarterly**, Philadelphia, v. 35, n. 2, p. 135-144, 2016.

ALMEIDA, C. C.; GRÁCIO, M. C. C. Produção científica brasileira sobre o indicador “Fator de Impacto”: um estudo nas bases SciELO, Scopus e Web of Science. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 24, n. 54, p. 62-77, 2019.

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. Brazil’s growing production of scientific articles—how are we doing with review articles and other qualitative indicators? **Scientometrics**, v. 97, n. 2, p. 287-315, 2013.

ALVES, B. H. **Aportes bibliométricos à produção científica nos principais periódicos da área de ciência da informação do Brasil, no período de 2006-2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

BARATA, R. B. Medir ou classificar a produção científica de pesquisadores? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1707-1730, 2013.

BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-41, 2016.

BARRETO, M. L.; ARAGÃO, E.; SOUSA, L. E. P. F.; SANTANA, T. M.; BARATA, R. B. Diferenças entre as medidas do índice-h geradas em distintas fontes bibliográficas e engenho de busca. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 231-238, 2013.

BERBERIAN, A. P. Linguagem e Fonoaudiologia: Uma análise histórica. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 265–278, 2001.

BERBERIAN, A. P. **Fonoaudiologia e Educação**: um encontro histórico. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

BERBERIAN, A. P.; FERREIRA, L. P.; CORTELETTI, L. C. B. J.; AZEVEDO, J. B. M.; MARQUES, J. M. A produção do conhecimento em Distúrbios da Comunicação: análise de periódicos (2000-2005). **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 153-159, 2009.

BITTENCOURT, H. R.; VIALI, L.; CASARTELLI, A. O.; RODRIGUES, A. C. M. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 247-262, 2008.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004b.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOYLE, F.; SHERMAN, D. The product and its development. **The Serials Librarian**, Philadelphia, v. 49, n. 3, p. 147-153, 2006.

BRAGA, M. E. R.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Produção bibliográfica em artigos, livros e capítulos de livros de um programa de pós-graduação em fonoaudiologia: análise de indicadores bibliométricos. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 118-130, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2001a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Presidência da República, [2007a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/532672546/decreto-9235-17>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, [1981]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6965-9-dezembro-1981-356567-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2001b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2012a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação 2018**. Brasília, DF: MCTIC, 2018b. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2018.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Parecer nº 583, de 4 de abril de 2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília: Conselho Nacional de Educação, [2001c]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em 15 set. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998**. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Brasília: Ministério da Educação, [1998]. Disponível em:

http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-438-1998_181137.html. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008**. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Brasília: Ministério da Educação, [2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=670-sesu-port-04-2008-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 set. 2018

BRASIL. **Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Brasília: Ministério da Educação, [2012b]. Disponível em: <http://sisugestao.mec.gov.br/docs/portaria-2017-2.pdf>. Acesso em 12 set. 2018.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-mec, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Brasília: Ministério da Educação, [2007b]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Brasília: Ministério da Educação, [2018a]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/portaria_normativa_GM-MEC_n840_de_24082018.pdf. Acesso em 27 ago. 2018.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008**: Relatório de Primeiro Ano. Brasília: Ministério da Educação, 2009a. 17p.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, [2002]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES052002.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

CAMPANATTI-OSTIZ, H.; ANDRADE, C. R. F. Periódicos nacionais em Fonoaudiologia: caracterização de indicador de impacto. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 18, n. 1, p. 99-110, 2006.

CARVALHO, A. V.; FRIEDMAN, S. Análise da produção científica internacional sobre gagueira. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 15, n. 5, p.1236-1246, 2013.

CASTRO, E. Leituras da modernidade educativa. Disciplina, biopolítica, ética. *In*: GONDRA, J.; KOHAN, W. O. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 63–78.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010.

CLARIVATE ANALYTICS. **A Pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. [S. l.], 2019. Disponível em:
http://images.mail.discover.clarivate.com/Web/ClarivateAnalytics/%7B1a55c3df-70a3-4ab1-8db4-d9741f748546%7D_Web_of_Science_Group_Bibliometrics_Report_2019_PORT.pdf
. Acesso em: 13 set. 2019.

COELHO, A. C.; BRASOLOTTO, A. G.; BEVILACQUA, M. C. Análise sistemática dos benefícios do uso do implante coclear na produção vocal. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 395-402, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Especialista por área**. Brasília, 4 mar. 2019. Disponível em:
<https://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/especialista-por-area/>. Acesso em 4 mar. 2019a.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Quantitativo de fonoaudiólogos no Brasil por Conselho Regional**. Brasília, 1 fev. 2019. Disponível em:
<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/numero-por-regiao/>. Acesso em: 4 mar. 2019b.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plataforma Sucupira. **O que é o Qualis Periódicos?** Brasília, 15 set. 2019a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em 15 set. 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**. Brasília, 25 fev. 2019b. Disponível em:
<https://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em 15 set. 2019.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Texto para discussão nº 1287. Brasília, DF: Ipea, jul. 2007. Disponível em:
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1287.pdf. Acesso em: 04 jan. 2019.

CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Texto para discussão nº 1950. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22089
. Acesso em: 04 jan. 2019.

CORDEIRO, A. A. A.; SENA, A. P. R. C.; LACERDA, C. B. F.; KESKE-SOARES, M. Fonoaudiologia. *In.*: HADDAD, A. E. et al. (Orgs). **A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde: 1991 a 2004**. Brasília: INEP, 2006.

CORRÊA, C. C.; WEBER, S. A. T.; MAXIMINO, L. P. Perfil da produção científica da apneia obstrutiva do sono na interface da fonoaudiologia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 1209-1221, 2016.

COSTA, C. F.; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 397-409, 2018.

COSTA, D. M.; BARBOSA, F. V.; GOTO, M. M. M. O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil. **Revista Reuna**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 15-29, 2011.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil: A report for CAPES** by Clarivate Analytics. 2018. 73 p. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>. Acesso em 13 set. 2019.

CRUZ, A. G.; PAULA, M. F. C. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 848-868, 2018.

DAL POZ, M. R.; PIERANTONI, C. R.; GIRARDI, S. Formação, mercado de trabalho e regulação da força de trabalho em saúde no Brasil. *In.*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde**. [Rio de Janeiro, RJ]: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/98kpw/pdf/noronha-9788581100173.pdf>. Acesso em 4 out. 2018.

DAMASCENO, W. A. P. L.; FRIEDMAN, S. Análise da produção científica fonoaudiológica nacional sobre gagueira. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 41-47, 2011.

DANESI, M. C.; MARTINEZ, Z. O. (Orgs.). **Reconstrução Histórica da Fonoaudiologia no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: IMEC, 2001.

DANUELLO, J. C. **Estudo da produção científica dos docentes de pós-graduação em Fonoaudiologia, no Brasil, para uma análise do domínio**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

DANUELLO, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Produção científica docente em tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise preliminar. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 153-168, 2005.

DANUELLO, J. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Análise cientométrica: produção científica e redes colaborativas a partir das publicações dos docentes dos programas de pós-graduação em Fonoaudiologia no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, edição especial, p. 65-79, 2012.

DIGIAMPIETRI, L. A.; MUGNAINI, R.; MENA CHALCO, J. P.; DELGADO, K. V.; ALCÁZAR, J. J. P. Análise macro das últimas atualizações dos Currículos Lattes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n.3, p. 88-113, 2014

FERNANDEZ-LLIMOS, F. Differences and similarities between Journal Impact Factor and CiteScore. **Pharmacy Practice**, v. 16, n. 2, p. 1282, 2018.

FERREIRA, L. P.; RUSSO, I. C. P.; ADAMI, F. Fonoaudiólogos doutores no Brasil: perfil da formação no período de 1976 a 2008. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 22, n. 2, p. 89-94, 2010.

FIGUEIREDO NETO, L. E. Consciência História e Identidade Profissional. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 71-78, 1994.

FUNARO, V. M. B. O.; NORONHA, D. P. Literatura cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. *In*: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angelara, 2006.p. 215- 234.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FONSECA, R. M. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307, 2018.

FOUCAULT, M. Aula de 25 de janeiro de 1978. *In*: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 73-108.

FOUCAULT, M. Conferência 5. *In*: FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 103-126.

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. *In*: FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 125-148.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder e Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANCO, T. A. V.; DAL POZ, M. R. A participação de instituições de ensino superior privadas na formação em saúde no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1017-1037, 2017.

GALVÃO, V. S.; BRANCO, A. C. Fonoaudiologia: epistemologia, implicações pedagógicas e educacionais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 235-251, 2005.

GARFIELD, E. Journal impact factor: a brief review. **Canadian Medical Association Journal**, v. 161, n. 8, p. 979-980, 1999.

GARFIELD, E. The History and Meaning of the Journal Impact Factor. **Journal of the American Medical Association**, v. 295, n. 1, p. 90-93, 2006.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÄNZEL, W.; LETA, J.; THIJS, B. Science in Brazil. Part 1: a macro-level comparative study. **Scientometrics**, v. 67, n. 1, p. 67-86, 2006.

GLÄNZEL, W.; SCHLEMMER, B. National research profiles in a changing Europe (1983-2003) An exploratory study of sectoral characteristics in the Triple Helix. **Scientometrics**, v. 70, n. 2, p. 267-275, 2007.

HAAK, L. L.; FENNER, M.; PAGLIONE, L.; PENTZ, E.; RATNER, H. ORCID: a system to uniquely identify researchers. **Learned Publishing**, England, v. 25, n. 4, p. 259-264, 2012.

HADDAD, A. E.; PIERANTONI, C. R.; RISTOFF, D.; XAVIER, I. M.; GIOLO, J.; SILVA, L. B. (Orgs). **A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde: 1991 a 2004**. Brasília: INEP, 2006.

HADDAD, A. E.; MORITA, M. C.; PIERANTONI, C. R.; BRENELLI, S. L.; PASSARELLA, T.; CAMPOS, F. E. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise do período de 1991 a 2008. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 383-393, 2010.

HAYASHIDA, M. Z.; JACINTO, S. C. G.; PUCCINI, R. F.; LACAZ, F. A. C. Atenção Básica no SUS: Publicações do Campus São Paulo da Unifesp, 1994-2009. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 300-307, 2012.

HERCULANO, R. D.; NORBERTO, A. M. Q. Comparison of scientific bibliographic productivity in undergraduate courses of speech-language and hearing science at Universidade of São Paulo using the Hirsh's index. **Journal of Applied Sciences**, v. 9, n. 22, p. 4095-4098, 2009b.

HERCULANO, R. D.; NORBERTO, A. M. Q. Uma análise percentual dos artigos de periódicos publicados pelos docentes de Fonoaudiologia da Universidade de São Paulo. **Medicina**, Ribeirão Preto, v.42, n. 3, p. 372-378, 2009a.

HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **O IBC**. Rio de Janeiro, 8 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/o-ibc>. Acesso em: 3 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Conheça o INES**. Rio de Janeiro, 3 mar. 2019. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em 3 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Enade**. Brasília, 20 out. 2015a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 02 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicadores de Qualidade**. Brasília, 20 out. 2015b. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em 02 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2017**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 set. 2018.

LARA, M. L. G. Termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. *In*: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angelara, 2006. p. 387-414.

LETA, J. Indicadores de desempenho, ciência brasileira e cobertura das bases informacionais. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 62-77, 2011.

LETA, J. Brazilian growth in the mainstream science: The role of human resources and national journals. **Journal of Scientometric Research**, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2012.

LETA, J.; GLÄNZEL, W.; THIJS, B. Science in Brazil. Part 2: Sectorial and institutional research profile. **Scientometrics**, v. 61, n. 1, p. 87-105, 2006.

LETA, J.; THIJS, B.; GLÄNZEL, W. A macro-level study of science in Brazil: seven years later. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 51-66, 2013.

LORENZI, B. R.; ANDRADE, T. N. Latour e Bourdieu: discutindo as controvérsias.

Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 107-121, 2011.

MACHADO, M. H.; XIMENES NETO, F. R. G. Gestão da educação e do trabalho em saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1971-1980, 2018.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015.

MARENCO, A. When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. **Revista de Ciencia Política**, v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015.

MARTINS, F. S.; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, p. 1-24, 2018.

MARQUES, S. R. L.; LEMOS, S. M. A. Instrumentos de avaliação do letramento em saúde: revisão de literatura. **Audiology Communication Research**, São Paulo, v. 22, p. 1-12, 2017.

MEIRA, I. Breve Relato da História da Fonoaudiologia no Brasil. *In*: MARCHEZAN, I. Q.; ZORZI, J. L.; GOMES, I. C. D. (Orgs.). **Tópicos em Fonoaudiologia 1997/1998**. São Paulo: Lovise, 1998.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. ScriptLattes: An open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 31-39, 2009.

MENEGHINI, R. O projeto Scielo (Scientific Electronic Library on Line) e a visibilidade da literatura científica "Periférica". **Química Nova**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 155, 2003.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. *In*: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 73-95.

MUGNAINI, R. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MUGNAINI, R.; JANNUZZI, P. M.; QUONIAM, L. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, 2004.

MUNHOZ, C. M. A.; MASSI, G.; BERBERIAN, A. P.; GIROTO, C. R. M.; GUARINELLO, A. C. Análise da produção científica nacional fonoaudiológica acerca da linguagem escrita. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 19, n. 3, p. 249-258, 2007.

NASCIMENTO, A. C. S. **Mapeamento temático das teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física no Brasil (1994-2008)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems**: methods and examples. OECD - Science, Technology and Industry Working Papers 1997/1. Paris: OECD Publishing, 1997.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRACIO, M. C. C. Indicadores bibliométricos em Ciência da Informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base de dados Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 16-28, 2011.

OLIVEIRA, F. **Por uma terapêutica fonoaudiológica**: Os efeitos do discurso médico e do discurso pedagógico na constituição do discurso fonoaudiológico. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. **The time has come for the quality journals of Brazil**. SciELO in Perspective, 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/en/2017/11/08/the-time-has-come-for-the-quality-journals-of-brazil/>. Acesso em 10 set. 2019.

PACKER, A.; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. *In*: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angelara, 2006. p. 235-259.

PAZ-OLIVEIRA, A.; CARMO, M. P.; FERREIRA, L. P. Fonoaudiólogos brasileiros titulados doutores no período de 2009 a 2013: perfil da formação. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 586-594, 2015.

PELLIZZON, R. F.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do cnpq da área de Fonoaudiologia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 1520-1532, 2014.

PIERANTONI, C. R.; FRANÇA, T.; MAGNAGO, C.; NASCIMENTO, D. N.; MIRANDA, R. G. **Graduações em saúde no Brasil**: 2000-2010. Rio de Janeiro: Cepesc, IMS/UERJ, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. Tutorial ResearcherID e ORCID. Disponível em: <https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/01/tutorial-researcherid-orcid.pdf>. Acesso em 05 dez. 2019.

PUPO, A. C.; TRENCH, M. C. B.; SOUZA, L. A. P.; SILVA, F. L. C. 40 anos do curso de Fonoaudiologia na PUC-SP. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 117–124, 2004.

REGALADO, A. Brazilian Science: Riding a Gusher. **Science**, v. 330, n. 6009, p. 1306-1312, 2010.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.

SAMPAIO, T. M. M. O repensar da fonoaudiologia na epistemologia científica contemporânea. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 2029-2033, 2014.

SCHEFFER, M. C.; DAL POZ, M. R. The privatization of medical education in Brazil: trends and challenges. **Human Resources for Health**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2015.

SÉECA, R. X.; LEAL, R. M. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil**. Brasília: BNDES Setorial, 2009.

SILVA, A. A. L. A teoria da prática de Pierre Bourdieu: entre estruturalismo e fenomenologia. **Kínesis**, Marília, v. 8, n. 18, p. 31-45, 2016.

SILVA, D. G. M.; SAMPAIO, T. M. M.; BIANCHINI, E. M. G. Percepções do fonoaudiólogo recém-formado quanto a sua formação, intenção profissional e atualização de conhecimentos. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 47-53, 2010.

SILVA, M. C. F.; FRIEDMAN, S. Análise da produção científica fonoaudiológica brasileira sobre paralisia cerebral. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 589-593, 2010.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 276-289, 2007.

SOARES, M. L. M. Produção do conhecimento sobre educação popular e audiolgia na atenção primária. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 789-800, 2016.

SOUZA, C. D. **Impacto de las políticas brasileñas de ciencia y tecnología en la actividad investigadora de las universidades federales: un estudio cuantitativo del período 2003-2015**. 2018. Tese (Doctorado en Documentación: archivos y bibliotecas en el entorno digital) – Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2018.

SPINAK, E. Indicadores cuantitativos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

SPINELLI, M. Histórico da Fonoaudiologia na PUC-SP. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 259–264, 2001.

STREHL, L. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p.19-27, 2005.

STREHL, L.; SANTOS, C. A. Indicadores de qualidade da atividade científica. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 186, p. 34-39, 2002.

STROMQUIST, N. P. Educação Latino-Americana em Tempos Globalizados. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 29, p. 72-99, 2012.

TANEGUTI, L. Y. **Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

TEIXEIRA, E.; FERNANDES, J. D.; ANDRADE, A. C.; SILVA, K. L.; ROCHA, M. E. M. O.; LIMA, R. J. O. Panorama dos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil na década das diretrizes curriculares nacionais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. especial, p. 102-110, 2013.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

TOMAZ-MORAIS, J. et al. Análise integral da produção científica brasileira em motricidade orofacial: estado da arte e perspectivas futuras. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 520-532, 2016.

VAN RAAN, A. F. J. Measuring Science. *In*: MOED, H. F.; GLÄNZEL, W.; SCHMOCH, U. (ed.). **Handbok of quantitative science and technology research: the use of publication and patente statistics in studies of S&T systems**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 19-50.

VOLPATO, G. L. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007.

VOLPATO, G. L.; FREITAS, E. G. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, p. 49-56, 2003. Supl. 1.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2007.

WITTER, G. P. O ambiente acadêmico como fonte de produção científica. **Informação & Informação**, Londrina, v.1, n.1, p.22-26, 1996.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.